



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

**PESQUISAS SOCIOLINGUÍSTICAS ENTRE OS ASURINÍ DO TOCANTINS.
CONTRIBUIÇÃO PARA O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE
LINGUÍSTICA (INDL)**

LETICIA DE SOUZA AQUINO

BRASÍLIA

2010



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS -
LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PPGL

PESQUISAS SOCIOLINGUÍSTICAS ENTRE OS ASURINÍ DO TOCANTINS.
CONTRIBUIÇÃO PARA O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE
LINGUÍSTICA (INDL)

LETÍCIA DE SOUZA AQUINO

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Línguas Indígenas

Orientadora: Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

BRASÍLIA

2010



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS -
LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PPGL

PESQUISAS SOCIOLINGUÍSTICAS ENTRE OS ASURINÍ DO TOCANTINS.
CONTRIBUIÇÃO PARA O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE
LINGUÍSTICA (INDL)

LETÍCIA DE SOUZA AQUINO

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (UnB) - Orientadora

Prof^o. Dr^o. Aryon Dall'Igna Rodrigues (UnB) - Membro interno

Prof.^a Dr.^a Terezinha de Jesus Machado Maher (Unicamp) - Membro externo

Prof.^o Dr.^o Hildo Honório do Couto (UnB) - Suplente

BRASÍLIA

2010

AO POVO ASURINÍ DO TOCANTINS

AGRADECIMENTOS

Aos Asuriní por terem me recebido tão bem em todas as vezes nas quais estive entre eles; aos professores Asuriní, Kate'ýma, Ipirá, Morosopía e Paturína, pela colaboração ativa imprescindível nesta pesquisa.

Aos meus pais, Sergina Maria e Francisco Aquino, por terem garantido a minha educação e por me amarem como ninguém. A minha irmã caçula Bárbara que me mostra o meu lado difícil e mesquinho de ser, a ser superado, e pelas conversas antropológicas. Ao meu irmão, não mais presente, pelo ser especial que ele foi, e a todos os demais da minha grande família.

À professora Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, por ter me apresentado e proporcionado o convívio com os Asuriní, povo que ela tanto ama e ao qual há anos se dedica, por compartilhar comigo seus momentos de luta e trabalho comprometido pelos povos indígenas do Brasil, bem como por sua linda e aventureira história de vida, e por me mostrar os caminhos da linguística que antes não fazia a menor ideia de que existiam.

Ao professor Aryon D'Alligna Rodrigues pela humildade em compartilhar o seu vasto mundo de muitos conhecimentos e pelos almoços temperados a fonologia, morfologia, história das línguas e da linguística.

À professora Terezinha de Jesus Machado Maher (Teca), por ter me recebido tão bem quando estive por um semestre de estudos na Unicamp, por meio de um projeto PROCAD, e por ter-me apontado direções que me levaram a experimentar e a me apaixonar pela pesquisa sociolinguística que realizei. Sem palavras para agradecê-la.

À Suseile Andrade por ter me ajudado muito na pesquisa e pela amizade. A Ariel Pheulla por sua *expertise* que me salvava nos momentos de ignorância tecnológica e pelos debates linguísticos, a todos os companheiros das idas aos Asuriní: Daniela Martins, Bethy Mindlin, Carla Yamane, Aurílio, Erika, Paulo, Nicolas, Thaís, Ronaldo.

Aos amigos do Lali: Aisanain Paltu Kamaiurá, Anita Fermin Vasques, Edilson Martins Melgueiro Baniwa e Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá. Os demais colegas não-indígenas com quem tenho estudado e pesquisado: Andérbio Márcio Silva Martins, Chandra Wood Viegas, Edineide dos Santos Silva, Fernando Orphão, Lidiane Szerwinsk Camargos,

Marcelo Pinho de Valhery Jolkesky, Maxwell Gomes Miranda, Nadia Maria Jorge Medeiros, Sanderson Castro Soares de Oliveira.

A Rosita Soares, pela amizade de tantos anos, a Vinícius Vasconcelos, amigo dos caminhos da vida, a George Porto Ferreira, pela disposição em fazer o bem e o mapa da TIT, a Antônia Reoli, pelas estatísticas, a Luana Carvalho pelos ajustes finais na diagramação e impressão, e a todos os que não listo aqui, mas estão presentes de uma forma ou de outra em minha vida e que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Agradeço também

Ao CNPQ, pela bolsa de mestrado.

Ao IPHAN, por financiar a pesquisa no âmbito do Projeto Piloto Asuriní do Tocantins, que compõe o INDL.

À Abralin, pela parceria.

À CAPES e à SECAD pelo apoio ao Projeto Observatório da Educação Indígena coordenado pelo LALI/UnB, que tem permitido o trabalho mais intenso de professores e sábios Asuriní para mudar o destino de sua língua, fortalecendo-a e fazendo-a a cada dia mais falada e apreciada.

Ao Procad/Capes, pelo auxílio financeiro para minha ida à Unicamp.

Ao Laboratório de Línguas Indígenas (LALI/UNB), centro de excelência em estudo das línguas indígenas brasileiras onde fui introduzida ao estudo das línguas indígenas e onde desenvolvi este estudo.

RESUMO

Esta dissertação trata de duas pesquisas sociolinguísticas (Pesquisa I e Pesquisa II) realizadas entre os Asuriní do Tocantins (PA), no âmbito do Projeto *A LÍNGUA ASURINÍ DO TOCANTINS: UM PROJETO PILOTO PARA A METODOLOGIA GERAL DO INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA*, do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)/MinC/IPHAN. O presente estudo segue a abordagem sobre línguas em situação de obsolescência, como as propostas por Dorian (1981), Thomason (2001a; 2001b) e Campbell e Muntzel (1989), as quais fundamentaram a estruturação da Pesquisa I, bem como adotou o instrumento organizado por Maher (2007), fundamentando-se em seus estudos (1996, 2008), na Pesquisa II; a proposta de Maher parte do pressuposto de que “identidade e repertório verbal relacionam-se com o contexto socio-histórico em que os indivíduos se inserem” (DELL HYMES, 1984). O objetivo deste estudo foi o de realizar um diagnóstico do grau de vitalidade da Língua Asuriní do Tocantins, da sua situação sociolinguística atual, com ênfase nas atitudes linguísticas e anseios de seus falantes com respeito à sua língua ancestral. A expectativa é que esse diagnóstico possa contribuir para a formulação de metodologias do INDL, que por sua vez estimulará a criação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das línguas e culturas dos povos indígenas do Brasil.

Palavras-chave: Asuriní do Tocantins; Pesquisas sociolinguísticas; INDL

ABSTRACT

This thesis is about two sociolinguistic researches (Research I and Research II), applied among the Asuriní do Tocantins, a Tupí indigenous group living in the State of Pará. The researches are a part of the Project LANGUAGE ASURINÍ DO TOCANTINS: A PILOT PROJECT FOR THE GENERAL METHODOLOGY OF THE SURVEY OF NATIONAL LINGUISTIC DIVERSITY, founded by the MinC/IPHAN under the National Inventory of Linguistic Diversity (INDL). As for Research I, this study adopts the approaches on obsolescent languages (cf. DORIAN, 1981; THOAMASON, 2001a, 2001b; CAMPBELL & MUNTZEL, 1989); Research II follows a survey organized by Maher (2008) and follows his studies about this subject (1996, 2008), whose view is that "verbal repertory and identity are deeply related to the socio-historical context of the individuals" (Dell Hymes, 1984). The aim of the present study is to make a diagnosis of the degree of vitality of the Asuriní do Tocantins language, the Asuriní people sociolinguistic situation and his attitude towards the future of his native language. This work shall contribute to the INDL, which in turn will stimulate language policies in behalf of the life and health of Brazilian Indian languages and cultures.

Key words: Asuriní do Tocantins; Sociolinguistic research; INDL

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	12
0 Considerações iniciais	12
0.1 Contornos gerais da pesquisa	13
0.2 Objetivos	13
0.3 Resultados esperados.....	14
0.4 Justificativa.....	14
0.5 Organização desta dissertação	14
CAPÍTULO 1	
Considerações iniciais sobre o povo Asuriní do Tocantins	
1.1 O povo Asuriní do Tocantins	16
1.2 Localização	16
1.3 O Etnônimo	20
1.4 O povo Asuriní – Histórico do contato	21
1.5 A cidade de Tucuruí e seus habitantes	26
1.6 As mudanças socioculturais	29

1.7	Os espaços da aldeia Trocará	30
1.8	Subsistência	32
1.9	Rituais Asuriní	35
1.10	Síntese	38

CAPÍTULO 2

Sobre a Língua e a Educação Escolarizada Asuriní

2.1	A Língua Asuriní	40
2.2	A vitalidade da Língua Asuriní	42
2.3	A educação formal Asuriní	44
2.4	A transmissão da Língua Asuriní	47
2.5	Síntese	48

CAPÍTULO 3

Línguas em contato, obsolescência e fortalecimento de uso de línguas

3.1	Introdução	50
3.2	Sobre o contato entre línguas	50
3.3	Um modelo teórico sobre a morte de línguas	53
3.4	Sobre falantes de línguas em estado avançado de obsolescência	54
3.5	Hipóteses sobre o desenvolvimento estrutural de línguas em estado avançado de obsolescência.....	56
3.6	Sobre binlguismo e multilinguismo, como resultados lingüísticos do contato de línguas	57

3.7	Sobre atitudes lingüísticas.....	59
3.8	Síntese	61

CAPÍTULO 4

Sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) e o Projeto Piloto Asuriní do Tocantins

4.1	Introdução	62
4.2	O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)	62
4.3	O Projeto Piloto da Língua Asuriní do Tocantins	63
4.4	Aspectos da pesquisa	66
4.5	Os impactos do Projeto Piloto	70
4.6	Síntese	70

CAPÍTULO 5

As pesquisas sociolingüísticas: fundamentos e métodos de aplicação

5.1	Introdução	72
5.2	As pesquisas sociolingüísticas, fundamentos e métodos	72
5.3	Descrição das pesquisas sociolingüísticas	75
5.4	Metodologia de pesquisa	77
5.5	Síntese	84

CAPÍTULO 6

Resultados das pesquisas sociolinguísticas I e II

6.1	Introdução	86
6.2	Pesquisa I e Análise sociocultural	86
6.3	Pesquisa I - Análise sociolinguística	89
6.4	Pesquisa II – Análise sociolingüística	94
6.5	Síntese.....	107

CAPÍTULO 7

A Instituição do INDL

7.1	Entrevista	110
7.2	Decreto n° 7.387, de 9 de dezembro de 2010	111
8	Considerações Finais	114

	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
--	----------------------------------------	------------

	ANEXO 1 – Registros Fotográficos.....	124
--	----------------------------------------------	------------

	ANEXO 2 – Instrumento de Pesquisa (Pesquisa II).....	127
--	-------------------------------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

0 Considerações iniciais

Esta dissertação trata de duas pesquisas sociolinguísticas desenvolvidas junto aos Asuriní do Tocantins, também conhecidos como Asuriní do Trocará, no âmbito do Projeto Piloto *A LÍNGUA ASURINÍ DO TOCANTINS: UM PROJETO PILOTO PARA A METODOLOGIA GERAL DO INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA*, um dos projetos do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). As duas pesquisas aqui tratadas têm em vista: a) descrever a situação de uso das línguas Asuriní e portuguesa; e b) descrever a situação de transmissão da Língua Asuriní do Tocantins, considerada uma língua em adiantado grau de obsolescência.

As duas pesquisas se complementam e os seus respectivos resultados contribuem para a composição de um quadro detalhado da realidade atual da Língua Asuriní, consideradas as diferentes variáveis sociolinguísticas implicadas nas situações de seu uso por diferentes gerações de indivíduos Asuriní.

A Língua Asuriní do Tocantins é uma das línguas da família Tupí-Guaraní relativamente documentada, que já foi objeto de vários estudos linguísticos, mas que vem perdendo espaço para o Português desde os primeiros contatos desse povo com os não índios. A partir da década de 1980, o processo de obsolescência da língua Asuriní foi acelerado pela implantação na região da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, como veremos adiante.

A Língua Asuriní do Tocantins foi classificada como pertencente ao sub-ramo IV da família linguística Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1984-1985), ao lado do Parakanã, Turiwára, Tembé, Guajajára, Suruí, Avá-Canoeiro e Tapirapé. Mantém maior proximidade genética com o Parakanã (RODRIGUES E CABRAL, 2002, 2010) e, apesar de encontrar-se em estágio adiantado de obsolescência, mantém-se surpreendentemente conservadora na fala das pessoas mais velhas que a preservam (RODRIGUES e CABRAL, 2010).

As duas pesquisas sociolinguísticas, que são objeto deste estudo, vêm contribuir com um olhar sobre o uso e transmissão da língua Asuriní, que se soma aos estudos linguísticos existentes sobre a mesma, e que, juntos, constituem importantes bases para ações que visem ao fortalecimento dessa língua.

0.1 Contornos gerais da pesquisa

As duas pesquisas são de natureza qualitativa. A primeira se apoia na concepção de pesquisa sociolinguística de línguas em estado avançado de obsolescência em situação de obsolescência, que tomam como parâmetro os estudos de Dorian (1981), Thomason (2001a; 2001b), Campbel e Muntzel (1989). A Pesquisa I objetiva identificar níveis ou graus de proficiência em situações de obsolescência linguística; a Pesquisa II utiliza instrumento desenhado por Maher para a geração de dados (2008) e se baseia em seus estudos (1996, 2007), essa autora parte do pressuposto de que identidade e repertório verbal relacionam-se com o contexto socio-histórico em que os indivíduos se inserem (DELL HYMES, 1984) e elege práticas discursivas relativas à identidade linguística e às “...interpretações culturais de suas línguas que compõem seu repertório verbal” (MAHER, 1996, p. 35). Maher inspira-se em documentos como os *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas* (RFPI) (Brasil, 2002) e o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (RCNEI) (MEC, 1998) para aprimorar seus instrumentos de pesquisa. A Pesquisa II objetiva descrever por meio do instrumento de pesquisa as atitudes, os usos linguísticos e as práticas de letramento na comunidade.

0.2 Objetivos

Esta dissertação tem como objetivo principal investigar: a) a realidade demográfica de uso da língua Asuriní do Tocantins, através de gerações distintas, entre homens e mulheres; b) descrever os contextos e modalidades de uso da Língua Asuriní; e c) descrever o grau de transmissão intergeracional através da leitura que os próprios Asuriní fazem de sua realidade linguística e cultural, o que corresponde à parte de suas atitudes linguísticas.

0.3 Resultados esperados

A expectativa é que os resultados das pesquisas possam ser usados não apenas como diagnóstico a compor o leque de possibilidades do INDL, mas também como referência a projetos educacionais e culturais que contribuam para fortalecer, no caso específico, o uso da Língua Asuriní e estimular a sua transmissão para as próximas gerações.

0.4 Justificativa

Conforme Sichra (2003, p. 41), a possibilidade que alguém tem para empregar sua língua depende da ocasião que se pode oferecer para isso. A atitude linguística não é perceptível de maneira imediata e tradicionalmente não tem sido levada em conta pelas investigações sociolinguísticas. Atitude linguística pode ser concebida como a valorização da língua por seus falantes segundo critérios estéticos, formais e funcionais e pela opinião que se tem a respeito da língua e que se estende à comunidade associada a esta língua. Para que o falante assuma uma atitude linguística pressupõe-se uma consciência da situação linguística por parte dele. Em geral, somente uma situação conflitiva ou modificação do *status quo* de uma comunidade de fala cria ocasiões para refletir sobre a própria língua, seu papel e seu simbolismo. Nesse sentido justifica-se a relevância deste trabalho.

0.5 Organização desta dissertação

Esta dissertação é constituída de uma introdução, em que apresentamos o tema estudado, os contornos gerais da pesquisa, os objetivos das pesquisas e a justificativa do estudo. No Capítulo 1, apresentamos algumas considerações sobre o povo Asuriní do Tocantins, seu histórico de contato e alguns aspectos socioculturais. No Capítulo 2, apresentamos algumas considerações sobre a Língua Asuriní e o contexto educacional do povo Asuriní. No Capítulo 3, apresentamos uma breve discussão sobre línguas em contato e obsolescência, bem como sobre atitudes e políticas linguísticas.

No Capítulo 4, apresentamos informações referentes ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) e ao Projeto Piloto Asuriní do Tocantins. No Capítulo 5, apresentamos as metodologias das duas pesquisas sociolinguísticas realizadas. No Capítulo 6, apresentamos os resultados e análises das pesquisas. Finalmente, na conclusão, discutimos os resultados a que chegamos com o presente estudo. Seguem à conclusão as referências bibliográficas e um anexo que reúne fotos de pessoas da comunidade Asuriní.

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O POVO ASURINÍ DO TOCANTINS

1.1 O povo Asuriní do Tocantins

O povo Asuriní do Tocantins, também conhecido como Asuriní do Trocará, é constituído de 436 pessoas (Censo da FUNASA outubro de 2010) que vivem na Terra Indígena Trocará (TIT), localizada no Estado do Pará, cerca de 18 Km ao norte da cidade de Tucuruí. A língua original dos Asuriní é conhecida pelo mesmo nome Asuriní e foi classificada por Rodrigues (1985) como pertencente ao subramo IV da família Tupí-Guaraní. Nas seções seguintes apresento informações sobre a localização geográfica e sobre aspectos socioculturais do povo Asuriní, as quais contextualizam o problema da obsolescência linguística tratado nesta dissertação.

1.2 Localização

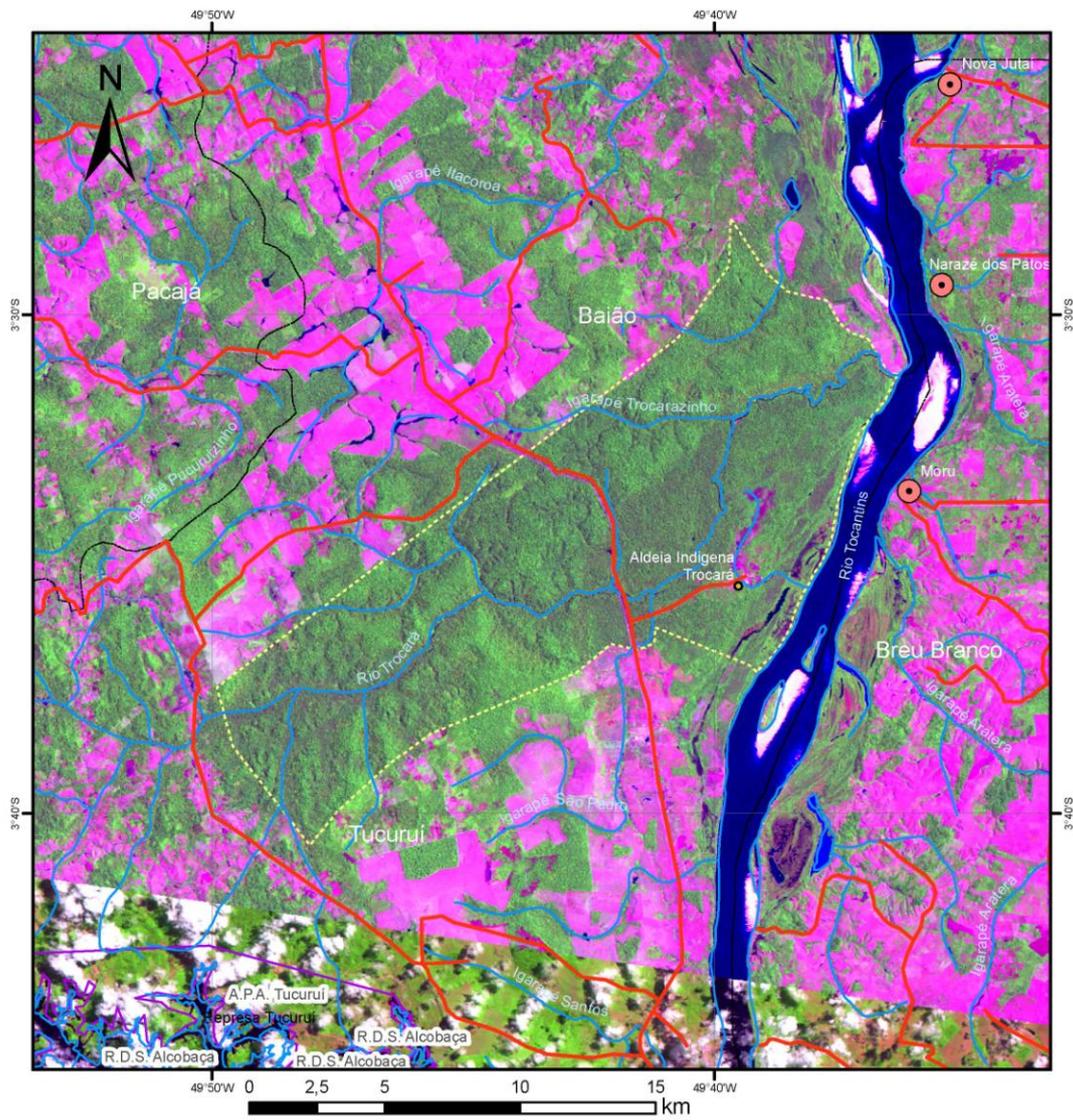
A Terra Indígena do Trocará (TIT), em que vive o povo Asuriní, situa-se nos limites dos municípios de Tucuruí e Baião e a aldeia do Trocará é a que tem localização mais próxima da cidade de Tucuruí, distando cerca de 2 km das margens do Rio Tocantins. A demarcação da área que correspondente a TIT foi realizada em 1977 e em 1982 teve sua situação regularizada e homologada (CARVALHO *et al.*, 2006, p. 1).

A população que vive na TIT distribui-se em cinco aldeias: *Trocará*, *Ororitáwá*, *Oimutawá*, *Itaraohoa* (“cachoeira grande”) e *Pikiá*. Há um grupo (duas famílias Asuriní e uma Tembé) que vive no Km 18 da Trans-Cametá, onde se situa o igarapé Trocarazinho, um dos limites da TIT. Há ainda na TIT um índio Urubu Ka`apor de aproximadamente 95 anos, que vive sozinho, e indígenas das etnias Mundurukú, Anambé e Parakanã. Parte dos Asuriní que mora atualmente na aldeia do Trocará veio de uma área próxima ao rio Pacajá, situada nos limites dos municípios de Portel e Pacajá, a qual, desde 2006, está em processo de reivindicação por parte dos Asuriní, para que seja reconhecida pela Funai como parte da TIT, visto que é considerada necessária para a integridade e sobrevivência deste povo.

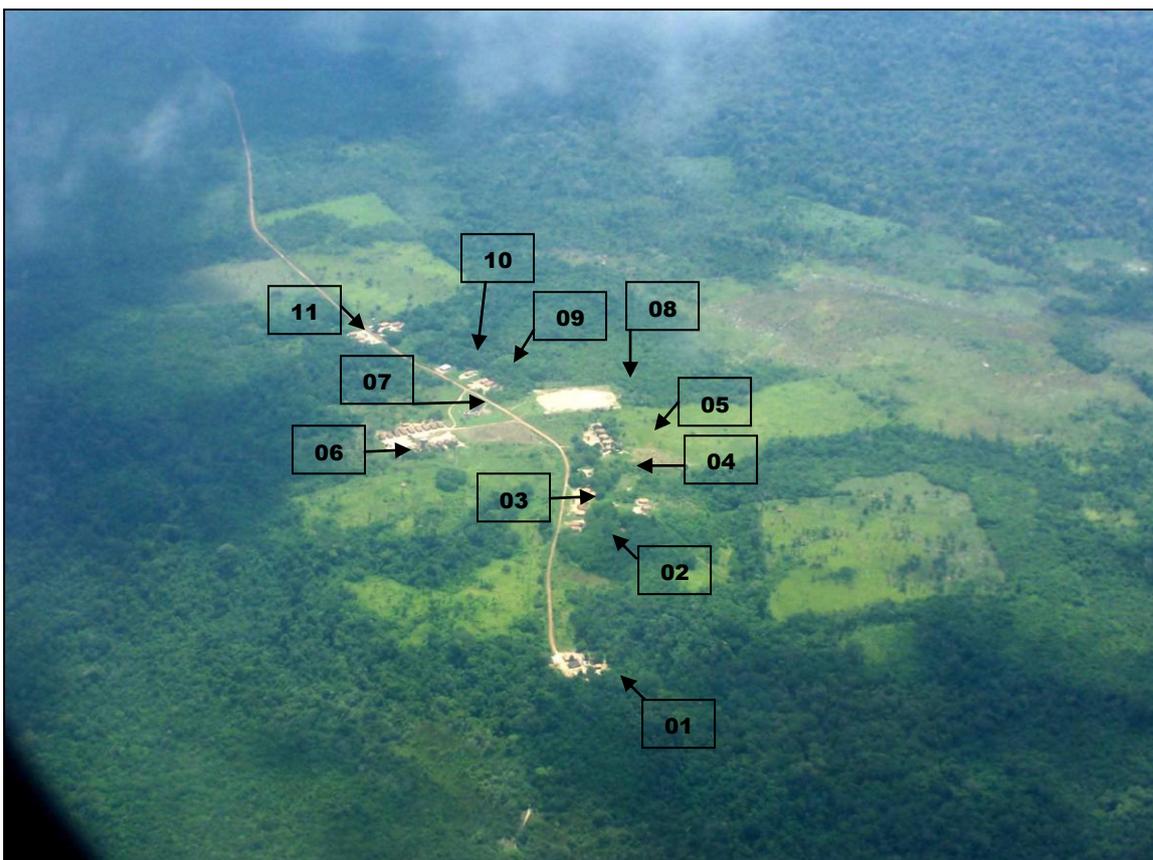
Segundo Carvalho *et al* (2006, p. 2), a aldeia Ororitáwá surgiu do desejo de lideranças mais tradicionais se distanciarem dos problemas decorrentes da construção da BR-422 (Trans-Cametá), que atravessou a TIT e que acarretou a chegada de energia e, conseqüentemente, modificou a vida pacata da comunidade, facilitando a introdução de eletrodomésticos, dentre os quais, sons de alta potência, provocando modificações culturais que incomodam os Asuriní mais velhos. A aldeia do Trocará dista 30 Km da aldeia de Ororitawá, mas nesta as casas mantêm um padrão mais próximo dos padrões tradicionais de casas Asuriní e não há energia elétrica, a roça é mais produtiva e a caça mais abundante. Os grupos que habitam *Ororitáwá* permanecem nela, durante o verão, e, no inverno, voltam para a aldeia do Trocará devido às dificuldades de locomoção na época das chuvas. Embora vários grupos familiares distribuam-se pelas cinco aldeias durante alguns períodos do ano, a aldeia central – Trocará – é considerada a aldeia de todos e, há momentos em que todos os Asuriní se reúnem nela, o que contribuiu para que nossa pesquisa fosse realizada na aldeia Trocará.

Segue mapa da Terra Indígena Trocará.

Terra Indígena Trocará



As famílias Asuriní se distribuem em pequenos núcleos que formam os conjuntos das casas, a maioria delas de alvenaria, abastecidas com água encanada e luz elétrica. Os núcleos estão divididos entre as principais lideranças, por razões de parentesco mais próximos e casamentos, que são: núcleo do Purakê, núcleo do Nisanixá, núcleo do Sakamiramé, núcleo do Inatáraohóá, núcleo do Serewiá, núcleo do Kasóangáwa e núcleo do Henonewára.



Vista aérea da Aldeia Trocará (Imagem extraída de Carvalho *et al* 2006, vol 1, p. 20)

01 - Posto da FUNAI; 02 - Núcleo do Líder Purake; 03 - Enfermaria, Posto de Saúde e Escola; 04 - Casa do Açai e AIPAT; 05 - Núcleo do Líder Nisanisha; 06 - Núcleo maior de casas; 07 - Viveiro PDPI; 08 - Campo de Futebol; 09 - Núcleo do Líder Henonewára; 10 - Casa de Farinha; 11 - Núcleo do Líder Kajuangáwa. Foto retirada do relatório de Carvalho *et al* (2006, p. 20).



Inataraohoa Asuriní (ao centro) e sua família. Foto Letícia Aquino (LA).

1.3 O Etnônimo

Atualmente o povo Asuriní é conhecido na literatura por Asuriní do Trocará e/ou Asuriní do Tocantins. Foi-lhe também atribuído o nome *Akuawá-Asuriní* (LARAIA & DA MATTA, 1967), mas esse nome foi associado a conceito pejorativo, designando “índios bravos”, “índios do mato”, índios “sem muito tempo de contato”; o linguista Carl Harrison (1980, p. 12) registrou, na década de 60, que esse termo era utilizado para denominar “tribos alheias que preferem continuar sua existência como índios do mato e resistem à aculturação”. Também segundo Andrade (1992, p. 16-17), os Asuriní já se autodenominaram *Tiramoitoa* (“reunião de muita gente”) quando residiam no Rio Xingú, juntamente com os Parakanã.

Cabe destacar que, segundo Cabral (2006), *Awaeté* é uma categoria mais inclusiva de Tupí que os coloca lado a lado com seus inimigos tradicionais, os Parakanã, mas os distingue de indígenas do grupo Jê. Torna-se, por isso, difícil crer que esta seja sua autodenominação. Já *Akwawá* é uma categoria mais abrangente que

Awaeté, na medida em que parece designar todos os índios que têm práticas estritamente tribais em oposição, portanto, aos “modos” dos brancos.

O termo Asuriní tem origem na língua Juruna e desde o século passado tem sido utilizado para designar diferentes grupos Tupí da região, entre os rios Xingu e Tocantins (cf. Nimuendaju, 1948:225 *apud* ANDRADE, 1992, p. 17). No caso dos Asuriní do Tocantins, este termo começou a ser empregado para denominá-los na década de 50, durante os trabalhos de pacificação.

1.4 O povo Asuriní – Histórico do contato

Segundo Franz Boas (1920, *apud* LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 21), “para compreender a história, não basta saber como são as coisas, mas como chegaram a ser o que são”. Assim, em um estudo de cunho etnográfico, faz-se importante esse olhar ao passado para melhor compreender como tudo chegou a ser o que é; todavia, sem apegos a esse e objetivando sempre seguir em frente.

Conforme relato que segue de Porakê, comentado por Cabral, em julho de 2009, em entrevista dada à UnB TV, depreende-se que a história desse povo pode ser dividida em dois grandes momentos para melhor entendimento: período pré-contato e período pós-contato.

A terra em que atualmente se encontram os Asuriní fazia parte do caminho pelo qual eles estavam sempre indo e vindo do Pacajá para o Tocantins. A aldeia do Trocará não era a aldeia deles, mas um dos pontos em que circulavam nas suas andanças pela sua região. Quando se deu o contato, os Asuriní foram induzidos a vir para onde hoje é a TIT. O grupo que permaneceu no Pacajá só no final dos anos 70 chegou à TIT, onde passou a sofrer dificuldades de adaptação à vida sedentária, não-nômade, pois antes a vida deles era de andar pelo mato por uma região imensa, do baixo Xingu até o Trocará. Iam e vinham caçando, em um constante processo de migração por esse território.

História de ocupação das margens do rio Tocantins

Segundo informações que constam em Laraia (1967, pp. 31-35), os primeiros não índios a penetrar no vale foram missionários católicos, seguidos em 1669 por Gonçalo Pires, na busca de riquezas, com a descoberta do cravo, castanha e canela no Tocantins, bem como por bandeirantes vindos do Maranhão. No século XVIII inicia-se a penetração do gado no vale do Tocantins, o qual se fixa à margem direita do rio, e foi por esse tipo de penetração que surgiu Marabá, a qual posteriormente se torna um importante ponto comercial.

Ainda segundo Laraia (1967, p. 31), em 1724, o Padre Marcos Armulfini funda uma aldeia na cachoeira de Itaboca, para facilitar a navegação e pelo mesmo motivo surge, em 1782, Alcobaça, atual Tucuruí, e o Forte de Nossa Senhora de Nazaré; todavia, em 1849 este povoado foi destruído pelo gentio, assim, por muito tempo esta zona do Tocantins teve seu “desenvolvimento” impedido pela existência de muitas cachoeiras e pela presença dos grupos indígenas. Além dos missionários e bandeirantes da expansão pastoril, as expedições geográficas, contribuíram para o surgimento do povoado de Alcobaça, a partir do século XVIII, por meio de um programa que tinha como objetivo facilitar as navegações pelo rio. Todavia, foi somente no século XX que a produção e o escoamento do caucho e da castanha determinaram o povoamento do Tocantins, principalmente à sua margem esquerda. A necessidade de exportar castanha e o caucho determinou no início do século XX a construção de 117 Km da Estrada de Ferro Tocantins, fazendo com que Alcobaça ressurgisse. Tal obra foi completada por volta de 1940. Nessa época morreram muitas vítimas da malária.

Os Asuriní, antes e depois do contato

Segundo informações que constam em Laraia (1967), Andrade (1992) e Carvalho *et al* (2006), antes do contato, os Asuriní eram um povo nômade que tinha como costume mudar de aldeia periodicamente, provavelmente, de cinco em cinco anos, sempre em busca de disponibilização de alimentos. Todavia, após o contato, os Asuriní fixaram-se junto ao Posto do SPI, às margens do Tocantins, deslocando-se 2 Km para o interior após a enchente, e permanecem nesse local, que corresponde à Reserva Indígena Trocará, há mais de 25 anos, tendo sofrido um processo de sedentarização. Desde

quando foram contactados, na década de 50, os Asuriní perderam muitos costumes tradicionais.

Faz-se importante falar dos Parakanã, pois, conforme Andrade (1992, pp. 31-33), foi devido à presença desse grupo que os Asuriní procuraram a aproximação com os brancos, não permanecendo em sua aldeia original e sendo conduzidos à cidade, numa tentativa frustrada de “urbanização” e abandono das terras.

Assim, nessa retrospectiva tem-se que, segundo Andrade (1992, p.19-22), no final de 1920, se iniciaram os contatos entre os indígenas da região, do Rio Xingú ao Rio Tocantins, sendo Asuriní e os Parakanã tratados como um único grupo, mas posteriormente distinguidos como sendo de grupos diferentes. Os principais inimigos dos Asuriní na época pré-contato eram os seus parentes mais próximos, os Parakanã. Estes se cindiram inicialmente em dois grupos, Parakanã do Lontra e do Pucuruí, ainda no Xingú, em função de ataques dos Kayapó. Ainda segundo esta autora, os Asuriní e os Parakanã do Pucuruí só voltariam a se reencontrar com os Parakanã do Lontra quando passaram a habitar as cabeceiras do Rio Pacajá, sendo essa passagem da região do Xingú para o Pacajá motivada por guerras com os Kayapó. Na região do Pacajá, os Asuriní mantinham relação de guerra com os Parakanã do Lontra e em seguida houve também a cisão entre os Asuriní e os Parakanã do Pucuruí motivada por “briga por causa de roubo, ciúme de mulher”, segundo os Asuriní (ANDRADE, 1992). Assim, os Parakanã seguiram para a região do Pucuruí e os Asuriní para as proximidades do Rio Trocará.

Ainda conforme Andrade (1992, p. 20), após a cisão com os Parakanã, os Asuriní teriam constituído várias aldeias nas regiões dos Rios Pacajá e Trocará. Esse foi um período de vários conflitos e cisões internas dos Asuriní. No período seguinte, os Asuriní teriam se dividido em duas aldeias às margens do Rio Pacajá e, em seguida, um grupo permaneceu no Pacajá e outro se deslocou para a região do Rio Trocará. Esse último se dividiu ainda em duas aldeias: *Iytaohoa*, localizada na região da Cachoeira Grande, e *Tutawa*; esses dois grupos se relacionavam pacificamente, por meio da participação em rituais e trocas de esposas, mas também conflituosamente, nas disputas por espaços de lideranças. Eles ainda guerreavam com os Parakanã, de quem já haviam se separado. O grupo de *Iytaohoa* transferiu-se para onde hoje se encontra a estrada Transcmetá, no interior da Terra Indígena Trocará, e em seguida dentro dessa mesma

área transferiram-se para a cabeceira do Rio Trocará, na região da Serra Grande, formando o conhecido “grupo do Trocará” na época do contato.

Conforme Arnaud (1983, p. 84 *apud* ANDRADE, 1992, p. 21), “O contato oficial dos Asuriní com a frente de atração do SPI deu-se em março de 1953, no ‘sítio Apinajé’, entre os igarapés Piranha e Trocará, próximo à área que ocupam atualmente.” De acordo com Andrade (1992), nesse período, os conflitos entre Asuriní e Parakanã e Asuriní e não-índios (em geral, castanheiros e trabalhadores da estrada de ferro) eram intensos, pois desde os anos de 1920 a região de Marabá até Tucuruí era uma área de exploração de castanha-do-pará e devido a isso determinou-se parte da construção da Estrada de Ferro de Tocantins (EFT), iniciada em 1895 e parcialmente finalizada em 1945, a qual atravessa o território dos Asurini e Parakanã que reagiram à invasão. Atualmente, a EFT encontra-se desativada.

Segundo descrições de Laraia e Arnaud (cf. ANDRADE, 1992, p. 28), este período entre os anos 20 e 50 foi bastante difícil para os Asuriní que guerreavam com os Parakanã e Kayapó. Assim, como já foi dito, a opção dos Asuriní pelo contato pacífico com funcionários do SPI pode ser vista, na época, como uma estratégia para se defender dos antes inimigos: os Parakanã. Nesse período houve uma redução elevada da população Asuriní, devido ao contato com doenças, à falta de assistência adequada etc. Diante de tal situação, um grupo, o do Pacajá, com cerca de 30 pessoas, retomou seu modo tradicional de subsistência em local isolado, optando por uma vida independente do órgão tutor, mantendo contato apenas com regionais, como estratégia para aquisição dos bens industrializados; o outro grupo, o atual grupo do Trocará, permaneceu junto ao posto em uma relação de extrema dependência, pois eram controlados em relação à entrada de bens industrializados, às atividades econômicas e à escolha da liderança da aldeia. Em 1974, o grupo do Pacajá decide residir junto ao posto da Funai.

Laraia (1967, p. 22) relata, que em 1962, havia uma situação de extrema depopulação, resultado de sucessivas epidemias trazidas com a “pacificação”, com um sistema social aparentemente desarticulado pelo contato; existiam naquele ano apenas 34 indígenas residentes junto ao posto do SPI, 10 dispersos entre não indígenas e 14 na mata (grupo do Pacajá), do total de 192 indígenas em 1953, quando foram contactados. Nesse sentido, o autor afirma a existência de:

uma população duramente afetada em sua demografia e sistema de valores, a qual punha em questão a busca de solução para os problemas de seres humanos que testemunhavam o desaparecimento de sua sociedade, visto que em grupos tradicionalmente bem ajustados e de população reduzida, a depopulação afeta de modo drástico a padronização da conduta, ficando assim abertas tantas alternativas de ação quantas se tornarem necessárias para tentar equilibrar o sistema social, predominando simplesmente a tentativa de sobreviver. (LARAIA, 1967, p. 22)

De acordo com Laraia (1967, p. 62), à época, o contato apresentou saldos negativos para os Asuriní, os quais foram atraídos para fora de seu território tribal, rompendo com isso a estrutura socioeconômica do grupo, causando também epidemias de gripe. Por outro lado, a dificuldade de integração dos Asuriní à sociedade nacional fez com que eles se apegassem mais fortemente à sua identificação étnica.

Este mesmo autor afirma que “o processo de fricção interétnica Asuriní foi intenso; os Asuriní à época do contato se encontravam em uma situação geográfica de fácil acesso”. Assim, “quando a frente de expansão apodera-se das terras indígenas, consuma-se a extinção dos indígenas, visto que a vasta floresta é o meio tradicional de sobrevivência, mas separados dela e incapazes de se integrarem ao sistema econômico dominante, os indígenas tornam-se dependentes do órgão protecionista ou se reduzem a uma população miserável e apática; o que é pior, frequentemente as duas coisas acontecem juntas.” (p. 68).

Outro fato faz-se importante considerar como influente na conformação de tal contexto social: a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí entre os anos 1975 e 1984. Segundo Andrade (1992, p. 39), tal acontecimento causou “efeitos indiretos” ao povo Asuriní, o qual não teve seu território inundado como o dos Parakanã e Gavião, pois provocou intensa transformação socioeconômica na região, com a vinda de grande contingente de trabalhadores e pessoas atraídas pelo empreendimento e a transferência da

população regional, causando pressões no território indígena e desequilíbrios ecológicos, como desmatamento, o que diminui a caça, e poluição do rio, o que diminui a pesca. Além disso, a Área Indígena Trocará está cercada por fazendas de gado, sendo, portanto, uma das poucas áreas de mata que restam no município.

Segundo Carvalho *et al* (2006, p. 2), Andrade (1992, p. 32) descreve uma situação social diferente da “desorganização social”, relatada por Laraia (1967, p. 19), pois quando ela esteve presente entre os Asuriní, em 1982, 20 anos após Laraia, encontrou uma população de 132 indígenas, em um sistema social que continuava operante, por meio da retomada de rituais, práticas de pajelança, mitos e canções; todavia, encontravam-se na mesma relação de dependência com a Funai, bem como de tensão entre os dois grupos (do Pacajá e do Trocará) que naquele momento viviam na mesma aldeia.

Na década de 80, segundo Andrade (1992, p. 48), os Asuriní não realizavam reuniões noturnas ou discursos no pátio para tomadas de decisões, assumindo um jeito bastante único de se organizar, no sentido em que quando uma deliberação precisava ser feita, “iniciava-se um grande burburinho pelas casas. Podendo-se flagrar discussões e fofocas sobre o tema”; nesse contexto as mulheres assumem o papel de leva-e-traz da informação e os homens assumem uma postura mais discreta, até que se chega a uma decisão de consenso, sem que qualquer pessoa assuma claramente a condução do processo de decisão.

1.5 A cidade de Tucuuruí e seus habitantes

As lideranças Asuriní sempre se mobilizaram para enfrentar os desafios que a relação com a sociedade circundante lhes coloca. Assim, faz-se importante contextualizar o leitor acerca do histórico e das principais características da parte principal e mais influente dessa sociedade circundante, a cidade de Tucuuruí.

Segundo Carvalho *et al* (2006), no caso dos Asuriní, o principal núcleo urbano e o mais próximo à aldeia é a cidade de Tucuuruí. A cidade está dividida em duas partes, uma que abriga a Vila da Eletronorte, e outra onde se localizam o mercado, a prefeitura, a igreja, o comércio, o shopping center, as escolas, a praça central, a feira e o porto. Há uma diferença socioeconômica bastante visível entre as duas partes da cidade, sendo a

primeira, onde se situa a Eletronorte a parte mais privilegiada, com construções atuais, água encanada e esgoto, etc, ou seja, uma melhor infraestrutura e totalmente à parte do centro da cidade. Uma analogia pode ser feita em relação à atual situação de desigualdade com o contexto encontrado por Laraia na década de 60, em que o lugar de privilégio da Eletronorte antes pertencia à empresa responsável pela construção da Estrada de Ferro Tocantins (EFT).

Ainda segundo Carvalho *et al* (2006), atualmente, a maior parte da cidade possui luz elétrica e uma melhor infraestrutura, todavia, ainda é possível perceber diferenças socioeconômicas existentes entre o núcleo mais antigo de Tucuruí e a área onde se localiza a vila da Eletronorte. Assim, mantém-se o padrão histórico em que a melhor parte da cidade encontra-se ocupada pelos funcionários das grandes empresas que ali se instalam o que gera o aumento do capital dentro da cidade, fazendo com que se proliferem outros tipos de investimentos, como casas comerciais e outras atividades periféricas.

De acordo com Laraia (1967, p. 50), a construção da EFT, na época, “fez com que o contingente populacional de Tucuruí se concentrasse na área urbana, ao contrário das outras localidades da região, fazendo com que ocorressem constantes crises de gêneros alimentícios, pela falta de contingente rural”. A atividade se intensifica em Tucuruí quando a safra de castanha proveniente de Marabá deve ser embarcada para Belém, há então maiores possibilidades de trabalho, mas os efeitos positivos desta situação atenuam-se diante do aumento da escassez de gêneros, elevação dos preços e o crescimento da pequena zona boêmia.

Os grupos sociais formadores da região de Tucuruí

Na década de 60, segundo Laraia (1967, p. 58), o coletor de castanha caracterizava-se por sua extrema pobreza e impossibilidade de melhorar de vida, pelo fato de viver em extrema dependência em relação aos arrendatários dos castanhais, pois o castanheiro aluga os seus serviços ao arrendatário do castanhal; durante três meses, debaixo de chuvas incessantes, picado por mosquitos, atacado de malária, ele enche os paneiros de ouriço de castanha, misturando a fadiga, a subnutrição, com o temor aos índios, o que ao final lhe rende algumas provisões como sal, café, açúcar, fumo, fósforo,

munição, farinha de mandioca e pilha e algumas dívidas contraídas com o patrão. No resto do ano, o castanheiro vive geralmente em vilarejos ribeirinhos. Os posseiros de terras constituem grupos de imigrantes que fogem das secas no Nordeste, atraídos à região pelas matas verdes, água em abundância e grandes extensões de terras desocupadas; construíam pequenos barracos, plantavam roças e viviam da caça e da pesca enquanto a colheita não dá; até que um dia descobrem que a terra tem dono e veem-se, na maioria dos casos, obrigados a sair dali ou a ficar e morrer.

Segundo Carvalho *et al* (2006, p. 42), as atividades urbanas, a economia extrativa, antigamente a EFT e a navegação fluvial possibilitaram o aparecimento de diversos tipos de pessoas, que de fato ou indiretamente estão em contato com os Asuriní e outros grupos indígenas da região, como funcionários da EFT à época em que esta funcionava, atualmente os funcionários da Eletronorte, vindos das regiões centrais do Brasil, como São Paulo e Brasília, castanheiros, garimpeiros, posseiros de terra, fazendeiros, etc. A população de Tucuruí é formada principalmente por imigrantes vindos em sua maioria da região nordeste do Brasil, como o Maranhão, conquistados pelas ofertas de emprego consequentes da construção da EFT e mais recentemente da Hidrelétrica de Tucuruí. Os funcionários da Eletronorte recebem um vencimento considerado elevado na área, dotados por isso, de um forte poder aquisitivo.

A Trans-Cametá (PA-156)

Segundo informações de Andrade (1992, p. 35), esta rodovia liga as cidades de Tucuruí e Cametá, atravessando a AI Trocará, em seus quilômetros 18 a 27; ela foi construída na década de 70 sem que os índios fossem informados e consultados a respeito do projeto, os quais tomaram conhecimento apenas quando os tratores começaram a atravessar a reserva. Nesse contexto, os Asuriní se reuniram na década de 90, visando à obtenção de uma indenização pelos prejuízos advindos da implantação da rodovia, e decidiram impedir os trabalhos de conservação da estrada e queimar uma de suas pontes, concedendo um prazo de 60 dias para que lhes apresentassem uma solução, chamando a atenção da Funai, da Prefeitura de Tucuruí e da imprensa. Como nada foi feito, os Asuriní queimaram outra ponte e diante de tal investida o Governador do Pará, Hélio Gueiros, anunciou a liberação da indenização.

Segundo Carvalho *et al* (2006, p. 57), foi a partir deste momento, relatado em Andrade (1992), que os Asuriní assumiram pela primeira vez uma postura independente da Funai, bem como souberam articular diante da sociedade de não-índios a identidade Asuriní, pois em suas reivindicações utilizaram-se dos elementos definidores dessa identidade, como a pintura corporal, o uso de arcos e flechas e a expressão na Língua Asuriní, requerendo o auxílio de um índio intérprete, expondo, assim, os emblemas de sua cultura.

1.6 As mudanças socioculturais

Com o passar do tempo, os Asuriní assumiram novos processos para tomada de decisão em relação às questões referentes aos não-índios, adotando um sistema de reuniões periódicas compostas por todos os membros da aldeia ou pelo menos as lideranças de cada núcleo familiar, que hoje em dia são realizadas no *Tekatawa*, no pátio da escola ou no Posto da Funai.

Segundo Laraia (1967, p. 59), as consequências do contato relacionam-se diretamente ao comportamento da sociedade envolvente; em geral essa ratifica seus preconceitos e os indígenas se encontram em desvantagem em um processo altamente competitivo. Muitas mudanças puderam ser notadas, pelo autor, desde os tempos do contato, como a substituição gradativa da tecnologia tribal pela dos regionais, como a substituição de arcos e flechas por armas de fogo, uso de utensílios de metal ao invés dos artefatos de cerâmica, fósforos ao invés da difícil operação de fazer fogo etc, bem como a transformação das grandes casas comunais em moradias do tipo regional o que consequentemente substitui o padrão de residência patrilocal pelo da neolocalidade.

Ainda conforme Laraia (1967, p. 60), a vida cerimonial também sofreu alterações, visto que ritos de passagens não são mais executados, pois a realização desses implicaria na perfuração dos lábios, não mais desejável pelos jovens. Todavia, em 2010 retomou-se o ritual de furação da orelha nas comemorações do Dia do Índio.

Também segundo Laraia (1967, p. 60), a poliginia começa a desaparecer entre os Akuawá-Asuriní, para os quais o contato foi muito mais intenso e onde os jovens começaram a adotar o uso dos termos de parentesco da sociedade não-índia; enquanto entre aqueles que tiveram oportunidade de viver mais em contato com a população de

Tucuruí, começou a ter importância a preocupação de se assemelharem aos brancos, expressa pelo anseio de melhores roupas e utilização de objetos antes não existentes na cultura tradicional indígena.

Segundo Carvalho *et al* (2006, p. 56), atualmente, os Asuriní relatam ter a consciência de que já não vivem do modo antigo, bem como a percepção de que a população está crescendo dentro da reserva, a qual pode não suportar tamanho crescimento, caso não sejam pensadas soluções, inclusive esse é um dos argumentos dos quais se utilizam para requererem a região do Pacajá como parte da reserva.

1.7 Os espaços da aldeia Trocará

A aldeia Trocará possui, além dos núcleos familiares, abordados na primeira parte deste capítulo, duas *Tekatáwa*, uma grande, destinada a reuniões e festas, e outra pequena, que funciona como a casa das flautas, cujo responsável é Henonewára, o principal guardião do conhecimento desses instrumentos sagrados Asuriní. Segundo Andrade (1992, pp. 47-49), a localização do *Tekatawa* faz-se em referência ao sobrenatural e por isso deve ter sua frente sempre voltada para o leste, onde se encontra o Espírito Onça. Antigamente o *Tekatawa* era utilizado somente nas ocasiões rituais, hoje é utilizado também como espaço para decisões políticas. Além disso, em uma de minhas idas a campo, em setembro de 2010, os Asuriní se encontravam em um momento de negociação acerca da construção de outra *Tekatáwa* mais próxima ao núcleo familiar do líder Henonewára, além do já existente no centro do núcleo familiar do líder Sakamiramé. Assim, percebe-se uma possível divergência acerca da atual localização do *Tekatáwa* e da funcionalidade dada a este espaço nos últimos anos.

Conforme Andrade (1992, p. 47) e o que pudemos observar nas idas a campo, os núcleos familiares se constituem em aglomerados de casas e possuem em geral uma área de convivência, geralmente de frente para a casa do casal mais velho. Cada seção residencial constitui uma unidade espacial, mas principalmente uma unidade econômica e política. No âmbito de tais seções ocorre a troca de alimentos, a cooperação em atividades econômicas, a convivência cotidiana e a solidariedade em momentos de crise, como doenças, brigas e divergências políticas. Antigamente os Asuriní mudavam com

relativa frequência a localização de suas casas; hoje isso já não acontece, pois a maioria deles fixou-se na aldeia Trocará devido à existência dessa estrutura física ali constituída.

Além da água oriunda de um poço artesiano, os Asuriní se beneficiam das águas do Trocarazinho que passa à margem da Aldeia. Lagos e igapós próximos a esta aldeia são fontes de peixes de fundamental importância na alimentação dos Asuriní. Nos igarapés próximos às casas, considerados quase como um espaço doméstico, uma continuação da casa, as mulheres lavam roupas e recolhem água para as casas. Apesar de existir água encanada na maioria das casas, essas práticas ainda coexistem.

Há ainda na aldeia Trocará, uma *susyaría r'anga* (“casa do açaí”), a AIPAT (Associação Indígena do Povo Asuriní do Trocará), uma escola, uma casa para professores, um posto de atendimento de saúde com farmácia e alojamento para funcionários da FUNASA. Há ainda duas casas da FUNAI, uma casa de farinha e um campo de futebol.



Escola da aldeia, ao fundo. Foto L.A.



Caminho central da aldeia. Foto L.A.



Núcleo maior de casas com *Tekatawa* ao centro. Foto do relatório de Carvalho *et al* (2006, p. 18).

1.8 Subsistência

Segundo Arnaud (1983, *apud* ANDRADE, 1992, p. 67), a subsistência dos Asuriní no passado era obtida por meio da caça, pesca, coleta e agricultura; sendo que a caça e a pesca eram praticadas com as ferramentas tradicionais (arco e flecha, armadilhas etc). Após o contato, os Asuriní envolveram-se nas atividades do SPI, como o cultivo de lavouras, e assim, eles estão deixando paulatinamente a prática de caça além de não repassarem aos mais jovens os conhecimentos para tal, sendo esse conhecimento repassado com maior frequência somente nas famílias mais tradicionais. Além disso, eles adquirem a complementação dessa caça (fonte de proteína), por meio da pesca, criação de galinhas, patos e gado e pela compra de carnes na cidade de Tucuruí.

Conforme Carvalho *et al* (2006, pp. 30-40), a caça é um recurso tradicional na subsistência do povo Asuriní, sendo uma atividade essencialmente masculina; todavia, com a demarcação da Terra Indígena houve uma diminuição da área de caça e o conseqüente esgotamento dos recursos. Atualmente, os Asuriní caçam, mas alegam a insuficiência desse recurso, pelo fato de a reserva ter se transformado em uma ilha de vegetação, rodeada por pastos e derrubadas de madeira. Os Asuriní se alimentam das seguintes carnes de caça: porcão, anta, urubu-rei, tatu, tracajá, jacaré, algumas espécies de macacos etc. Os Asuriní adotam um sistema de trilhas na mata, usando a estratégia

de “varridas” (limpeza da área para retirar folhas e galhos que possam afugentar a caça), do rastreamento próximo a árvores que derrubam flores e frutos, atraindo a caça, da espera, uso de jirais (para animais de hábitos noturnos), armadilhas, cachorros etc.



Morosopía e seu esposo preparando a caça para a refeição.
Foto Letícia Aquino.

Ainda conforme Carvalho *et al* (2006, pp. 41-46), a pesca destina-se à subsistência e em algumas épocas à comercialização na cidade de Tucuruí. Caracteriza-se por ser uma pesca diversificada de pequena escala, mas com grande inserção social, econômica e cultural e que permanece muito dependente de demandas externas; as principais fontes de pesca são o rio Tocantins, o rio Trocará (afluente do Tocantins), o lago Apinajé e igarapés. Para a pesca, eles se utilizam de malhadeiras, tarrafas, zagaias, caniços e linhas de mão com anzol etc.



Wirákatóa pescando na *Iytaohoa*. Foto L.A.

Este mesmo autor ressalta que após a construção da UHE-Tucuruí houve uma diminuição considerada de espécies de peixes. A pesca artesanal Asuriní demonstra evolução de conhecimentos práticos e habilidade técnica, sendo na maior parte atividade dos homens. No entanto, pode ser praticada também por crianças, jovens e oportunamente por mulheres. É praticada tanto de dia quanto a noite, nas lanternagens, explorando a diversidade de hábitos, ambientes e alimentos dos peixes. Os conhecimentos sobre as técnicas de pesca são passados às crianças lentamente, por volta dos 10 anos já demonstram conhecimentos das técnicas de pesca, contribuindo para o abastecimento da casa; a mulher pesca quando é separada, viúva ou seu marido está viajando e quando não tem nenhum filho que realize a tarefa.

Percebe-se que há atualmente na cultura Asuriní uma coexistência de ferramentais tradicionais e provindos da sociedade envolvente que auxiliam nas práticas de subsistência, como, por exemplo, a utilização de voadeiras, para pescar em regiões mais longínquas, mas também o uso de canoas de madeira para pesca em locais próximos, na colheita dos peixes presos nas malhadeiras, por exemplo; o uso da espingarda para a caça, mas também do arco e flecha para a pesca, lanternas e breu; caminhar pela mata ou ir de bicicleta, entre outros.

Segundo Carvalho *et al* (2006, p.48), além dessas práticas, os Asuriní vivem de suas roças, que nas últimas décadas passaram a ser feitas por grupos familiares; todavia, houve momentos em que o roçado foi motivo de confusão entre os Asuriní, pelo fato de os não possuídores de roças não contribuírem com a mão-de-obra e procurarem se utilizar da produção dos outros, o que gerou um desestímulo para a produção agrícola e a utilização dos recursos da aposentadoria para a compra de bens na cidade. Ressalte-se que há ainda um cultivo de frutíferas, como manga, caju, jenipapo, mamão, abacate, banana etc, encontradas nos quintais das casas, sendo que alguns grupos possuem maior quantidade de frutíferas, outros, poucas e há ainda os que não as cultivam.

Na ida a campo em setembro de 2010, observamos que a Funai estava desenvolvendo um viveiro de sementes para distribuir à comunidade, bem como uma pequena horta, ao lado do Posto da Funai.

Economia

Conforme Carvalho *et al* (2006, p. 52), os Asuriní obtêm dinheiro por meio da venda no mercado de Tucuruí da farinha de mandioca, do açaí, bacuri e castanha-do-pará e, por vezes, de artesanato; no entanto, os recursos provenientes dessas vendas são insuficientes para a compra de bens, como café, sal, açúcar, munição, roupas etc.

Atualmente, existem na aldeia alguns indígenas empregados pela Prefeitura de Tucuruí para exercerem algum tipo de trabalho relacionado à escola, à construção de “benfeitorias” na aldeia etc; há outros que recebem bolsas de projetos sociais como o Observatório da Educação Indígena. Além dos mais velhos que recebem aposentadorias, das mães que recebem 4 meses de auxílio maternidade após o parto e das pessoas que recebem auxílios de programas governamentais, como o Bolsa-Família.

1.9 Rituais Asuriní

Confeção e dança das tabocas

De acordo com informações de Andrade (1992, p. 57), as tabocas são um conjunto de três flautas de bambu, que têm tamanhos que variam de um metro e meio a dois metros, produzindo assim cada uma um tom específico. No interior do cilindro de bambu é colocada, através da embocadura uma pequena taquara com cerca de 15 centímetros, sendo o seu som que ecoa dentro do bambu. A arte de confeccionar as tabocas foi transmitida por Mahyra, a divindade Asuriní, sendo músicas instrumentais que em geral têm nomes de animais, como Mytóa (mutum), Misára (veado), Iwaraohóa (garça) etc. A execução das tabocas é comandada pela flauta média; seu tocador atua como maestro através de movimentos laterais, pois quando sua flauta se aproxima da menor esta deve ser tocada.

Como já mencionado anteriormente, o líder Henonewára é o responsável pela transmissão desse saber aos mais novos. A taboca é um instrumento tocado exclusivamente pelos homens, as mulheres não podem tocá-la, sendo que pertence à elas a realização das danças enquanto se dá a execução das tabocas.



Meninos Asuriní tocando Taboca. Foto Ariel Pheulla.



Líder Henonewára. Foto L.A.

Ritual do Mingau de Inajá

Segundo Andrade (1992, p. 114), a realização da Festa do Mingau Inajá (fruto típico da região), segundo dizem os Asuriní, está relacionada com o calendário agrícola, ocorrendo logo após o término dos trabalhos de derrubada, e isso faz com que essa festa esteja relacionada às mulheres, antigamente, as únicas responsáveis pelo plantio, colheita e preparação da farinha e do mingau. Segundo os Asuriní, o mingau deve ser preparado pela esposa do chefe do núcleo familiar onde se realiza a festa. Antes do consumo do mingau há dança e cantoria, sendo que os homens tocam as tabocas e são seguidos por outros homens que dançam com as mãos apoiadas no ombro do companheiro da frente. Após tocarem algumas músicas, os homens deixam de lado as flautas e preparam-se para a Dança do Mingau, na qual seguem em fila, segurando os cotovelos do companheiro da frente. Eles seguem suspendendo as pernas de maneira a flexioná-las para agitarem o *Pekiá* (chocalho amarrado ao tornozelo que soa juntamente às vozes). Segue um líder à frente e outro atrás; as mulheres seguem ao lado, carregando as canecas nas quais servirão o mingau para os homens, o qual está posto em uma mesa central para onde eles se dirigem. Nesta festa as mulheres oferecem alimento aos homens.



Meninas Asuriní descascando o inajá para preparo do mingau.



Kosapo'ia Asuriní servindo o mingau.

Festa do Jacaré

Segundo Andrade (1992, pp. 114- 117), esta festa é o par de inversão do Ritual do Mingau de Inajá, pois nesta são os homens que oferecem o alimento, produto da caça, às mulheres, relacionando-se portanto ao calendário das atividades da caça, quando é possível encontrar muitos jacarés nas lagoas.

Segundo relatos dos Asuriní sobre uma festa ocorrida em 1985 (Andrade, 1992, p. 115-116), o ritual tem início com a ida dos homens à lagoa para captura dos jacarés. Os homens deveriam obedecer ao resguardo sexual nesse período; esses voltam para a aldeia cantando e com os jacarés ainda vivos, apenas com a boca amarrada, encontram-se com os que não foram à caça, no Tekatáwa. Dão duas voltas no terreiro e jogam os jacarés no chão. Aí então os homens tratam dos jacarés e os cozinham na água. Depois de pronto coloca-se o alimento numa vasilha grande com farinha. No final da tarde, depois de esfriar, as mulheres comem, mas até aí os participantes seguem cantando.

Depois de muitos anos sem ser realizada, houve uma tentativa de retomada dessa festa em 2010, por parte dos Asuriní, motivada pelo processo de resgate ativado com estímulo do Projeto Piloto no âmbito do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Pinturas corporais

Antigamente as pinturas corporais eram realizadas exclusivamente pelas mulheres; atualmente homens e mulheres, crianças e adultos exercem este papel. As pinturas são feitas em diversas situações, como na Festa do Jacaré, nos desfiles na cidade de Tucuruí e em apresentações escolares. Além das pinturas corporais compostas pelos desenhos tradicionais e feitas com a tinta do jenipapo e qualquer objeto que possa servir de pincel, como palitos e tubos de canetas, aparecem nos corpos dos jovens Asuriní tatuagens fixas, em geral, feitas por eles mesmos com objetos perfurantes e compostas por desenhos não tradicionais, palavras e nomes de pessoas em Língua Portuguesa.

1.10 Síntese

Neste capítulo apresentamos informações sobre a localização geográfica do povo Asuriní e uma breve introdução acerca do seu contexto sociohistórico, fundamentados basicamente nas leituras de Laraia e Da Matta (1967), Andrade (1992), Cabral (2006), Carvalho *et al* (2006) e em meus diários de campo, de forma a situar as discussões desenvolvidas nos capítulos seguintes que porão em evidência o contexto sociolinguístico da Língua Asuriní do Tocantins nas últimas décadas e seus sinais de obsolescência, conforme segue quadro resumitivo com alguns dos principais aspectos socioculturais, históricos e lingüísticos do povo Asuriní.

Quadro 1 – Resumo de alguns aspectos socioculturais, históricos e lingüísticos do povo Asuriní do Tocantins

Aspectos do cotidiano	Asuriní do Tocantins
1- <i>Ano do contato</i>	1953.
2- <i>Localização</i>	Estado do Pará, 18 km ao norte da cidade de Tucuruí. Há uma estrada de chão que liga a TIT à cidade.
3- <i>População</i>	494 (436 no Trocará e 58 em Ororitawa)
4- <i>Instituições presentes na aldeia Trocará</i>	Funai; Funasa; Escola coordenada pela SE do município; AIPAT.
5- <i>Aldeias</i>	Existem cinco aldeias na TIT (Aldeia <i>Trocará</i> ; <i>Ororitáwa</i> ; <i>Iytaohoa</i> ; <i>Pikiá</i> e <i>Oimutawára</i>).
6- <i>Subsistência</i>	1. Compras feitas na cidade com verba dos programas assistenciais do governo; 2. Pequenas coletas de plantas e caça de pássaros e animais como porcão, anta etc; 3. Criação de galinhas e patos e coleta de ovos;

Aspectos do cotidiano	Asuriní do Tocantins
	4. Produtos colhidos nas pequenas roças que algumas famílias mais tradicionais mantêm.
7- <i>Relacionamento com a sociedade não-indígena</i>	Rádio; televisão; celular e orelhão da aldeia Trocará; Visitas às cidades de Tucuuruí, Marabá, Brasília etc; Contatos com os funcionários das instituições presentes na aldeia; Contatos com pesquisadores, jornalistas, etc; Correios e contato via rádio com o pólo da Funasa, situado em Tucuuruí; Obs.: Em setembro de 2010 estavam instalando uma antena na aldeia Trocará para abrir o acesso à internet nos 20 computadores do Lab. de Informática da escola.
8- <i>Atividades cotidianas</i>	Coletas; pequenas caças, principalmente de pássaros e animais de pequeno porte, como o tatu; plantação de pequenas roças; confecção de artesanatos como cestos e sacolas de palha, brincos e colares (com utilização de miçangas e sementes); cuidados com a casa e os animais; banhos no rio Tocantins e igarapés; jogos de futebol; idas a Tucuuruí; etc.
9- <i>Materiais escritos em português encontrados na aldeia</i>	1. Rótulos de produtos, embalagens de remédios e alimentos e caixas diversas; 2. Revistas Veja; 5. Folhetos distribuídos por estabelecimentos comerciais da cidade de Tucuuruí, como supermercados. 6. Folhetos e cartazes informativos sobre doenças, vacinações e campanhas de saúde pública; 7. Livros da escola de matemática, português, ciências naturais, geografia, etc.
10- <i>Materiais escritos em Língua Asuriní encontrados na aldeia</i>	1 – Dois livros de histórias Asuriní, coordenados por Cabral; 2 – Dicionário bilíngue da Língua Asuriní – Português (Cabral & Rodrigues, 2003). Obs.: Todavia muitos jovens afirmaram não terem tido contato com esses materiais, apesar de saber da existência desses.

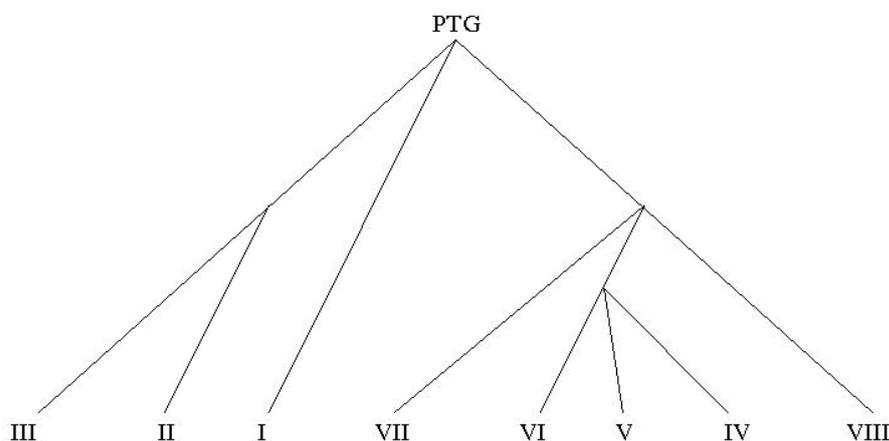
CAPÍTULO 2 - SOBRE A LÍNGUA E A EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA ASURINÍ

2.1 A Língua Asuriní

A classificação genética da Língua Asuriní

Segundo Cabral (2006, p. 11) os Asuriní do Tocantins são falantes de uma língua nativa classificada por Rodrigues (1985) como pertencente ao subconjunto IV da família linguística Tupí-Guaraní, que é uma das dez famílias que integram o tronco linguístico Tupí. As outras nove famílias linguísticas que constituem esse tronco são as famílias Awetí, Mawé, Mundurukú, Jurúna, Arikém, Tuparí, Mondé, Ramaráma e Puruborá.

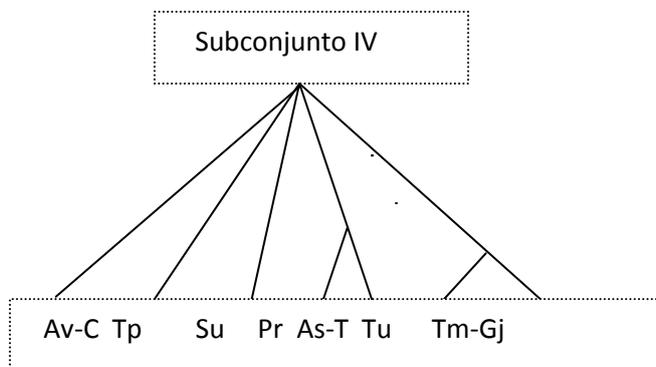
Cabral (2006, p. 11) apresenta uma configuração da constituição interna da família Tupí-Guaraní, fundamentada em similaridades e diferenças lexicais, fonológicas e morfossintáticas identificadas através das línguas (Rodrigues e Cabral 2001), conforme segue.



Assim, segundo essa mesma autora, ao subconjunto IV da família Tupí-Guaraní, associam-se, além do Asuriní do Tocantins, as línguas Parakanã, Suruí, Tembé, Turiwára, Tapirapé e Avá-Canoeiro. Como pode ser observado no modelo arbóreo precedente, os subconjuntos V, VI e VIII são os mais próximos geneticamente do subconjunto IV. As línguas que integram esses conjuntos são respectivamente as seguintes: subconjunto V (Asuriní do Xingu, Anambé, Araweté e Ararandewára/Amanajé), subconjunto VI (Kayabí, Apiaká, Juma e Tupí-Kawahíb –

Parintintín, Tenharin, Amondáva, Uruewawau, entre outras), e subconjunto VIII (Emérillon, Wayampí, Wayampí-pukú, Zo'é, Anambé de Ehrenreich, Ka'apór e Guajá). As similaridades linguísticas compartilhadas pelas línguas desses três subconjuntos, com o subconjunto IV, a localização geográfica de seus respectivos falantes, bem como as informações históricas disponíveis sobre esses, constituem indicações favoráveis à ideia de que a sua diferenciação em agrupamentos genéticos distintos ocorreu na região do interflúvio Xingú-Tocantins, ao longo dos últimos 800 anos.

De acordo com Rodrigues e Cabral (2001), das línguas que se associam ao subconjunto IV é com o Parakanã que o Asuriní do Tocantins compartilha mais correspondências lexicais, fonológicas, morfológicas e sintáticas. As semelhanças entre essas duas línguas são tão intensas que só podem ser explicadas sob a visão de que a cisão que as levou a diferenciarem-se como línguas independentes iniciou-se não mais do que há 200 anos. Na representação arbórea que segue, é ilustrada a proximidade dessas duas línguas em contraste com as demais línguas desse subconjunto. As abreviaturas usadas e suas respectivas correspondências são: Av-C = Avá-Canoeiro, Tp = Tapirapé, Su = Suruí, Pa = Parakanã, As = Asuriní (do Tocantins), Tu = Turiwára, Tm = Tembé, Gj =Guajajára.



Conforme Cabral (2006, p. 12), os dados linguísticos do Asuriní disponíveis até agora apresentam evidências de que se trata de uma das línguas mais conservadoras da família, tanto em termos lexicais quanto em termos morfossintáticos. Esse fato evidencia a fundamental importância do Asuriní para a reconstrução da pré-história linguística e cultural dos povos Tupí-Guaraní e, conseqüentemente, da pré-história dos povos Tupí.

2.2 A vitalidade da Língua Asuriní

No Brasil, onde os casos de línguas extintas durante os últimos séculos foram alarmantes (RODRIGUES, 1993a, 1993b), verifica-se no momento uma grande preocupação em encontrar soluções que possam controlar a situação de forte ameaça que afeta a vitalidade da maioria das 180 línguas existentes, e que são faladas por pequenos grupos, em situações de contato nas quais o Português encontra-se em processo já avançado de predomínio sobre a língua indígena, como é o caso do Asuriní do Tocantins. Segundo Cabral (2006, p. 19), a Língua Asuriní do Tocantins se encontra atualmente entre as línguas indígenas brasileiras mais ameaçadas de extinção.

Mas o que teria levado a Língua Asuriní ao estágio de vitalidade tão frágil em que se encontra na atualidade? De acordo com Cabral (2006, pp. 19-20), tudo começou a partir de 1953, quando foi estabelecido o contato oficial dos Asuriní com agentes do SPI. Os índios foram, então, obrigados a aprender o português para interagirem com os brancos. Com a fixação de parte dos índios em torno de um posto, aumenta a exposição destes ao português e diminuem as possibilidades e as situações de praticarem a língua nativa e o modo de vida tradicional. Nos anos 60, com a chegada de vários missionários do SIL no posto indígena do Trocará, estes, até aprenderem a língua nativa, devem ter realizado sessões de coleta de dados linguísticos por meio do português e devem ter, dessa forma, contribuído para a frequência e intensidade do uso dessa língua na aldeia. Como tem sido costumeiro, na história da atuação do SIL no Brasil, os seus missionários tornam-se fluentes na língua nativa que estudam, mas são raros os casos em que contribuem para o fortalecimento e manutenção dessa língua. Por outro lado, são frequentes as atitudes de missionários no sentido de reprimirem práticas culturais tradicionais indígenas. Conforme atesta o relato seguinte de autoria da professora Paturína Asuriní, gravado em minha ida a campo em setembro de 2010. Esta professora foi proibida de ensinar a LI a seus filhos (Entrevista gravada em vídeo – M2U01577 – 08/09/2010).

“Eu era criança, quando eu era criança aí chegou o pessoal do SPI, aí ela conta, que elas falavam a língua tudinho, elas falavam a língua, aí depois chegou o chefe do posto e falou que não era pra elas falar mais na língua, e falaram pra nós não falar mais na língua que a nossa língua era feia, mais eu que tenho pai, eu que tenho pai, nós nunca deixamos de falar a língua, a gente falava a língua só nós dois em casa, e eu sei a língua portuguesa e a minha, minha língua, eu sei as duas e nunca vou esquecer português e nem a minha língua, e vocês veem até hoje eu falo língua e é verdade mesmo, eu hoje, a gente as vezes pergunta: mamãe por que você não ensinou a gente? É porque chegou o chefe do posto e falou que não era pra eu ensinar a meus filhos.”

Na década de 70 aumentou a exposição dos Asuriní ao português, quando o contato destes com não-índios recém chegados à região, em decorrência da construção da Hidroelétrica de Tucurí, se intensificou. Na década de 80 a FUNAI construiu uma escola, que funcionava nos moldes de escola para branco, com funcionamento irregular e em 1983, foi incorporada à rede estadual de ensino. (Cabral, 2006, p. 19).

Ainda conforme Cabral (2006, p. 20), no final da década de 90 a vitalidade da Língua Asuriní já se encontrava seriamente abalada, ocorrendo a redução do uso da língua nativa com a substituição desta pelo Português, sendo as crianças da década anterior, conhecedoras passivas da Língua Asuriní; ainda nessa década, 20 adultos falavam o português de forma bastante incipiente e 2 adultos não entendiam e nem falavam o Português e em muitas casas, pessoas acima de 30 anos, a maioria, só falava a língua nativa no contexto familiar, o que podia ser comprovado pelo fato de os nascidos entre o final da década de 70 e início da década seguinte não falarem a língua nativa como primeira língua, interrompendo, dessa forma, a transmissão da Língua Asuriní para as gerações seguintes. Agreguem-se a todos esses fatores que contribuíram para o enfraquecimento do uso da língua e de várias práticas culturais tradicionais Asuriní a chegada de energia elétrica à aldeia, que acarretou a aquisição por parte dos Asuriní de televisores, sistemas de som e de DVDs, aumentando ainda mais a exposição da comunidade como um todo à Língua Portuguesa e à cultura dos brancos.

Todavia, atualmente, vários dos membros da comunidade têm percebido a língua como instrumento importante para afirmação e fortalecimento da identidade étnica e,

portanto, têm demonstrado sua vontade em preservar os costumes tradicionais e a sua língua de origem, conforme será mostrado no Capítulo 6 desta dissertação, em relatos de lideranças indígenas Asuriní.

Algumas iniciativas têm promovido a documentação linguística da língua, como é o caso dos Projetos do INDL/IPHAN e do Observatório da Educação Escolar Indígena/CAPEs, no âmbito dos quais foram produzidos, entre outros, dois livros de relatos e um dicionário bilíngue Asuriní-português, em fase de ampliação, de Cabral e Rodrigues (2003). Vários outros materiais estão sendo produzidos com apoio do INDL, do LALI e da Secretaria Municipal de Educação de Tucuruí, como CDs de cantos Asuriní e projetos de DVDs com filmes cinegrafados pelos próprios indígenas. Já havia na Língua Asuriní estudos gramaticais de Cabral (1997, 2000) e alguns textos e trabalhos de descrição gramatical de Vieira (1991, 1994, 1995, 1997), assim como de membros do SIL, Nicholson (1976, 1978) e Harrison (1975).

2.3 A educação formal Asuriní

A educação escolar indígena tem acontecido de maneira contrária aos interesses das populações indígenas, baseando-se paradoxalmente em práticas de dominação cultural e econômica, pois ao mesmo tempo em que legitima de certa forma os interesses desses povos pela integração à comunidade nacional, despreza os valores, línguas e saberes tradicionais, visto que caracteriza-se como uma instituição não capacitada para lidar com os conhecimentos diferenciados.

Segundo Cabral (2006, p. 21), historicamente a educação ou os processos de aprendizagem escolar Asuriní tem passado por muitas fases, desde se levar os índios para estudar em outras regiões, como o que ocorreu com Porake, por exemplo, passando pela escola missionária, com o objetivo de dar uma religiosidade aos índios, trabalhando-se a língua materna, mas com objetivos de leituras da Bíblia. Nesse período a escola passou a ser orientada pelo município, mas assumindo as ideologias estatais, de fazer os índios se integrarem à sociedade nacional.

Ainda conforme Cabral (2006, p. 22), em 1967 a FUNAI substituiu o SPI implementando programas educacionais tais como: construção da escola; ensino de 1ª a 4ª séries e contratação de professores não-índios. Outros atores como missionários

(católicos e evangélicos), municípios, estados e ONGs participaram, sucessiva e intercaladamente, desse processo. Várias experiências escolares foram implantadas junto à comunidade, incluindo a presença de missionários e linguistas do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), que aprenderam a língua e produziram pesquisas, mas que não ajudaram diretamente na manutenção da língua e da cultura Asuriní.

Segundo essa mesma autora, desde 1999, época em que o Município assumiu a educação escolarizada dos Asuriní, houve um retrocesso que culminou com a adoção de um programa escolar cada vez mais dirigido a um alunado não-indígena. As professoras brancas não receberam treinamento especial para desenvolver atividades educacionais em comunidades indígenas e não foram instruídas para conhecer a realidade social dos Asuriní, sua língua, cultura e modo de viver tradicional. Embora o Município tenha mantido professores de Língua Asuriní na escola da aldeia, esse ensino foi desenvolvido sem nenhum preparo dos professores indígenas e completamente desconectado das outras atividades da grade curricular.

A Língua Asuriní não é adotada na escola como língua de instrução em nenhuma das disciplinas, inclusive nas próprias aulas de Língua Asuriní, ministradas por quatro professores indígenas da comunidade (Kateíma, Morosopía, Paturína e Pirá).

A escola da aldeia Asuriní, abrange do Jardim I à 8.^a série do Ensino Fundamental. Na ida a campo em setembro de 2010, constatamos que está sendo construída uma outra escola, ao lado da já existente, que será para o Ensino Médio; a escola atual conta com quatro salas de aula, um refeitório, uma sala para secretaria, utilizada como despensa, um laboratório de informática, com 20 computadores novos e uma área externa, onde são realizadas as refeições e inclusive reuniões políticas da aldeia. O estado de conservação da escola é precário, com paredes sujas e carteiras quebradas; faltam materiais básicos como pincéis, canetas, folhas, etc, bem como falta uma pessoa responsável pelo zelo da escola. Um pouco mais da metade da população Asuriní frequenta ou já frequentou a escola (cf. Capítulo 6).

No dia 23 de julho de 2009, durante minha primeira ida a campo, houve uma importante reunião com a secretária de educação do município, Maria Ivone, que gerou a oportunidade de se debater o problema da educação formal Asuriní. No decorrer da reunião, Akwapitínga solicitou maior participação do estado na discussão de tais questões, uma política diferenciada e até mesmo a elaboração de uma lei em relação à

escola Asuriní. Nesse sentido, faz-se importante destacar os principais pontos debatidos na reunião, visto que são pontos a serem considerados no âmbito de projetos de revitalização linguística, conforme segue:

- Os Asuriní solicitam uma arquitetura para a escola da aldeia que se adeque às condições climáticas, ambientais e socioculturais dos Asuriní, citando exemplos de outros povos indígenas, como os Tembé e os Tikúna, que possuem escolas em conformidade aos modelos tradicionais, os quais devem ser respeitados. Esta parece não ter sido atendida, pois em setembro de 2010, como já mencionado, constatou-se a construção de uma outra escola no moldes não apropriados da já existente;

- Akwapitinga solicita que “o índio seja alfabetizado na própria língua e cultura.”, o que leva ao entendimento da necessidade de a comunidade Asuriní com parcerias público-privadas investir na formação de professores de Língua Asuriní (jovens Asuriní que sabem a língua, mas não a falam por falta de estímulo e pelo baixo prestígio que a língua tem pela maioria da comunidade) e professores da prefeitura, esses que, na maioria das vezes, vão para a aldeia, durante os cursos modulares, desconhecendo a realidade diferenciada da comunidade Asuriní e as legislações que tratam das educações escolares indígenas, fazendo com que o modelo de escola de branco para índio seja perpetuado, demonstrando uma desconexão entre Estado (ciente dessa realidade) e município (desconhecedor de tal realidade);

- Os Asuriní falam da importância de se formar professores Asuriní e conscientizar os professores não-índios, com a assessoria de profissionais que tenham o compromisso com a educação indígena, por meio de projetos de extensão universitária e parcerias público-privadas, sabendo trabalhar um currículo diferencial que integre os saberes tradicionais às práticas escolares, prezando por um ensino bilíngue/bicultural, investindo também na formação dos demais atores educacionais (secretários de estado, coordenadores pedagógicos, diretores etc), visto que tem-se, no Brasil, uma realidade em que a própria secretária de educação, de uma região composta em grande parte por comunidades indígenas, afirma desconhecer os preceitos existentes em relação à educação escolar indígena (legislação e demandas do setor), estando por isso impossibilitada de atuar diante de tal realidade.

Nota-se ante tais pontos, que a comunidade Asuriní possui lideranças representativas que têm em pauta as demandas relacionadas à escola diferenciada e ao

ensino da Língua Asuriní, conforme previsto nos artigos 48 e 49 do Estatuto do Índio (Lei 6001/73), Portaria 75N/72 expedida pela FUNAI, artigos 210 e 215 da Constituição Brasileira e demais legislações que tratem do assunto.

Em vista disso, planos são traçados para melhorar a qualidade dessa modalidade de ensino. Algumas medidas, nesse sentido, têm sido tomadas no País, como a realização da Conferência Nacional de Educação – CONAE –, para o debate de tais questões, e discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação –PNE –, entre outras, mas ainda parece pouco para o direcionamento das mudanças devidas, como propostas curriculares diferenciadas, materiais didáticos específicos, calendários próprios, ensino da língua indígena, melhoria da infraestrutura (adequação dos espaços de ensino à cultura tradicional), disponibilidade de equipamentos necessários e uso apropriado desses (computadores, livros etc), formação inicial e continuada de professores indígenas, material didático bilíngue e por fim, políticas públicas efetivas no âmbito do Ministério da Educação quanto a um sistema nacional próprio de educação indígena que se caracterizaria por uma escola intercultural, multilíngue, diferenciada e específica.

2.4 A transmissão da Língua Asuriní

As novas gerações Asuriní já não aprendem a língua dos seus avós; também não aprendem de acordo com a sistemática de transmissão tradicional a história milenar do seu povo, o conhecimento que lhes permitia viver em harmonia com a natureza e com dignidade humana (Cabral 2006).

Conforme relato de Wirangáwa a seguir (ansiã falante de Asuriní, com baixa proficiência em português), traduzido por Morosopía e Cabral, em entrevista realizada em 18 de julho de 2009 (STE 001- banco de dados LALI/UNB), as lideranças Asuriní reconhecem a importância de se ensinar a língua nativa para as crianças, como forma de preservação da cultura e para que essa passe a servir como instrumento de lutas sociais e políticas para esse povo que se encontra atualmente em constantes negociações e disputas por espaços com a sociedade “branca” circundante:

“A gente tem que ensinar os alunos na casa de Morosopía, ela deve chamar os alunos na casa dela o dia todo pra ensinar a língua porque na casa deles eles não falam...não é na escola, é na casa....a Morosopía é a melhor professora da escola, mas acontece que as crianças em casa não aprendem a língua, e por isso o ensino da língua podia ser na casa de Morosopía.”

Diante de tal relato, esboça-se uma situação característica dessa comunidade que é o fato de as mães Asuriní não falarem na língua e serem os avós que ensinam a Língua Asuriní aos netos, pois as mães já não ensinam. Assim, do que pudemos observar durante os trabalhos em campo, entendemos que grande parte da comunidade Asuriní reconhece a importância de se manter viva a língua nativa e ensiná-la às crianças, bem como expressam o real desejo de que o ensino da Língua Asuriní aconteça. É unânime, por parte das lideranças entrevistadas, a consciência de que já não há transmissão intergeracional, da Língua Asuriní, na maioria das famílias da aldeia.

2.5 Síntese

Neste capítulo fizemos observações sobre o estado da arte da Língua Asuriní do Tocantins, seu processo de transmissão intergeracional e sobre o contexto educacional dessa comunidade, também de forma a situar as discussões desenvolvidas a respeito do diagnóstico sociolinguístico nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 3 - LÍNGUAS EM CONTATO, OBSOLESCÊNCIA E FORTALECIMENTO DE USO DE LÍNGUAS

3.1 Introdução

Segundo Hinton (2001, p. 3), em um mundo que tem por volta 250 nações, existem mais de 6.000 línguas. Assim, uma língua que não é uma língua oficial, de educação, de comércio ou de ampla comunicação tem, com frequência, sua existência ameaçada.

Neste capítulo são apresentadas as orientações teóricas e metodológicas, que apoiarão as análises realizadas neste trabalho, construídas a partir de estudos realizados sobre línguas obsoletas por Dorian (1973, 1977, 1980) e Campbell & Muntzel (1989), no modelo teórico proposto por Sasse (1992) sobre morte de línguas, assim como nos princípios mais gerais da teoria das línguas em contato e nas abordagens teórico-metodológicas de questões mais estritamente relacionadas às mudanças linguísticas em línguas ameaçadas de extinção, propostos por Thomason (2001), visto que esses autores consideram os fatores sociais e linguísticos nesses processos de línguas em contato e obsolescência.

Também tomarei por base o trabalho de Sichra (2003) que fundamenta o estudo de atitudes linguísticas, realizado por meio da Pesquisa II, em projetos de documentação e fortalecimento linguístico, bem como os trabalhos de Canagarajah (2005) e Ricento (2006) sobre política e planificação linguística.

3.2 Sobre o contato entre línguas

Para Thomason (2001b, p. 1) contato de línguas seria o uso de mais de uma língua no mesmo lugar e ao mesmo tempo. Mas, segundo a autora, essa definição é demasiado simplista e gera problemas. Como por exemplo: se dois grupos de viajantes jovens se encontrarem na cozinha de um *Hostel* e cada grupo falar a sua respectiva língua e não houver interação verbal entre os grupos, então esse é um contato de língua apenas no sentido mais trivial. Todavia, a autora foca no contato de línguas no sentido

não trivial, o qual não requer bilinguismo fluente ou multilinguismo, mas é necessário que haja alguma comunicação entre falantes de línguas diferentes.

De acordo com Thomason (2001b, p. 5) desde o *homo sapiens* não somos uma espécie pacífica. Não é surpreendente, então, que os efeitos sociais de contato de línguas sejam algumas vezes dolorosos ou ainda letais. Em muitos casos a língua da cultura minoritária é usada pela cultura dominante como um marcador de diferenças culturais: não somente para fornecer meios de identificar o povo a ser discriminado, mas isto também oferece um alvo para discriminação, ou seja, a língua. A maioria nas nações possui línguas oficiais. Entretanto, cidadãos que não conhecem a língua (as línguas) nacional muitas vezes têm dificuldade para obter acesso aos serviços governamentais; enquanto cidadãos que conhecem mais de uma língua nacional (ou internacional) podem ter mais facilidade para encontrar emprego.

Segundo Thomason (2001b, p. 6), as línguas têm estado em contato certamente por milhares de anos, e provavelmente desde o começo da humanidade - ou, pelo menos, muito perto do início, logo que os seres humanos falaram mais de uma língua. A autora comenta um exemplo bem antigo com mudança de língua induzida por contato citado por Herodotus (no *The Persian Wars*, no séc. V AC) que é a alteração da versão do Cita falado pelos descendentes do Amazonas e pelos homens cita. Esse pode ter sido o primeiro registro de mudança de língua – a mudança, por uma pessoa ou um grupo, de uma língua nativa para uma segunda língua – e também de contato como uma causa de mudança de língua.

Thomason (2001b, p. 8) considera que o contato de línguas está em toda parte: não há evidência de que nenhuma língua tenha se desenvolvido em total isolamento de outras línguas. Naturalmente, conforme Thomason (2001b, p. 9), contatos de língua são mais intensos em alguns lugares em algumas vezes do que noutros locais e em outros momentos. A conclusão é clara conforme essa autora: contato de línguas é a norma, não a exceção. Segundo ela, não há evidências de grupos de falantes que tenham evitado o contato com falantes de outras línguas por mais de dois séculos, gerando diferentes resultados, os quais ela aborda em sua obra.

Consoante Thomason (2001b, p. 17), a origem mais comum da situação de contato de línguas, no recente passado e provavelmente num passado distante também, é o movimento de um grupo para o território de outro grupo. O movimento pode ser

pacífico ou não, mas o resultado é muitas vezes uma tomada de território ocupado anteriormente ou a permanência de grupos de imigrantes ou falantes individuais no país que os recebe. Outra forma de contato apresentada por Thomason (2001b, p. 19) é a prática da importação da força de trabalho, um tipo especializado de imigração que deu origem a situações de contato complexas e outra ainda que é o contato do inglês do mundo moderno, língua franca mais frequente (língua de comunicação mais ampla), em que em todo o mundo as pessoas têm que aprendê-la, para terem acesso a filmes, internet, informações em aeroportos, entre outras finalidades.

Thomason (2001b, p. 21) comenta que algumas situações de contato são estáveis e quase permanentes, outras são instáveis e de curta duração e ainda outras ficam entre estes dois extremos. Conforme essa autora (2001b, p. 23) a maioria das pesquisas sobre os aspectos sociolinguísticos da manutenção e mudança de língua têm focado em relações socioeconômicas e políticas entre grupos dominantes e subordinados. Nos esforços para prever quais circunstâncias conduzem para a mudança de língua, por exemplo, são definidas pela autora quatro posições possíveis para um grupo em uma situação de contato: (1) indígenas dominantes; (2) emigrante dominante; (3) indígenas subordinados; e (4) emigrante subordinado. A autora cita Stanley Lieberman e seus colegas que têm feito diversas previsões a cerca das línguas destes grupos, a saber: grupo (1) nunca mudará para a língua subordinada, enquanto o grupo (2) poderia fazê-lo, como por exemplo, como fizeram os falantes de Francês Normando na Inglaterra há cerca de 200 anos depois da conquista de Norman em 1066. O grupo (4) usualmente mudará rapidamente para a língua do grupo dominante; o grupo (3) também mudará, mas não de forma tão rápida. Este quadro pode estar fraco para os grupos (3) e (4), já que atualmente nem todas as situações de contato envolvem uma assimetria dominante.

Thomason (2001) aborda em suas pesquisas os resultados de atrito aos mecanismos de mudanças induzidas por contato. Nessa obra, a autora discute sete dos mecanismos de mudança linguística induzida por contato - *code-switching*, alternância de código, familiaridade passiva, negociação, estratégias de aquisição de segunda língua, aquisição de primeira língua por bilíngues e mudança por decisão deliberada -, os quais, de acordo com essa autora, operam independentemente ou em combinação para produzir mudanças induzidas de todos os tipos.

No que diz respeito ao atrito, Thomason (2001, p. 8) o define como um processo gradual no qual uma língua retrocede à medida que perde falantes, domínios e por último, estrutura. Trata-se, de acordo com essa autora, da perda de material linguístico que não é substituído por material novo, material fonológico, morfológico ou sintático, assim como material da estrutura do discurso. Ela também observa que analisar dados de uma língua moribunda apresenta dificuldades especiais, por causa das diferentes fontes de inovação, nem todas as quais têm relação com o processo de morte de língua.

Segundo Thomason (2001b, p. 42), muito ainda deve ser estudado no que diz respeito às reduções que as línguas sofrem quando deslocadas por outras línguas. Estudos dessa natureza são importantes inclusive para os projetos de revitalização linguística, pois contribuem para o conhecimento de quais partes da gramática e do léxico têm mais probabilidade de serem enfraquecidas em situações de contato.

3.3 Um modelo teórico sobre a morte de línguas

Sasse (1992, apud THOMASON 2001, p. 225), propõe um modelo teórico sobre morte de línguas, com base no trabalho de Dorian sobre o Gaélico do leste da Escócia e com base no seu próprio trabalho sobre o Arvanitika. Como observado por Thomason (2001, p. 225), Sasse não objetiva que seu modelo seja válido para todos os casos de morte de línguas, mas espera que os outros casos sejam comparados a esses dois à luz das predições do modelo.

As principais predições feitas por Sasse são: (a) a má distribuição do uso das línguas em contextos multilíngues leva à pressão sobre a população minoritária, desenvolvendo-se, então, uma atitude negativa em relação ao grupo minoritário, o que culmina com a decisão de abandonar a língua; (b) os eventos históricos ditam a restrição da língua da comunidade a diferentes domínios, e a missão analítica é, então, a de saber quem fala qual língua, com quem e quando. Isso aumenta os níveis de bilinguismo entre os membros do grupo minoritário e, depois de ser estigmatizada a língua, os falantes se tornam mais proficientes na língua majoritária. Passam, então, a evitar a transmissão da língua para as crianças, como parte das decisões de abandonar a língua nativa, o que pode levar à ruptura definitiva da transmissão da língua nativa ou à aprendizagem incompleta dessa língua pelas gerações mais novas. Os membros da comunidade podem

reter conhecimento residual da língua em poucos domínios (apud THOMASON, 2001, p. 226).

Thomason (2001) ressalta ainda as consequências linguísticas do processo de morte de uma língua, propostas por Sasse, como a perda do léxico, que ocorre em primeiro lugar, e, se os domínios são novos, haverá falha em desenvolver um léxico para domínios nos quais a língua do grupo majoritário é exclusivamente usada. Segue-se então o aumento de empréstimos com o passar do tempo e, quanto mais falantes tornam-se bilingues, mais fluentes passam a ser na língua majoritária (p. 226). Thomason enfatiza a ideia de Sasse de que, mesmo enquanto a língua minoritária é usada regularmente em domínios apropriados, continuará adquirindo traços da língua majoritária e sofrerá simplificação estrutural, perdendo traços que não são recuperáveis. No estágio final, se a língua minoritária continuar a exercer funções sociais ou religiosas, o conhecimento dela será provavelmente restrito a palavras e a frases não analisáveis (p. 226).

3.4 Sobre falantes de línguas em estado avançado de obsolescência

Dorian (1973, 1977, 1980, 1981) tem mostrado através de sua pesquisa junto a falantes do Gaélico escocês das Terras Altas do Leste a existência de um contínuo de proficiência em comunidades onde existem línguas em estado avançado de obsolescência, a importância do julgamento de falantes nativos sobre o grau de conhecimento de outros falantes, assim como fenômenos linguísticos característicos das línguas em declínio. Em seu trabalho de campo com falantes do Gaélico em fase avançado de obsolescência (DORIAN, 1973, p. 413-38), por exemplo, ela descobriu diferenças marcantes entre o Gaélico dos falantes fluentes mais velhos e o dos mais jovens, observando entre esses últimos reduções e perdas em certas áreas da gramática.

No seu estudo do Gaélico, desenvolvido durante 11 anos, Dorian testou a hipótese de Haas (de que qualquer língua que continua a ser falada por apenas poucas pessoas exibirá uma forma muito reduzida quando comparada com a mesma língua em uma comunidade linguística rica) em uma comunidade de língua em fase avançada de obsolescência, em que existia um contínuo de proficiência que ia da fluência total até às mais escassas habilidades necessárias para a comunicação em uma língua em processo de extinção, e detectou três tipos de falantes:

- a) os que eram mais fluentes em Gaélico do que em inglês;
- b) os que eram fluentes em ambas, bilíngues habilidosos;
- c) os que se fazem entender em um Gaélico imperfeito, embora sintam-se mais à vontade em inglês.

Preocupada com a validade do julgamento de proficiência da própria comunidade e com a importância desse julgamento para o linguista, Dorian desenvolveu um trabalho junto a falantes do Gaélico em uma comunidade no leste da Escócia e observou em uma certa família a existência de níveis diferenciados de proficiência: B.R., uma septuagenária fluente na língua; A.R., o filho mais velho de B.R., considerado fluente na língua pela sua lealdade, uma vez que quando as circunstâncias permitem, ele fala Gaélico; e a sua irmã J.R., apenas um ano mais nova, que prefere falar inglês. Dorian observou que seria mais provável que a comunidade estivesse respondendo mais à maior lealdade à língua de A.R. do que à sua maior proficiência, quando o julgavam fluente em comparação a sua irmã. Dorian testou então a habilidade dos falantes de idades variadas, apresentando-lhes 115 frases em inglês para tradução em Gaélico. Os resultados da pesquisa mostraram que, em alguns aspectos significativos, A.R. tem uma performance mais parecida com a da mãe do que com a da irmã. Porém, em outros aspectos, Dorian ressalta que a habilidade de A.R. ao falar Gaélico não é a mesma habilidade de sua mãe. Nenhum dos filhos sabia a flexão de plural vocativo e enquanto a mãe apresentou 100% de mudanças morfofonêmicas obrigatórias no vocativo, A.R. mostrou apenas 17% e J.R., 57%. Contudo, segundo Dorian (1977, p. 26), os resultados gerais indicam uma diferença pronunciada entre o Gaélico de A.R. e aquele de sua irmã J.R., estando a maior diferença na realização do plural. Dos dezessete plurais irregulares de substantivos testados, B.R. tinha na memória todos eles, A.R., 15 e J.R., apenas 9. Das 16 raízes de verbos irregulares, B.R. e A. R. lembravam-se de todas e J.R., de 13. A flexão condicional de primeira pessoa singular altamente irregular falta no discurso de J.R., que a substitui por uma construção analítica, mas isso aparece sem falha no discurso de B.R. e A.R.. Similarmente J.R. regulariza o futuro colocando a flexão predominante na primeira pessoa do singular, e isso nem a mãe, nem seu irmão fizeram.

Ao analisar os aspectos em que o Gaélico de J.R. difere do de seu irmão, Dorian observa o seguinte:

- 1) falta de uma opção estilística (imperativo negativo, passivo);
- 2) substituição de uma construção analítica por uma sintética (preposição conjugada, primeira pessoa condicional);
- 3) nivelamento analógico (plural de substantivo, raízes verbais, condicional, futuro).

Para Dorian apenas um desses fenômenos parece ter significância para o julgamento de proficiência. Este seria o caso (3) em que B.R. e A.R. claramente têm uma performance enquanto J.R. tem outra. O uso de uma construção analítica para o condicional na primeira pessoa do singular também constitui um caso de nivelamento analógico, porque todas as outras pessoas do condicional, ambas singular e plural, são formadas analiticamente no Gaélico do leste da Escócia.

3.5 Hipóteses sobre o desenvolvimento estrutural de línguas em estado avançado de obsolescência

Campbell & Muntzel (1989, p. 180), baseados em dados linguísticos e histórico-sociais de um significativo número de línguas em estado avançado de obsolescência, inclusive de línguas já extintas, propõem hipóteses sobre o desenvolvimento estrutural característico dessas línguas. As línguas focalizadas por esses autores diferem uma das outras no que diz respeito ao ponto da escala de obsolescência em que se encontram. Algumas dessas línguas ainda possuem *falantes plenamente competentes* (FPC), outras possuem apenas *falantes imperfeitos* (FI), há ainda outras que possuem apenas *semi-falantes fracos* (SFF), e, finalmente, há aquelas em que os falantes só lembram algumas palavras e frases isoladas (FL).

Campbell e Muntzel (1989, pp. 181-186) discutem casos de línguas nas quais o conhecimento linguístico dos falantes correspondem a um *contínuo de proficiência* (CP), que vai do (FPC) ao (SFF) ou ao (FL) e apontam diferentes tipos de situações de morte de língua - *morte súbita*, *morte radical*, *morte gradual* e *morte de baixo para cima*:

a) “*Morte súbita*”: Os falantes (quase todos ou todos) morrem ou são exterminados. Neste caso não há um estado de obsolescência para se investigar estruturalmente e por isso está fora da investigação dos autores.

b) “*Morte radical*”: A perda da língua é rápida e geralmente decorrente da repressão política severa, frequentemente acompanhada de genocídio. Na morte radical, os falantes deixam de falar a língua nativa como uma estratégia de sobrevivência.

c) “*Morte gradual*”: De acordo com Campbell e Muntzel, muitos dos casos de línguas em extinção se associam ao tipo de *morte gradual*, no qual há um estágio intermediário de bilinguismo, em que a língua dominante vem a ser empregada por um número crescente de indivíduos em um número crescente de contextos, nos quais a língua nativa era anteriormente usada. Nesse tipo de morte, a situação é caracterizada por um contínuo de proficiência determinado pela idade, no qual as gerações mais novas têm uma proficiência maior na língua dominante e aprendem a língua obsoleta de forma imperfeita.

d) “*Morte de baixo para cima*”: Neste tipo de situação de morte de uma língua, o repertório de registros estilísticos sofre um atrito de baixo para cima, chamado de padrão do tipo ‘*latinate*’, isto é, “a língua é perdida primeiro em contextos de intimidade familiar e mantida apenas em contextos de rituais” de alta importância (HILL, 1983, p. 269 apud CAMPBELL & MUNTZEL, 1989).

Com respeito às mudanças estruturais identificáveis nas línguas em processo de extinção, Campbell e Muntzel observam que “a predição mais óbvia que se pode fazer a respeito de línguas em estado avançado de obsolescência é a de que é muito provável que experimentem um certo montante de mudanças em todos os componentes de sua estrutura: fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical”. Mas, segundo eles, “é muito difícil prever a natureza precisa das mudanças que podem ocorrer.” (CAMPBELL & MUNTZEL, 1989, p. 186). Esses autores também apresentam exemplos de vários tipos de mudanças, esperadas ou previsíveis, e chamam a atenção para o fato de que parece existir uma tendência de formas marcadas serem substituídas por formas menos marcadas.

3.6 Sobre bilinguismo e multilinguismo, como resultados linguísticos do contato de línguas

De acordo com Thomason (2001b, p. 31) o bilinguismo é muito mais generalizado do que os cidadãos monolíngues de países tradicionalmente dominados pelo inglês (Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália, e Nova Zelândia), por exemplo. A ideia de que o monolingüismo é a norma humana é um mito. Thomason

(2001b, p. 32) considera que as pessoas veem o multilinguismo de diferentes formas e, muitas vezes, conflitantes, a saber: como uma marca do ensino médio de grande prestígio, como fator social ou ainda uma desvantagem psicológica, como uma responsabilidade política, como uma necessidade para a vida diária, como um incrível fato da vida, como uma parte vital de uma identidade étnica da pessoa. Segundo Thomason (2001b, p. 33) todas essas visões são validas exceto a que se refere à desvantagem psicológica.

Conforme essa mesma autora (2001b, p. 34), embora a noção de que o bilinguismo é psicologicamente prejudicial não seja cientificamente justificada, muitas pessoas, incluindo alguns estudiosos, ainda argumentam que o multilinguismo é uma desvantagem social. Uma consequência da tradição ‘melting pot’ nos Estados Unidos é uma crença generalizada de que os imigrantes devem abandonar suas línguas hereditárias imediatamente e mudar para o inglês a fim de se tornarem verdadeiros americanos. Essa noção contrasta com a de que o multilinguismo é uma responsabilidade política, visão que vem se expandindo pela literatura especializada e por todo o mundo.

Thomason (2001b, p. 37) considera que há muitos países com mais de uma língua oficial, e o mesmo grande número de países com somente uma língua nacional oficial, e há também línguas regionais oficiais e/ou línguas nacionais quase oficiais. Ex-colônias muitas vezes mantêm a língua dos seus antigos governantes coloniais como uma língua oficial, muitas vezes (mas não sempre) em conjunção com uma língua indígena. A escolha da língua nacional, então, nem sempre cai sobre a língua que possui mais falantes. Segundo a autora o que faz com que um país tenha uma ou mais de uma língua oficial vai depender de país para país, mas é seguro assumir que uma língua oficial tem um significado mais político e social do que, por exemplo, uma ave nacional (como a águia careca dos Estados Unidos).

Thomason (2001b, p. 39) assegura que as políticas linguísticas, quer encobertas ou ostensivas, definem o processo de desenvolvimento em movimento. Elas também afetam o *status*, e deste modo potencializam o uso, para efeitos oficiais e não oficiais, de ambas as línguas dominante e minoritária. A escolha do governo de permitir, encorajar, ou requerer educação bilíngue é um importante fator para a manutenção da língua minoritária, por exemplo.

A mesma autora (2001b, p. 42) cita o caso da Índia, particularmente complexo de multilinguismo nacional, com questões difíceis de políticas linguísticas decorrentes da independência. O multilinguismo é um fato na vida do indiano, algo que não é imposto de cima.

Ricento (2006, p. 8) também fala da importância de uma política linguística que suporte as múltiplas línguas em um país multilíngue, sendo que o estado deve tentar dar igualdade de condições e dê apoio para cada componente das comunidades etnolinguísticas que formam o país.

3.7 Sobre atitudes linguísticas

O trabalho de Sichra (2003, p. 11) compreende uma pesquisa etnográfica que descreve uma situação de contato de línguas, alternância de códigos, proveniente desse contato, atitudes linguísticas e a variação do Quéchuá, como pistas que ajudam a entender o grau de vitalidade da língua minoritária. Nesse trabalho, a língua é tratada como elemento interveniente na construção da identidade e como reflexo de dita identidade e as atitudes linguísticas são valoradas por meio das percepções dos falantes a respeito do valor e do significado social das línguas em contato, pelos comportamentos linguísticos que retroalimentam essas percepções e pelas estratégias comunicativas utilizadas pelos falantes para expressarem suas identidades.

Nesse sentido, conforme Sichra (2003, p. 41), a possibilidade que alguém tem para empregar sua língua depende da ocasião que se pode oferecer para isso. A atitude linguística não é perceptível de maneira imediata e tradicionalmente não tem sido levada em conta pelas investigações sociolinguísticas. Pode ser concebida como a valorização da língua por seus falantes segundo critérios estéticos, formais e funcionais e pela opinião que se tem a respeito da língua e que se estende à comunidade associada a esta língua. Para que o falante assuma uma atitude linguística pressupõe-se uma consciência da situação linguística por parte dele. Em geral, somente uma situação conflitiva ou modificação do *status quo* de uma comunidade de fala, cria ocasiões para refletir sobre a própria língua, seu papel e seu simbolismo.

Segundo Sichra (2003, p. 42), a predisposição para aprender e usar uma língua está diretamente vinculada à relação entre atitude e comportamento, havendo duas concepções que tentam explicar este fenômeno: mentalista e conducionista.

Conforme Sichra (2003, pp. 42-43), na concepção mentalista, a atitude linguística é uma situação de predisposição que se estrutura por meio de componentes cognitivos, afetivos e intencionais e que motiva o comportamento. Neste modelo, a atitude não é observável como variável independente, mas como estrutura latente que se pode explicar por meio de perguntas diretas feitas aos falantes; assim, o conhecimento de atitudes linguísticas do indivíduo – resultante de estratégias psicológicas e sociológicas – permite predizer sobre os usos da língua. Já no enfoque conducionista, atitudes são variáveis dependentes, imediatamente observáveis, do comportamento.

Ainda de acordo com Sichra (2003, p. 45), os entramados sociais e as normas sociais de interação condicionam o comportamento e este permite deduzir juízos de valores. Nas investigações sociolinguísticas são empregados vários métodos de checagem de atitude simultaneamente, realizando-se em seguida um cruzamento de dados. Segundo a concepção mentalista são as capacidades, as oportunidades para o uso da língua e a aprovação do mundo circundante que motivam o comportamento verbal enquanto as atitudes servem de base para a elaboração dos programas de planificação linguística.

Le Page (1968-1978, cf. SICHRA, 2003, pp. 46-48), por meio de sua teoria dos atos de identidade, pretende descobrir os motivos que podem estar na base do comportamento verbal de um indivíduo, entendido como processo de identificação de um grupo. Tem-se novamente o grupo não como elemento do mundo real, mas como representação ideal ou modelo do indivíduo. Segundo essa teoria, fatores como formalidade da situação ou características pessoais como gênero, raça, fatores socioeconômicos, origem etc. são linguisticamente relevantes na medida em que para os falantes representem grupos sociais com que eles possam se identificar.

Segundo Tajfel (cf. SICHRA, 2003, p. 48), a identidade social adquire importância ao comparar-se a outros grupos e quando está guiada pelo desejo de autoafirmação e autoconsciência por meio do pertencimento grupal. A comparação entre os grupos pode levar ao sentimento de alteridade, criando identidades positivas dos grupos; mas quando essa identidade torna-se negativa, surge-se o desejo de

mudança. Todavia, há indivíduos que não esperam por essa mudança e abandonam o grupo pela mobilidade social, utilizando-se de uma ou mais das seguintes estratégias: assimilar valores de outro grupo; revalorizar características antes tidas como negativas que passam ao status de positivas; introduzir novas dimensões de comparação pelo mecanismo da criatividade social.

3.8 Síntese

Neste capítulo abordamos as principais teorias propostas pelos autores já citados na introdução a respeito de contato de línguas e obsolescência, das atitudes e políticas linguísticas, bem como os contextos possíveis que podem surgir decorrentes desse contato que seriam basicamente os vários tipos de mortes de línguas ou a coexistência dessas, por meio do bilinguismo e multilinguismo, sem negar as influências inerentes à ecologia linguística, como ocorrência de empréstimos, alternância de códigos, atitudes linguísticas etc.

CAPÍTULO 4 – SOBRE O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA (INDL) E O PROJETO PILOTO ASURINÍ DO TOCANTINS

4.1 Introdução

Esta pesquisa insere-se no âmbito do projeto *A LÍNGUA ASURINÍ DO TOCANTINS: UM PROJETO PILOTO PARA A METODOLOGIA GERAL DO INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA*, o qual constitui um dos projetos coordenados por pesquisadores do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília (LALI/UNB), aprovado no âmbito do edital 003/2008 (Inventário Nacional da Diversidade Linguística e Mapeamento Documental do Patrimônio Imaterial), relacionado ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), este instituído pelo Governo Federal em 2000, cujo órgão público responsável é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

4.2 O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) foi pensado para ser um instrumento de levantamento e registro das línguas faladas pelas comunidades linguísticas brasileiras. Estas línguas são constitutivas da história e da cultura do Brasil e devem ser entendidas, segundo o INDL, como referências culturais da nação, tal qual ocorre com outros bens de natureza material ou imaterial. As línguas faladas no Brasil são classificadas em cinco categorias histórico-sociológicas, de acordo com sua origem histórica e cultural e sua natureza semiótica (cf. Anexo 4 do edital 003/2008, Proposta de Metodologia Geral para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, BRASIL, Ministério da Cultura/IPHAN, pp. 1-9), tais como:

- Indígenas;
- de comunidades Afro-Brasileiras;
- de Imigração;
- de Sinais;
- Crioulas;
- Língua Portuguesa e suas variações dialetais.

No INDL, “inventário” é entendido como o formulário que recebe os resultados da pesquisa de uma língua, orientando a visão dos grupos de trabalho para determinados pontos, julgados necessários para se avaliar o estado de vitalidade da língua inventariada, considerados o número de falantes, o território, o grau de transmissão intergeracional, entre outros; e a criação de planos de salvaguarda coerentes com os resultados que se pretende alcançar.

O Inventário visa a dar visibilidade à pluralidade linguística brasileira e a permitir que as línguas sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso. Os resultados do INDL, conforme projetado, deverão ser expressos em um formulário, que constituirá um banco de dados sob responsabilidade do IPHAN, denominado INDL do Brasil, único para todas as línguas, de modo que se possa ter uma visão geral e comparável da diversidade linguística do Brasil.

No inventário constarão informações a respeito das metodologias de pesquisa utilizadas, dificuldades encontradas e limitações dos resultados, identificação da língua que está sendo inventariada, estimativa do número de falantes, caracterização linguística e histórico-cultural do povo, distribuição geográfica, usos da língua na sociedade, mapeamento das ações jurídicas (oficialidade), educacionais e culturais existentes sobre a língua, mapeamento dos usos da escrita, dos estudos já realizados sobre a língua, documentação da literatura oral e escrita, por meio da coleta de história e mitos do povo e constituição de um acervo com lista de palavras de uso corrente, textos escritos pelos falantes da língua e diálogos gravados.

4.3 O Projeto Piloto da Língua Asuriní do Tocantins

O Projeto Piloto em questão tem como objetivo principal inventariar a Língua Asuriní do Tocantins, por meio de metodologias experimentais adequadas à realidade social dos seus falantes, de forma a contribuir para a exequibilidade do INDL. O desenvolvimento metodológico das pesquisas desenhadas para esse inventário propiciará dados relevantes para o planejamento do inventário da diversidade linguística em nível nacional, cujos resultados deverão subsidiar políticas que visem ao fortalecimento e à continuidade da transmissão das línguas nativas brasileiras.

Público alvo

O povo Asuriní do Tocantins, os demais povos indígenas cujas línguas serão inventariadas dentro do INDL, pesquisadores que participarão dos futuros inventários e a sociedade brasileira são o público alvo do Projeto Piloto em questão. O povo Asuriní é ao mesmo tempo o público cuja língua será inventariada, o público participante ativo do projeto e o público imediatamente beneficiado; os demais povos indígenas terão suas línguas inventariadas com metodologias enriquecidas pela experiência dos projetos pilotos. Os pesquisadores atuantes nos futuros inventários poderão ser beneficiados com os resultados dos diagnósticos das metodologias testadas no Projeto Piloto as quais lhes permitirão aperfeiçoar as demais metodologias utilizadas; além desses, espera-se que a sociedade brasileira também seja beneficiada com a realização de tal projeto, uma vez que o mesmo reflete uma política patrimonial de grande importância para a salvaguarda de um dos seus bens patrimoniais imateriais.

Metodologia

Para a constituição do Inventário foram utilizadas diferentes metodologias, dentre as quais: pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais, entrevistas, aplicação de questionários, elicitación de dados linguísticos (Acervo) e observação direta. As pesquisas documentais e bibliográficas foram realizadas em acervos públicos e privados e procuraram reunir o máximo de documentação sobre os índios Asuriní. Foi criado um banco de dados para reunir as informações históricas, linguísticas e culturais relativas a esse povo. A documentação acessível foi fotocopiada e/ou digitalizada. Para a obtenção das informações históricas, linguísticas e culturais obtidas junto à comunidade foram aplicadas entrevistas diretas e/ou questionários. As entrevistas foram gravadas em sistema digital e em fita magnética. Parte das entrevistas foi também registrada em vídeo. O item Acervo foi inventariado por meio de sessões de elicitación oral e por meio de produção de textos. A observação direta foi procedimento geral e constante por parte dos pesquisadores que atuaram em campo, os quais registraram por escrito e/ou por meio de documentação visual ou áudio-visual.

Constituição das equipes

Para a realização das pesquisas, além da participação ativa das lideranças Asuriní, guardiãs dos saberes tradicionais, lideranças Asuriní jovens, que desempenham papéis políticos e sociais relevantes, e demais membros da comunidade Asuriní, foram constituídas seis equipes de trabalho, cada uma com responsabilidades próprias e com um pesquisador-coordenador, conforme segue:

Equipe I: caracterização linguística;

Equipe II: caracterização cultural;

Equipe III: caracterização histórico-cultural e etno-ambiental;

Equipe IV: levantamento, organização e sistematização dos dados;

Equipe V: documentação áudio-visual;

Equipe VI: apoio à infra-estrutura e administração brasileira.

Essas equipes foram compostas por representantes indígenas e por pessoas atuantes em diversas áreas do conhecimento e oriundas de diferentes instituições (UNB, UFPA, PUC-SP, Funai, etc.), dentre os quais linguistas, antropólogos, musicistas, economistas, educadores, engenheiros florestais, estatistas, cinegrafistas, profissionais da UnB TV, fotógrafos, jornalistas, administradores, estudantes de graduação e pós-graduação dessas áreas de conhecimento, bem como técnicos da Funai e da Funasa e professores da rede municipal de ensino que atuam na TIT.

O Projeto, sob coordenação de Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, também orientadora desta dissertação, contou com a consultoria de cinco dos mais importantes estudiosos dos Povos Tupí: Roque Laraia, Aryon Dall'Igna Rodrigues, Carmen Junqueira, José Porfírio Fontenele de Carvalho e Mércio Gomes. Além desses, Betty Mindlin, Marlui Miranda, Robert Miller, Rozana Reigota, Carla Yamane, Daniella Martins.

O projeto contou com a fundamental participação de lideranças Asuriní: Porakê Asuriní, Wawewohoa Asuriní, Inataraohoa Asuriní, Henonewára Asuriní, Kosapo'ía Asuriní, Sakamiramé Asuriní, Po'angákatóa Asuriní, Wirá Asuriní, Paturína Asuriní, Ipirá Asuriní, Morosopia Asuriní, Serewiá Asuriní, Kate'yma Asuriní, Kosákwéna Asuriní e demais membros da comunidade.

O caráter interdisciplinar e interinstitucional de cooperação entre as equipes refletiu uma estratégia metodológica eficaz para o maior rendimento da pesquisa. Dependendo dos objetivos da ida a campo, as viagens das equipes coincidiam ou não e antes dessas viagens, eram realizadas reuniões em Brasília para o estabelecimento dos cronogramas de trabalho e sistematização dos dados, ao término das viagens, as equipes entregaram relatórios com os dados coletados, acompanhados dos registros originais.

4.4 Aspectos da pesquisa

O Projeto Piloto teve início em janeiro de 2009 com previsão prorrogada de término para fevereiro de 2011, entrega do Inventário ao IPHAN. Assim, para melhor visualização, segue quadro resumitivo dos encontros entre os Asuriní e os assessores externos constituintes das equipes e as principais ações realizadas no decorrer do projeto. Ademais desses encontros, foram realizadas reuniões em Brasília para relatos dos trabalhos realizados, sistematização dos dados, planejamentos de cronogramas de trabalho, idas a campo, reuniões no IPHAN etc., para a elaboração do Inventário.

Quadro 2 – Principais etapas do Projeto Piloto da Língua Asuriní do Tocantins

Principais datas dos encontros entre os Asuriní e as equipes do Projeto Piloto	Objetivos principais	Especialistas envolvidos
Abril/2009	<p>-primeiro encontro após a aprovação do Projeto Piloto pelo IPHAN, para apresentação do projeto às lideranças Asuriní;</p> <p>-gravação de cantos para composição do CD, de mitos, histórias e relatos Asuriní para composição do Acervo.</p> <p>-primeira revisão da pesquisa sociolinguística para identificação do nível de proficiência linguística dos Asuriní.</p>	<p>-lideranças Asuriní, guardiãs dos saberes tradicionais e demais membros da comunidade;</p> <p>-Linguistas e alunos de graduação em letras;</p> <p>-musicista.</p>
Julho/2009	<p>-gravação de relatos, conhecimento tradicional, das histórias relacionadas aos rituais, cantos, assim como registro de usos linguísticos e de situações de fala do dia a dia dos Asuriní;</p>	<p>-lideranças Asuriní e demais membros da comunidade;</p> <p>- administradora do projeto;</p> <p>-antropólogos;</p>

Principais datas dos encontros entre os Asuriní e as equipes do Projeto Piloto	Objetivos principais	Especialistas envolvidos
	<p>-Continuação da Pesquisa sociolinguística I, com coleta e atualização dos dados, fotos das famílias que compõem o Censo Asuriní e coletas dos nomes de todos os membros da família;</p> <p>-Pesquisa sociolinguística II, observações etnográficas.</p> <p>-Gravação do ritual do inajá e das tabocas;</p> <p>-documentação da coleta da <i>inwira</i>;</p> <p>-documentação de histórias relacionadas à flora local, usos medicinais de plantas, costumes alimentares (frutos), usos de sementes para produção de artesanatos (colares, brincos etc), uso do <i>pariri</i> para confecção do estojo peniano, utilizado pelos antigos Asuriní etc.</p> <p>-reunião com a secretária de educação;</p> <p>-tratamento de questões relacionadas ao lixo na aldeia.</p>	<p>- economistas;</p> <p>-linguistas;</p> <p>- alunos de graduação em letras;</p> <p>- alunos de pós-graduação em linguística;</p> <p>-cinegrafistas;</p> <p>-fotógrafos;</p> <p>-jornalista;</p> <p>-educadores;</p>
Maio/2010	<p>-correção dos dados coletados nos encontros anteriores, coleta de novos dados de língua e cultura para elaboração de livros de relatos e atualização do dicionário do povo Asuriní;</p> <p>-observações etnográficas de aulas de Língua Asuriní na escola da aldeia;</p> <p>-discussão sobre metodologias de ensino da Língua Asuriní e trabalhos relacionados à escola;</p> <p>- Pesquisa sociolinguística I, revisão, correção e atualização</p>	<p>-lideranças Asuriní e demais membros da comunidade;</p> <p>-administradora do projeto;</p> <p>-linguistas;</p> <p>-alunos de graduação em letras;</p> <p>-alunos de pós-graduação em linguística;</p> <p>-Educadores.</p>

Principais datas dos encontros entre os Asuriní e as equipes do Projeto Piloto	Objetivos principais	Especialistas envolvidos
	<p>dos dados do Censo;</p> <p>-acerto da ida dos Asuriní à Brasília.</p>	
<i>Junho/2010</i>	<p>- vinda dos Asuriní a Brasília para gravação em estúdio dos cantos, gravação e correção de relatos, histórias e mitos Asuriní;</p> <p>- Encontro Asuriní</p> <p>-Pesquisa sociolinguística I, revisão e atualização dos dados do Censo.</p>	<p>-lideranças Asuriní e demais membros da comunidade;</p> <p>- administradora do projeto;</p> <p>-antropólogos;</p> <p>- economistas;</p> <p>-linguistas;</p> <p>-</p> <p>alunos de graduação em letras;</p> <p>- alunos de pós-graduação em linguística;</p> <p>-cinegrágrafos externos;</p> <p>-fotógrafos;</p> <p>-jornalista;</p> <p>-educadores;</p> <p>-musicista.</p>
<i>Setembro/2010</i>	<p>-Correção de dados coletados em encontro anterior e coleta de novos dados sobre a língua, fauna e flora local para composição do Acervo.</p> <p>-reuniões na escola para discussão de metodologias de ensino da língua nativa e observações etnográficas para composição do banco de dados;</p> <p>-discussões a respeito do lixo na aldeia;</p> <p>-coleta de história e relatos;</p> <p>-Pesquisa sociolinguística II, aplicação dos questionários de</p>	<p>-lideranças Asuriní e demais membros da comunidade;</p> <p>- administradora do projeto;</p> <p>-antropólogos;</p> <p>- alunos de graduação em letras;</p> <p>- alunos de pós-graduação em linguística;</p> <p>-linguista;</p> <p>-fotógrafos;</p> <p>-educadores;</p> <p>-engenheiro florestal e alunos de</p>

Principais datas dos encontros entre os Asuriní e as equipes do Projeto Piloto	Objetivos principais	Especialistas envolvidos
	<p>usos e atitudes linguísticas e discussão acerca dos usos linguísticos na aldeia e da situação sociolinguística do povo Asuriní.</p>	<p>graduação dessa área.</p>
<i>Outubro/2010</i>	<p>-vinda dos Asuriní a Brasília para participação no Encontro de Línguas e Culturas Tupí e Macro-Jê 2010;</p> <p>-correção dos cantos tradicionais gravados para feitura do CD;</p> <p>-correção do dicionário, dos relatos e dos mitos coletados anteriormente;</p> <p>-ida à TIT de uma equipe para correção e atualização de dados coletados nas idas anteriores;</p> <p>-apresentação do projeto carteira indígena para as mulheres Asuriní;</p> <p>-Discussão sobre a regulamentação das terras do Pacajá;</p> <p>-Gravação de vídeos sobre a cultura indígena, feita pelos Asuriní com auxílio de assessores externos.</p>	<p>-lideranças Asuriní e demais membros da comunidade;</p> <p>- administradora do projeto;</p> <p>-antropólogos;</p> <p>-linguistas;</p> <p>- alunos de graduação em letras;</p> <p>- alunos de pós-graduação em linguística;</p> <p>-cinegrafistas indígenas e externos;</p> <p>-fotógrafos;</p> <p>-jornalista;</p> <p>-educadores;</p> <p>-musicista.</p>
<i>Dezembro/2010</i>	<p>- gravação da festa do jacaré na aldeia <i>Ororitawá</i>, retomada em 2009;</p> <p>-coleta e correção de dados de encontros anteriores.</p> <p>-fechamento do projeto.</p>	<p>-lideranças Asuriní e demais membros da comunidade;</p> <p>-administradora do projeto;</p> <p>-antropólogos;</p> <p>-linguistas;</p> <p>- alunos de graduação e pós em letras e linguística;</p> <p>-cinegrafistas indígenas e externos;</p> <p>-fotógrafos;</p> <p>-jornalista;</p> <p>-educadores;</p>

4.5 Os impactos do Projeto Piloto

Com este projeto os Asuriní tiveram a oportunidade de participar ativamente do inventário do estado da arte de sua língua nativa, o que os estimulou a refletir durante as etapas do trabalho sobre situação de obsolescência de sua língua e cultura e dos valores que os identificam como grupo étnico diferenciado. Tiveram também a oportunidade de refletir e se conscientizar em relação aos conhecimentos tradicionais que detém apesar de quase 70 anos de pressões adversas ininterruptas sobre a vitalidade de sua língua e cultura.

Essa participação ativa, bem como a presença de assessores externos, durante as estadas em campo, foram fatores motivadores para que os Asuriní se percebessem como os principais guardiões e interessados na transmissão dos valores para as próximas gerações, o que pode ser considerada uma reação positiva por parte do povo Asuriní, conforme já mencionado no Capítulo 1, é a retomada da festa do jacaré, em 2009, ano em que teve início o Projeto Piloto (será somente uma coincidência?).

Também durante o projeto houve reuniões com membros da Secretaria Municipal de Educação, conforme mencionado no Capítulo 2, os quais foram estimulados a adotar políticas educacionais regionais de valorização dos indígenas como seres humanos detentores de saberes e direitos constitucionais que devem ser respeitados por todos, bem como a adotar políticas de valorização e preservação da língua nativa.

4.6 Síntese

Neste capítulo tratamos das principais características do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) e do Projeto piloto da Língua Asuriní do Tocantins, o qual foi elaborado com vistas a servir de base para uma metodologia geral do INDL. As pesquisas sociolinguísticas entre os Asuriní, a serem abordadas nos capítulos 5 e 6, foco desta dissertação, constituem uma das etapas do Projeto Piloto, realizadas no decorrer deste, conforme Quadro 2.

CAPÍTULO 5 - AS PESQUISAS SOCIOLINGÜÍSTICAS, FUNDAMENTOS E MÉTODOS DE APLICAÇÃO

5.1 Introdução

Neste capítulo abordamos os fundamentos e métodos que substanciaram as duas pesquisas sociolinguísticas realizadas entre os Asuriní do Tocantins, aqui denominadas: Pesquisa I (Censo Linguístico Asuriní), iniciada por Ana Suelly Arruda Câmara Cabral em 2006; e Pesquisa II (Pesquisa sociolinguística), na qual utilizamos o instrumento de pesquisa organizado por Terezinha Machado Maher (2007) e nos fundamentamos em seus estudos (1996, 2008). A primeira visando à descrição dos graus de proficiência linguística dos Asuriní, a segunda à identificação das situações de uso e atitudes linguísticas, com respeito à língua indígena e à Língua Portuguesa, mas também com vistas à observação de como a Língua Asuriní do Tocantins ou Trocará está sendo transmitida. Os resultados das pesquisas, como mostraremos, possibilitaram a reunião de dados que mapeiam e caracterizam a situação sociolinguística do povo Asuriní do Tocantins na atualidade.

5.2 As pesquisas sociolinguísticas, fundamentos e métodos

Considerando a oportunidade ímpar de aprofundar pesquisas sociolinguísticas cujos resultados contribuíssem para a composição de um quadro detalhado da realidade dessa língua, procedemos à aplicação de duas pesquisas distintas na tentativa de trabalhar as diferentes variáveis sociolinguísticas implicadas na situação de uso da língua nativa através das diferentes gerações de indivíduos Asuriní.

A Pesquisa I se apoiou na concepção de pesquisa sociolinguística de línguas em situação de obsolescência, como as propostas por Dorian (1981), Campbel e Muntzel (1989) e Thomason (2001), citadas no Capítulo 3.

A Pesquisa II adotou uma metodologia desenhada por Maher (2007, 2008), a qual além de promover resultados que devem ser considerados nos planejamentos de programas de formação de professores-pesquisadores indígenas, é um estímulo à participação de professores indígenas como agentes das pesquisas sobre seu povo e constituem em si, uma importante atividade de pesquisa para esses professores,

inserindo-os diretamente em situações de aprendizagem de aplicação de métodos e instrumentos de pesquisa, promovendo uma maneira bastante colaborativa e dialógica, alcançando as diferentes proficiências orais e escritas e possibilitando um mapeamento das atitudes linguísticas dos falantes e dos usos nos contextos conversacionais. Cito a seguir trecho de Maher (2008, p. 7) que explicita um pouco do contexto acreano em que essa metodologia foi trabalhada em 2006, no curso de formação de professores da CPI Acre.

Dito de outro modo, observa-se, já há algum tempo nesse estado, uma situação de assimetria linguística com forte tendência favorável à expansão do português e ao enfraquecimento das línguas indígenas locais. Caso essa tendência não seja revertida, várias das línguas indígenas acreanas poderão desaparecer no curso de apenas algumas gerações (Monte, 1993; Maher, 1996). Cômscios dessa situação de risco, um grupo de 37 professores indígenas acreanos, membros de 07 diferentes etnias (Kaxinawá, Yawanawá, Shãwãdawa, Katukina, Jaminawa, Asheninka e Manchineri) em processo de formação continuada para a docência,¹ deu início, em 2006, a investigações de cunho sociolinguístico, sob minha orientação. Tais investigações, ainda em andamento, têm o intuito de fazer diagnósticos das situações de suas línguas tradicionais em suas aldeias e das atitudes dos membros de suas comunidades em relação a elas, de modo a terem subsídios para definir e implementar políticas linguísticas *locais* capazes de assegurar a sobrevivência das línguas tradicionais de suas comunidades. A ênfase dada à importância de que tais

¹“ Esses docentes fazem parte do Projeto “Uma Experiência de Autoria” sob responsabilidade da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Ac). Em consonância com as orientações do MEC, essa organização, não-governamental e laica, vem, sistematicamente, investindo na capacidade desses professores indígenas de atuarem como pesquisadores. Orientados por diferentes assessores e consultores da entidade, esses docentes vem conduzindo investigações sobre diversos temas: suas tradições culturais (mitos, cânticos, cerimoniais), saúde, meio ambiente, história etc.”(p. 8).

políticas sejam pensadas muito localmente se torna ainda mais evidente diante do fato de as aldeias acreanas se distinguirem, umas das outras, tanto do ponto de vista de suas localizações, de suas histórias de contato, quanto de suas organizações sociais e econômicas.

Visto que este trabalho insere-se no âmbito do Projeto Piloto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), a pesquisa sociolinguística procurou responder a maioria das questões que compõem os itens IV, VI e VIIb da Proposta de Metodologia Geral para o INDL. Para responder às demais questões desses itens, adotamos outras metodologias de pesquisa. Assim, no que diz respeito aos itens “Demografia”, “Usos na sociedade” e “Escrita”, reproduzidos no quadro a seguir, mantivemos como foco das pesquisas sociolinguísticas apenas aqueles compatíveis com a natureza dessas pesquisas.

Quadro 3 – Questões que compõem os itens IV, VI e VIIb do INDL

IV) DEMOGRAFIA (estimativa do número de falantes)

A língua tem quantos falantes? (com apresentação e discussão das várias bases de dados);

Qual a taxa de transmissão intergeracional da língua?;

Quais os graus de proficiência dos falantes, por faixa etária?;

Análise e comentários.

VII) USOS NA SOCIEDADE

Eventos de Fala: descrição dos contextos e modalidades de uso e o grau de transmissão intergeracional destes eventos de fala;

a) Usos e suas formas no cotidiano da sociedade (incluindo o cotidiano nas instituições, como escola e sistema de saúde);

b) Usos e formas especiais (rituais que envolvem usos linguísticos).

VIII b) ESCRITA

Quantas pessoas sabem ler e escrever e quais suas idades?

A língua indígena é usada como língua de alfabetização / como língua de instrução / em que níveis e etapas de ensino?

Como aprenderam a escrever na língua indígena?

Qual a atitude sobre a escrita na língua indígena?

Quais os usos que a escrita tem na comunidade?

Como circulam os textos escritos na língua indígena?

Circulam textos escritos em outras línguas?

Quais os usos da língua escrita na escola? Há materiais didáticos? Quais? Como são usados?

5.3 Descrição das pesquisas sociolinguísticas

Os dados sociolinguísticos foram obtidos por meio das Pesquisas I e II, descritas a seguir.

Pesquisa I

Esta pesquisa considerou os dados coletados anteriormente por Cabral (2006) para o primeiro censo linguístico Asuriní, obtidos por meio de entrevistas realizadas com todos os componentes do povo Asuriní (CABRAL, 2005, 2006). A Pesquisa I no âmbito do Projeto do IPHAN desenvolveu-se em seis etapas, descritas a seguir.

A Pesquisa **I** consistiu no primeiro censo linguístico Asuriní, por Cabral, Kosakwéna, Morosopía e Poraké, em 2006, o qual contemplou todos os membros da comunidade Asuriní da época. Consideraremos esta pesquisa a **Etapa I** do projeto do IPHAN.

Na **Etapa II**, realizada em julho de 2009, na qual eu também passei a fazer parte da equipe de pesquisa, procedeu-se à revisão e à atualização das variáveis sociolinguísticas – gênero, idade, data de nascimento, núcleo familiar, relações de parentesco, nível de instrução, contato com a cidade, conhecimento de outras línguas, informações adicionais.

Na **Etapa III**, realizada em julho de 2009, procedeu-se à obtenção de dados sobre proficiência linguística, a partir do julgamento de conhecedores da LI na faixa entre 20 e 40 anos. Nesta etapa foram acrescentados ao censo os indivíduos que nasceram entre 2007 e 2009.

Na **Etapa IV**, realizada em maio de 2010, procedeu-se a uma nova etapa da pesquisa, tendo como referência a estrutura de fichas usadas no censo de 2006, com o apoio de conhecedores da LI na faixa entre 41 e 70 anos. Nesta pesquisa foram atualizados dados populacionais, consideradas as mortes e os nascimentos ocorridos entre o 2009 e 2010.

Na **Etapa V**, setembro de 2010, procedeu-se ao cruzamento de dados de todas as etapas da pesquisa, com a supervisão de Ana Suely A. C. Cabral.

Na **Etapa VI**, realizada em outubro e novembro de 2010, procedeu-se à montagem e limpeza do banco de dados (retirada de pessoas que já morreram e acréscimo das que nasceram, acréscimo de dados faltantes etc) e ao tratamento estatístico. Nesta etapa foi fundamental o apoio da estatista Antonia Regina Oliveira.

É importante salientar que todos os dados de todas as etapas da Pesquisa I foram registrados em Excel.

Pesquisa II

A **Pesquisa II** consistiu na aplicação de um instrumento de pesquisa sociolinguística organizado pela Dra. Terezinha de Jesus Machado Maher, intitulado “Instrumentos Metodológicos para Levantamento Sociolinguístico” (2007). Também tomamos por base sua tese doutoral intitulada “Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade.” (1996) e as reflexões abordadas em seu artigo intitulado “Em busca do conforto linguístico e metodológico no Acre Indígena” (2008).

Segundo Maher (1996, p. 61) sua tese “se inscreve no rol das pesquisas que elegem como meta, além da produção de conhecimento científico, o fortalecimento político (*empowerment*) dos sujeitos pesquisados.” Tal concepção reforça as bases deste

trabalho, bem como corrobora a visão de que o INDL não seja um mero banco de dados das línguas brasileiras, mas que seja um instrumento que possibilite a criação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento e à valorização dessas línguas, bem como uma ferramenta que dê voz a estes sujeitos, que na condição de seres humanos, encontram-se em constante processo de construção identitária.

Esta pesquisa privilegia uma amostragem representativa, ou seja, não probabilística, de forma que não foi aplicada a todos os membros da população Asuriní. Seu foco é a dinâmica social das línguas em convívio na comunidade e tem os objetivos seguintes:

- 1) Realizar um levantamento populacional na comunidade;
- 2) Observar que língua – Língua Indígena (LI) ou Língua Portuguesa (LP) – é utilizada pelos membros da comunidade de fala em diferentes situações comunicativas ocorridas na aldeia;
- 3) Realizar o levantamento das práticas de letramento que ocorrem na aldeia, determinando a língua (LI ou LP) em que essas práticas ocorrem e as competências de leitura e escrita em cada língua dos membros letrados da comunidade;
- 4) Entrevistar diferentes membros da aldeia, de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias, para avaliar competências orais em LI e em LP, bem como suas atitudes em relação a ambas as línguas;
- 5) Observar pelo menos 10 famílias com crianças pequenas da comunidade, em diferentes situações comunicativas, com o intuito de verificar se a transmissão intergeracional está sendo observada por seus integrantes adultos.

5.4 Metodologia de pesquisa

A Pesquisa como um todo – Pesquisa I e II – foi pensada para caracterizar a realidade sociolinguística dos Asuriní e lançou mão de associação de estratégias metodológicas de pesquisa – entrevistas e observação – (cf. BERNAR, 1998) e do julgamento do conhecimento linguístico da Língua Asuriní, para o que contou fundamentalmente a participação ativa da linguista Ana Suelly Arruda Câmara Cabral e de assessores indígenas que têm o Asuriní como primeira língua.

Pesquisa I

A Pesquisa I, Censo Linguístico Asuriní, orientou-se por meio de um questionário que tem em vista: (a) identificar o grau de proficiência dos índios Asuriní em sua língua nativa e em português; (b) identificar o grau de bilinguismo desses índios; (c) identificar a correlação entre grau de proficiência linguística oral com idade, sexo, letramento, presença de falantes nativos proficientes na família, entre outros. A estratégia da observação permeou toda esta parte da pesquisa. Os dados obtidos complementam as informações sobre atitudes desses índios com respeito à língua nativa, sobre a transmissão desta e outras características de sua vitalidade, além de complementarem informações sobre o convívio do Asuriní com outras línguas.

O fato de que os índios Asuriní já conheciam alguns dos membros da equipe, associado ao fato de que um dos pesquisadores desenvolve pesquisa linguística na comunidade há 14 anos, contou positivamente para a realização da pesquisa.

Um fator também de importância fundamental para o sucesso do trabalho foi a participação dos Asuriní na equipe que elaborou, aplicou e sistematizou os dados obtidos da pesquisa – Morosopía, Kosákwéna, Poraké, Henonowára, Sakamiramé, Inatarohóa e Po'angakatóa, Saté, Pirá, Waremóa, entre outros. A presença dessas pessoas foi fundamental, tanto durante as entrevistas, pelo conhecimento que têm dos nomes das pessoas, dos filhos destas e de seus parentes mais velhos, como durante as outras fases da pesquisa, que requereram falantes nativos representantes de dois grupos, um de falantes da variedade linguística mais conservadora e outro da variedade menos conservadora.

Antes da aplicação do questionário, que se constituiu de perguntas de conteúdo que exigiam algumas respostas sim/não e outras informativas, conferimos se os entrevistados sabiam da razão de nossa visita. O questionário permitiu que a entrevista fosse coletiva e garantiu a participação dos membros de cada família. Embora a metodologia utilizada na pesquisa seja comum às ciências sociais, o questionário e o trabalho de observação foram dirigidos à descrição sociolinguística do grupo.

A equipe esforçou-se para registrar os nomes dos Asuriní de acordo com a ortografia fundamentada em bases linguísticas, mas com a assessoria dos falantes nativos. Na definição da escala de proficiência da língua nativa foram consideradas propostas existentes de escalas, como a proposta por Campbell & Muntzel (1989), citada no Capítulo 3. Nesse sentido, a Pesquisa I visou identificar o grau de proficiência

linguística do povo Asuriní com respeito à Língua Asuriní e à Língua Portuguesa. Por grau de proficiência entende-se a proficiência na compreensão e no falar da Língua Asuriní. A escala de proficiência da Língua Asuriní desenhada distingue os graus, assim caracterizados:

Escala de proficiência em Língua Asuriní		
Grau	Descrição da escala	Complementos
1	Fala fluentemente a variedade mais conservadora da língua, e possui forte conhecimento da cultura tradicional.	Os indivíduos dessa classe são todos de idade acima de 55 anos.
2	Fala uma variante menos conservadora, mas com conhecimento da cultura tradicional e também grande conhecimento do léxico.	A variedade menos conservadora apresenta muitos empréstimos do Português e elimina contrastes gramaticais que faz do Asuriní falado pela classe 1 uma língua bastante conservadora.
3	Fala uma variante menos conservadora do que a do nível 2, e possui conhecimento relativamente mais restrito da cultura tradicional e do léxico em geral do que os falantes do grau 2.	Os indivíduos desta classe são geralmente casados com pessoas das classes 4 ou 5 e todos são fluentes em Português e concluíram o ensino básico.
4	Entende a língua, mas a fala muito pouco. Tem conhecimento limitado de aspectos da cultura tradicional e do léxico.	Estes indivíduos só falam a língua nativa em situações muito especiais.
5	Entende, mas não fala, apenas faz uso de elementos do léxico da língua e de expressões. desta.	Incluem-se aqui crianças de 3 a 7 anos.
6	Não entende e não fala a língua, exceto alguns elementos lexicais presentes inclusive na fala em português.	
7	Crianças de 1 a 2 anos que podem até entender algumas palavras da língua, mas não fazem uso da língua.	

A escala projetada para os Asuriní considerou também as informações que já possuíamos sobre os diferentes graus de conhecimento da língua nativa pelos Asuriní. Dessa forma, diferenciamos dois tipos de falantes plenos, os da variante conservadora (1) e os da variante menos conservadora (2), atribuindo a pontuação 7 para bebês de até 2 anos e distinguindo-os das pessoas que constituem o grupo 6 que não entendem nem falam a língua nativa, independentemente do estágio de desenvolvimento da aquisição da linguagem.

Quanto à escala de proficiência em português, adotou-se uma divisão quaternária, assim caracterizada:

Escala de proficiência em Língua Portuguesa		
Grau	Descrição da escala	Complementos
1	Fala fluentemente o português regional.	São escolarizados e falam em português na maioria das situações comunicativas.
2	Fala uma variedade bastante marcada do português.	Alguns são escolarizados e fazem mais uso do português do que da língua nativa.
3	Entende pouco e fala pouco o português.	Possuem conhecimento rudimentar do português e falam prioritariamente a língua nativa.
4	Não entende e não fala o português.	Monolíngues na língua nativa.

Na questão letramento não foi considerado o grau de proficiência, por falta de tempo para testes de leitura e expressão escrita, e sobretudo por não ser essa variável naturalmente negativa ou positiva com respeito à vitalidade da língua, podendo contar negativamente ou positivamente, dependendo de outras variáveis. O estado civil foi pensado como informação a ser associada ao grau de proficiência das línguas faladas pelos descendentes de ego, mas que contribui para identificar as relações de proficiência linguística de filhos de mesmo pai e mães distintas. Foi considerada a idade de cada pessoa conforme consta no censo da FUNAI (2006, atualizado em 2010).

O questionário da Pesquisa I consistiu em fichas preenchidas por ocasião de entrevistas feitas em língua nativa e/ou em português com todos os membros adultos de uma família nuclear, conforme segue.

Ficha com perguntas feitas aos pais:

Qual o seu nome?

Qual a sua idade?

Você sabe ler e escrever em Português?

Você sabe ler e escrever em Asuriní?

Você sabe falar outra língua?

Com quem e quando você fala esta outra língua?

Quantos filhos você tem?

Você pode dizer para a gente o nome e idade de seus filhos?

Quais deles são casados?

Como é o nome do seu pai?

Como é o nome de sua mãe?

Você já trabalhou ou estudou na cidade?

Ficha com perguntas feitas aos filhos:

Como é seu nome?

Você frequenta a escola?

Em que série você está?

Quem é seu professor de Língua Asuriní?

Outras perguntas.

Como a ideia era testar o grau de competência linguística em Asuriní e em Português, as ‘outras perguntas’ eram espontâneas e versavam sobre o cotidiano das crianças.

Segue exemplo de ficha preenchida no Censo Asuriní.

Nome	Parentesco	Data de nascimento	Idade	Língua		Letramento	Est./trab.na cidade	Outras informações
				Asuriní	Português			
Moroýróa (Muruiwa) – Moroýróa	M	18/06/1969	41	2	1	S	N	pai: Neté; mãe: Teapykáwa
Samariwára (Kaossamaiwara) – Kosamariwára	E	09/04/1974	36	3	1	S	N	(Grávida) pai: Sakamiramé; mãe: Wawewohóa
Wakamotáwa	filho	08/11/1988	22	3	1	S	N	
Sakawe'ýwa	filho	01/03/1991	19	4	1	S	N	
Nakamo'fa - Wakamo'fa	filho	13/09/1993	17	4	1	S	N	
Morotáwa	filho	17/11/1995	15	4	1	S	N	
Esowía	filho	29/03/2000	10	4	1	N	N	
Kamote'fa	filho	23/03/2003	7	4	1	N	N	
Taisa'yra (Taisara)	filha	09/01/2006	4	4	4	N	N	
Toywára - Toiwára	filho	01/02/2008	2	5	4	N	N	

Pesquisa II

O trabalho desenvolvido nesta pesquisa é de extrema importância para o Projeto Piloto, visto que resulta em um laudo sociolinguístico da Língua Asuriní do Tocantins com várias informações sobre atitudes linguísticas, grau de instrução, práticas de leitura e escrita na aldeia, usos linguísticos na comunidade em geral e no âmbito familiar, além de um levantamento populacional dividido por faixas etárias, como complemento à Pesquisa I, que foca nos graus de proficiência das línguas Asuriní e portuguesa.

A Pesquisa II consistiu na aplicação de questionários sociolinguísticos (MAHER, 2007), por professores Asuriní e assessores externos quando não era possível a presença desses. Contou a favor da escolha desses questionários o fato de terem sido organizados por uma especialista em Linguística Aplicada, com sólida formação em Sociolinguística e com larga experiência junto a programas de educação indígena no Brasil. Contou também o fato de esses questionários terem sido testados previamente em várias comunidades indígenas do Acre. Obtivemos a permissão da Dra. Terezinha de Jesus Machado Maher para aplicar os seus instrumentos de pesquisa sociolinguística no âmbito do Projeto Piloto Asuriní do Tocantins. Nesse sentido, cito a seguir Maher (2008, p. 23), em trecho que revela sua experiência com este instrumento de pesquisa e um pouco de suas concepções metodológicas, sobre as quais não ousou afirmar aqui que seguimos à risca, devido a algumas particularidades entre os contextos em que as pesquisas ocorreram, mas ousou dizer que tivemos a intenção de, à luz de seu trabalho.

Maher (2008) traz em seu artigo algumas considerações a respeito da *descolonização das metodologias de pesquisa* (SMITH, 1999 cf. MAHER, 2008), apoiando a formação de professores-pesquisadores indígenas, no sentido em que sejam pensadas práticas que possibilitem que eles sejam os próprios agentes dessas pesquisas; bem como aborda a questão dos desconfortos metodológicos, que inevitavelmente surgem na aplicação dessas pesquisas, pelo fato de essa interação indígena/branco colocar em cheque visões de mundo e experiências de vida distintas. Todavia, tendo consciência de que essa relação é tensa e de que por isso esses desconfortos existem, faz-se possível criar uma situação dialógica indígena/branco que de certa forma possa amenizar esses desconfortos, na tentativa de, entre tantas diferenças, possibilitar um lugar comum para esses dois pólos.

A esse respeito a autora afirma:

(...): quando os instrumentos de pesquisa foram, em 2006, apresentados aos professores indígenas, eu estava acompanhada de uma antropóloga e de uma educadora, assessoras da CPI-Ac., ambas com larga experiência com os povos indígenas acreanos. Nós três convivemos com esses professores há quase duas décadas, e é de se supor que, no mínimo, tenhamos adquirido alguma sensibilidade para as diferenças culturais existentes entre eles e nós. Mas, apesar dessa convivência, apesar de estarmos informadas teoricamente – procedimentos, instrumentos de pesquisa não são *neutros*, são *artefatos*, *produtos* culturais (Cameron *et alii*, 1992; Tuhiwai Smith, 1999; Marchese e Uchoa, 2006) – não conseguimos evitar nenhum dos conflitos observados. E, tenho hoje convicção de que alguns deles, pelo menos, dificilmente poderiam ter sido evitados. Porque o fato é que é impossível suspender, peremptoriamente, nossa visão de mundo, nossas referências culturais, mesmo quando se tem um compromisso político genuíno com o Outro genuíno. E é porque é impossível apagar as diferenças nos encontros interculturais que, como já afirmei anteriormente ele será sempre tenso, difícil (Maher, 2007).

A aplicação dos questionários referentes a esta pesquisa específica, coordenada por mim, foi realizada em setembro de 2010, todavia também estive presente na aldeia da reserva indígena do Trocará, no posto da Funai, como observadora-participante da pesquisa realizada pelo projeto já mencionado, nos períodos de julho de 2009 e abril de 2010.

No dia 03 de setembro de 2010, parte da equipe do Projeto Piloto, Carla Yamane, Suseile Andrade, Ariel Pheulla e eu, se reuniu com algumas das principais lideranças dos grupos de residência Asuriní para as congratulações de chegada e o acordo de um cronograma de trabalho (que seria realizado entre os dias 03 e 12 de setembro de 2010), o qual incluía, entre outras atividades, a continuidade da pesquisa sociolinguística. Esta pesquisa contou com a participação colaborativa desses líderes e suas respectivas esposas, bem como dos professores indígenas de Língua Asuriní, Patorína, Morosopía, Ipirá e Kate'yma, de demais pesquisadores colaboradores indígenas e de outros membros da comunidade.

A metodologia de pesquisa utilizada objetivou, por um lado envolver no trabalho os professores de Língua Asuriní que atuam na escola e, por outro lado, possibilitar um trabalho colaborativo entre professores-pesquisadores indígenas e pesquisadores externos à comunidade, que promovesse reflexões sobre a língua, seu uso e transmissão (reflexões metalinguísticas, na ótica de Agha (2007, pp. 3-13)) e reflexões acerca da situação sociolinguística da comunidade, da identidade Asuriní, do ensino da Língua Asuriní na escola, entre outras.

Durante a **Pesquisa II**, foram feitas entrevistas pelos professores-indígenas e pesquisadores externos, por meio de questionários compostos por perguntas relacionadas aos usos linguísticos na comunidade, às atitudes linguísticas dos falantes de Asuriní, mas também às atitudes linguísticas dos Asuriní com respeito a todas as línguas que integram o seu contexto sociolinguístico: Asuriní, Português, Mundurukú, Tembé, Urubu-Ka'apor, Parakanã, Anambé.

Ressalte-se que os professores indígenas mostraram-se participativos e envolvidos em todos os momentos das duas pesquisas, tanto da Pesquisa I quanto da Pesquisa II.

5.5 Síntese

As duas metodologias de pesquisa empregadas se complementam e em alguns aspectos se sobrepõem, mas o confronto de seus resultados e a soma deles devem, como mostraremos no Capítulo 6, contribuir para um quadro mais completo da situação sociolinguística da Língua Asuriní.

Os resultados das pesquisas deverão ser usados não apenas como diagnóstico, mas como referência para projetos educacionais e culturais que contribuam para fortalecer o uso da Língua Asuriní e estimular a sua transmissão para as próximas gerações.

CAPÍTULO 6 – RESULTADOS DAS PESQUISAS SOCIOLINGUÍSTICAS I e II

6.1 Introdução

Neste capítulo abordamos os resultados das análises obtidas à luz das pesquisas sociolinguísticas, Pesquisa I e Pesquisa II, realizadas entre os Asuriní do Tocantins, com vistas a obter um laudo sociolinguístico da Língua Asuriní do Tocantins com várias informações sobre os graus de proficiência linguística na língua indígena e na Língua Portuguesa, sobre as atitudes linguísticas desse povo, seu grau de instrução, suas práticas de leitura e escrita na aldeia, seus usos linguísticos na comunidade em geral e no âmbito familiar. Apresentamos também um levantamento populacional dividido por faixas etárias e dados referentes ao contexto sociocultural do povo Asuriní.

6.2 Pesquisa I - Análise sociocultural

As análises realizadas dos dados resultantes da Pesquisa I são quantitativas e permitiram organizar quantitativamente aspectos importantes da realidade sociocultural e sociolinguística do povo Asuriní do Tocantins. Ressaltamos que estivemos, ao longo de nossa pesquisa, cientes de que, embora os números carreguem em si essa propriedade de sintetizar as realidades postas, não esgotam em si as possibilidades de outras interpretações. Estivemos também cientes de que os dados da pesquisa qualitativa, Pesquisa II, podem servir de pistas para uma melhor interpretação desses números. Assim, primeiramente segue a análise sociocultural, realizada por meio do Censo Linguístico Asuriní, para em seguida virem a análises sociolinguísticas.

Resultados da Pesquisa I

Conforme dados da Pesquisa I, Censo Linguístico Asuriní, a distribuição da população Asuriní por sexo é (setembro de 2010) totalmente equilibrada, 50% de pessoas do sexo masculino e 50% do sexo feminino, segundo dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição da população Asuriní por sexo

Sexo	Frequência	%
<i>Masculino</i>	246	50,0
<i>Feminino</i>	246	50,0
<i>Total</i>	492	100,0

Na Tabela 2 mostra-se a população por faixa de idade, revelando uma população jovem. Mais de 78% da população encontra-se nas faixas etárias que vão até 30 anos e apenas 4,5% da população têm mais de 61 anos.

Tabela 2 – Distribuição da população Asuriní por faixa etária

Faixa Etária	Frequência	%
<i>menos de 7 anos</i>	153	31,1
<i>de 8 a 12 anos</i>	80	16,3
<i>de 13 a 30 anos</i>	152	30,9
<i>de 31 a 45 anos</i>	56	11,4
<i>de 46 a 60 anos</i>	21	4,3
<i>mais de 60 anos</i>	22	4,5
<i>Total</i>	484	98,4
<i>Sem Informação</i>	8	1,6
<i>Total Geral</i>	492	100,0

Com relação à condição de letramento, definida nesta pesquisa como acesso à escola independente do nível de proficiência em letramento, o qual não foi avaliado na pesquisa, pouco mais da metade da população é letrada (50,6%), o que demonstra uma população com condições pouco favoráveis socialmente em relação ao acesso a uma educação escolarizada, conforme dados da Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição da população Asuriní por condição de letramento

Letramento	Frequência	%
<i>Sem informação</i>	5	1,0
<i>Não</i>	238	48,4
<i>Sim</i>	249	50,6
Total	492	100,0

Foi perguntado aos Asuriní se eles trabalham e/ou estudam na cidade, e apenas 5 deles afirmaram trabalhar ou estudar na cidade, de acordo com os dados da Tabela 4. Um dado indicativo de frequência de ida dos Asuriní à cidade é o fato de, conforme já exposto no Capítulo 1, a aldeia do Trocará situar-se muito próxima à cidade de Tucuuruí e os Asuriní costumarem ir à cidade para fazer compras, resolver assuntos relacionados a banco e utilização dos serviços de saúde do hospital da cidade, neste último caso, quando o problema não pode ser resolvido no posto da aldeia.

Além disso, os Asuriní têm uma casa em Tucuuruí que serve como ponto de apoio para quando há festividades, encontros ou outras questões relacionadas a eles na cidade. A alta frequência de ida à cidade de Tucuuruí também se deve à facilidade de transporte, pois na aldeia há um caminhão doado pela prefeitura de Tucuuruí, e também um carro da FUNAI e um carro da FUNASA, sendo que este faz diariamente o trajeto Tucuuruí-Aldeia do Trocará – Tucuuruí. Mas há ainda aqueles que possuem melhor poder aquisitivo e se utilizam dos serviços de táxi.

Tabela 4 – Distribuição da população Asuriní em relação a se estuda ou trabalha na cidade

Trabalha ou estuda na cidade	Frequência	%
<i>Não</i>	486	98,8
<i>Sim</i>	5	1,0
<i>Sem informação</i>	1	0,2
Total	492	100,0

6.3 Pesquisa I - Análise sociolinguística

Por meio do Censo Linguístico Asuriní, foi medida a proficiência da população Asuriní na Língua Asuriní. Neste censo, a escala de proficiência na Língua Asuriní, os dois extremos são a proficiência de grau 1, que significa que a pessoa fala fluentemente a variedade mais conservadora da língua e possui forte conhecimento da cultura tradicional, e a Proficiência de grau 6, em que a pessoa não entende e não fala a língua, exceto alguns elementos lexicais presentes inclusive na fala em português (conforme citada no Capítulo 5). De acordo com a Tabela 5, a seguir, apenas 6,1% da população fala fluentemente a língua, sendo este grupo formado por pessoas de mais idade, conforme pode ser constatado por meio do Gráfico 3. A maior parte dos Asuriní encontra-se no nível 5 de proficiência, ou seja, entende, mas não fala a Língua Asuriní, apenas faz uso de elementos do léxico e de algumas expressões desta.

Tabela 5 – Distribuição da população Asuriní na escala de Proficiência na Língua Asuriní

Proficiência na Língua Asuriní	Frequência	%
1	31	6,3
2	9	1,8
3	64	13,0
4	64	13,0
5	225	45,7
6	50	10,2
7	49	10,0
Total	492	100,0

Já a proficiência em Língua Portuguesa foi medida em uma escala de quatro graus de proficiência. A pessoa com proficiência 1 fala fluentemente o português regional; já pessoas com proficiência 4 não entendem e não falam o português (conforme escala de proficiência na Língua Portuguesa citada no Capítulo 5). A maioria da população (79,6%) possui proficiência 1 na Língua Portuguesa, essas são em geral pessoas escolarizadas e falam em português na maioria das situações comunicativas.

Tabela 6 – Distribuição da população Asuriní por Proficiência na Língua Portuguesa

Proficiência na Língua Portuguesa	Frequência	%
1	390	79,3
2	13	2,6
3	16	3,3
4	73	14,8
Total	492	100,0

A partir das duas tabelas anteriores (5 e 6), fez-se um cruzamento entre proficiência em Língua Asuriní e em Língua Portuguesa, resultando em uma terceira tabela. Das pessoas que possuem proficiência 1 na Língua Asuriní, a maioria, 19 delas, tem proficiência 1 em Língua Portuguesa; e apenas 3 delas são monolíngues em Asuriní, ou seja, possuem proficiência 1 na língua indígena e 4 na Língua Portuguesa; e 213 Asuriní, quase metade da população de 492 indivíduos, possui o grau máximo de proficiência em Língua Portuguesa e um grau quase mínimo (5) de proficiência na Língua Asuriní. Assim, por meio de dados quantitativos, é possível perceber que a língua majoritária (utilizada pelo maior número de pessoas) nessa comunidade é a Língua Portuguesa, conforme dados da Tabela 7.

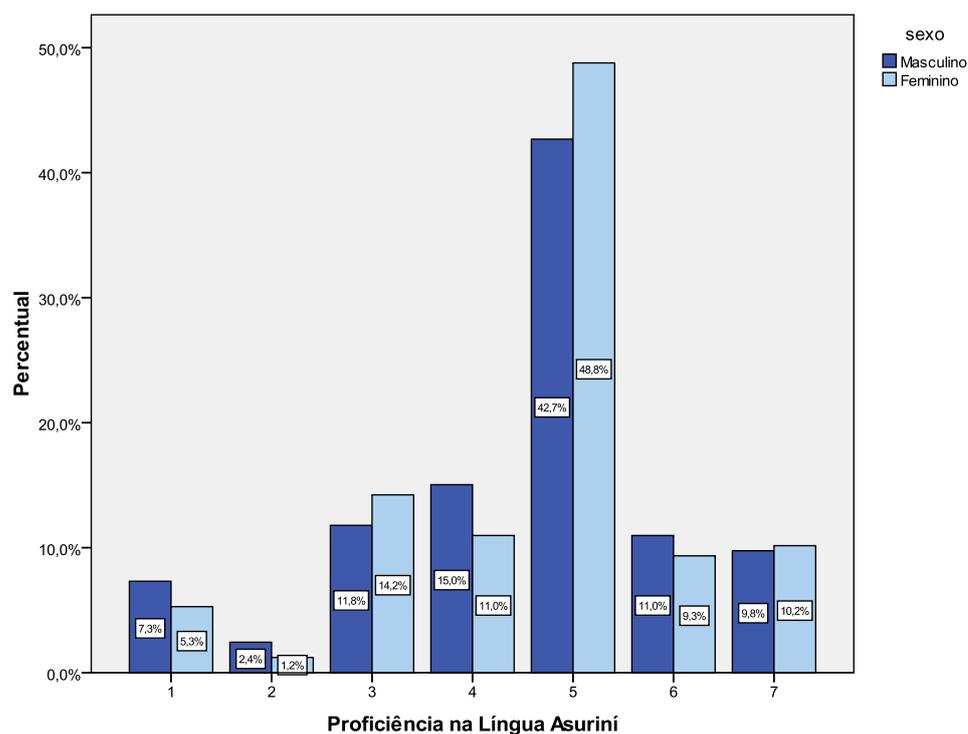
Tabela 7 – Cruzamento entre Proficiência na Língua Asuriní e Proficiência na Língua Portuguesa

Proficiência na Língua Asuriní	Proficiência na Língua Portuguesa				Total
	1	2	3	4	
1	19	3	6	3	31
2	9	0	0	0	9
3	55	6	0	3	64
4	59	3	2	0	64
5	213	1	6	5	225
6	32	0	2	16	50
7	3	0	0	46	49
Total	390	13	16	73	492

Com o intuito de caracterizar quem são esses falantes, fez-se um cruzamento entre graus de proficiência na Língua Asuriní e na Língua Portuguesa, e entre as variáveis sexo e faixa etária. Estes cruzamentos são de extrema importância para o estabelecimento dos planejamentos sociolinguísticos para a comunidade, no âmbito das

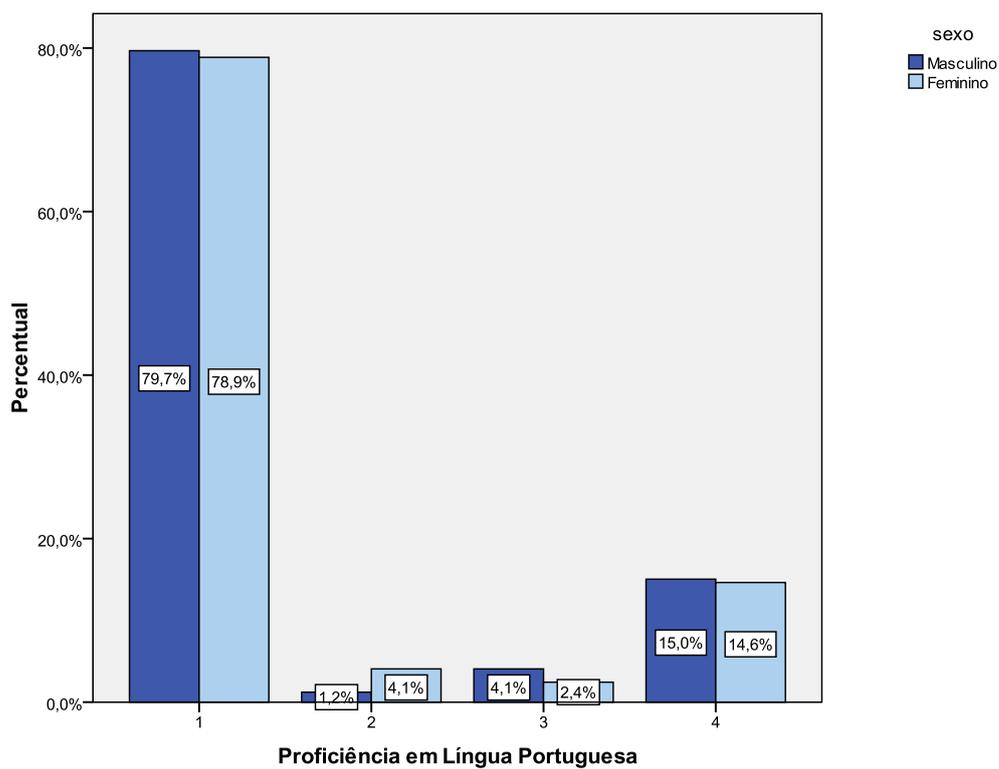
políticas linguísticas, visto que possibilitam o mapeamento dos possíveis focos de ação a serem traçados quando o intuito é o fortalecimento e a valorização da língua nativa. Nesse sentido, seguem os gráficos 1 a 4 que permitem uma melhor visualização dessa caracterização.

Gráfico 1 – Percentual da Proficiência na Língua Asuriní por sexo



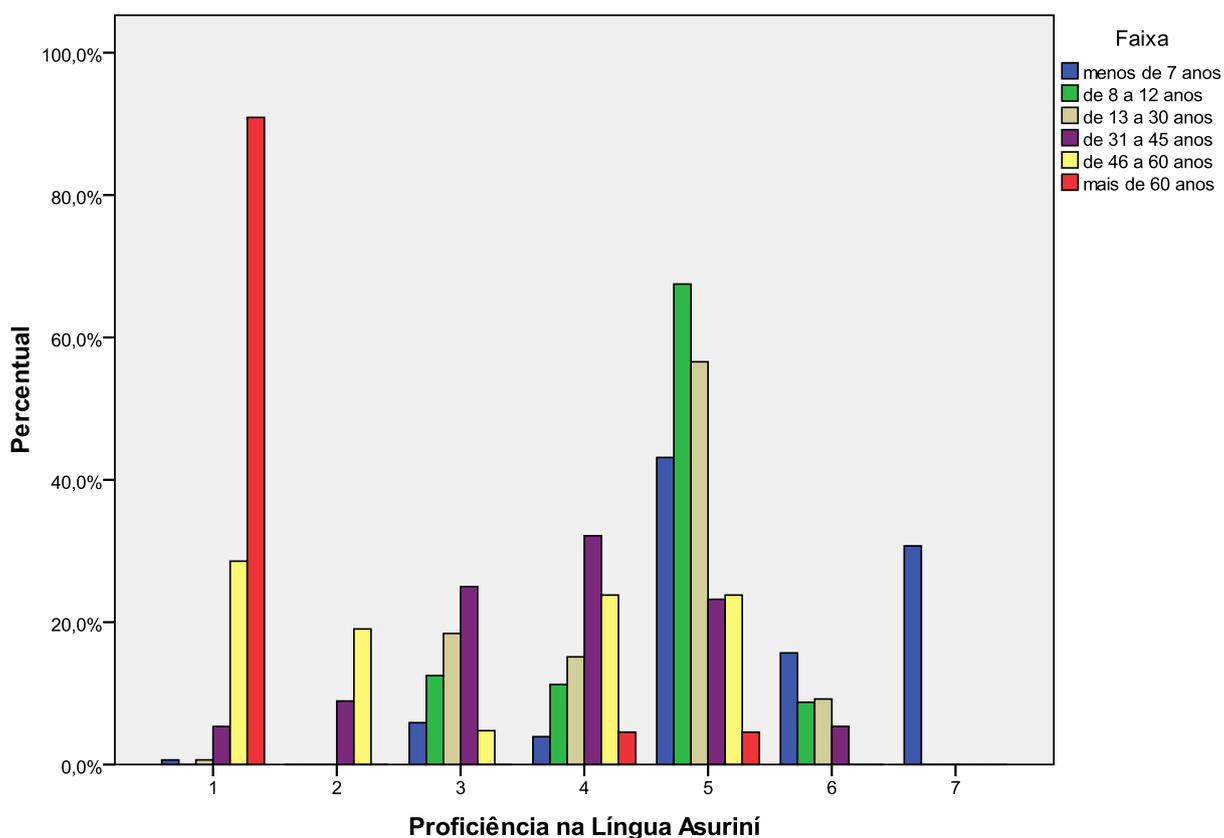
De acordo com os resultados apresentados no Gráfico 1, os homens são maioria entre os que possuem proficiência 1 e 2 na Língua Asuriní. No grupo de proficiência 5, que apresenta o maior percentual de pessoas (48,8%), as mulheres são maioria.

Gráfico 2 – Percentual da Proficiência em Língua Portuguesa por sexo



O Gráfico 2 mostra que os percentuais, dentro de cada nível de proficiência em Língua Portuguesa, são semelhantes.

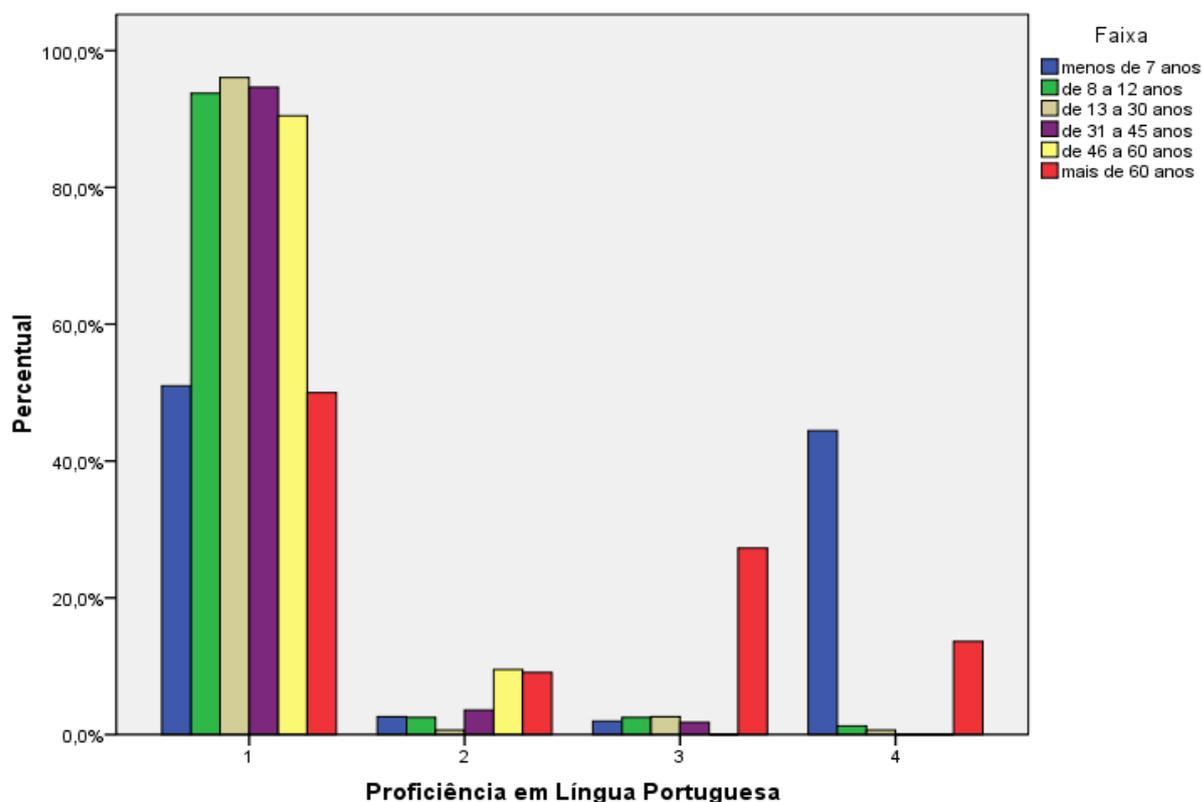
Gráfico 3 – Percentual da Proficiência na Língua Asuriní por faixa etária



No Gráfico 3, apresenta-se a distribuição das pessoas por faixa etária associada a níveis de proficiência em Língua Asuriní. No nível 1, quanto maior a faixa etária, maior o uso da língua nativa, o maior percentual de falantes com proficiência 1 está na faixa dos maiores de 60 anos.

Das crianças com menos de 7 anos de idade, 43,1% têm proficiência 5 na Língua Asuriní. Já as pessoas com mais de 60 anos, 90,9% têm proficiência 1 na Língua Asuriní. No nível 5, no qual encontra-se o maior número de pessoas com conhecimento escasso da língua nativa, o maior percentual é de crianças que têm entre 8 e 12 anos de idade. Este dado revela ter havido quebra na transmissão intergeracional da língua nativa e também revela que quando esta ocorre, dá-se por meio dos avós, em grande parte pessoas maiores de 60 anos, visto que os pais, em geral, pertencentes às faixas etárias entre 13 e 45 anos, encontram-se, em sua maioria, nos graus 4 e 5 de proficiência na Língua Asuriní, ou seja, com escasso conhecimento da língua indígena, estando assim impossibilitados de ensinar a língua aos filhos

Gráfico 4 – Percentual da proficiência na Língua Portuguesa por faixa etária



Por meio do Gráfico 4, nota-se que dos quatro níveis de proficiência em Língua Portuguesa, o que apresenta maior concentração é o nível 1, com altos percentuais para todas as faixas de idade. Isso mostra uma grande utilização do Português pela comunidade, em detrimento da língua nativa.

6.4 Pesquisa II – Análise sociolinguística

A Pesquisa II, na qual foi adotado o instrumento de pesquisa organizado por Maher (2007) e tomado como base seus estudos (1996, 2008), conforme exposto no Capítulo 5, foi realizada em cinco etapas. Procuramos gravar maximamente as entrevistas, embora não tivéssemos tido a oportunidade de gravar 100% do trabalho dada a falta de equipamentos que suprissem todas as necessidades.

Na primeira etapa, realizou-se a observação por parte dos professores-pesquisadores indígenas acerca dos usos linguísticos no âmbito da comunidade, nas várias situações comunicativas, como em reuniões internas, em festas tradicionais, em cerimônias religiosas tradicionais e não-tradicionais, em reuniões na aldeia com pessoas de fora, durante confecção de artesanato, pescarias, caças e brincadeiras infantis, entre outros. Todavia, como não houve tempo hábil para que todas essas situações fossem verificadas na medida em que ocorressem, como por exemplo, o acontecimento de um ritual fúnebre ou uma cerimônia religiosa de cura, iniciamos uma conversa a respeito das línguas utilizadas na aldeia nessas situações buscando mapear os usos linguísticos nessas determinadas situações comunicativas. Dessa forma os professores-pesquisadores Asuriní e demais membros da comunidade presentes na reunião foram relatando quais as línguas utilizadas, onde, com quem e como nas várias situações comunicativas.

Como a metodologia proposta por Maher (2007) não objetiva somente a obtenção de dados sociolinguísticos, mas visa também e principalmente possibilitar esse processo reflexivo no âmbito da comunidade para que esses professores-pesquisadores se tornem os próprios agentes, e não meros informantes, das pesquisas realizadas, optamos por deixar com os professores Asuriní esses questionários de usos linguísticos e demais questionários da Pesquisa II, para que, a partir de então, eles mapeassem essas situações comunicativas, na medida em que elas fossem ocorrendo e também para que dessem continuidade à pesquisa, após nossa saída da aldeia.

Ressalte-se que nesta pesquisa adaptamos as perguntas dos questionários de Maher (2007), projetadas inicialmente para o contexto dos índios do Acre, para o contexto Asuriní do Tocantins. Dessa Etapa, destacamos, de forma ilustrativa, alguns apontamentos feitos a partir dos relatos dos professores-pesquisadores Asuriní e demais membros da aldeia, em relação à escolha de usos linguísticos, conforme segue:

- Segundo os professores indígenas, quando alguém fica doente na aldeia, Parapó, Serewiá e Waldemar realizam rezas na Língua Asuriní.

- Quando há festas tradicionais, usa-se mais a Língua Asuriní, conforme relatos de Paturína e Kate'yma: “Porque eles (jovens) ficam mais “animados”, na festa da taboca, na festa do jacaré” (Kate'yma);

- “Nos aniversário e festa da escola, nessas, eles falam mais na Língua Portuguesa mesmo.” (Paturína).

- Nos jogos de futebol na aldeia, ocorrem chingamentos na Língua Asuriní, segundo relatos; e quando vão para os jogos indígenas, segundo Akwapitínga, procuram falar na Língua Asuriní como uma estratégia contra o time adversário; todavia, a maioria não fala esta língua. Mas essa situação aparece mais como uma vontade de que seja assim, do que realmente acontece na realidade em que a Língua Portuguesa predomina.

Quando falamos sobre a situação comunicativa de compra e venda na aldeia entre parentes, observou-se o seguinte:

- Se for entre os velhos só se fala na língua indígena, mas se tiver jovens entre eles a Língua Portuguesa é usada, em um contexto em que, dependendo da proficiência em Língua Asuriní do interlocutor jovem, pode o velho falar em Asuriní e o jovem responder em Língua Portuguesa ou até mesmo na língua indígena. Em geral, os velhos falam na língua indígena e os jovens respondem na Língua Portuguesa, mas quando acontece alguma situação de desentendimento comunicativo, os velhos acabam falando na Língua Portuguesa também.

Com relação à confecção de artesanato, o uso de determinada língua dependerá de quem irá fazer esse artesanato, visto que é uma atividade que possibilita e abre bastante espaço para o uso da língua indígena. Sendo assim, se a pessoa que faz o artesanato, no caso de Po'ángakatóa Asuriní, fala bem a Língua Asuriní, vai-se criar uma situação em que a língua indígena emergirá; mas, se só estão participando da situação mulheres jovens, que já não falam bem a língua, a língua utilizada será a Língua Portuguesa.

Nesse caso, nota-se que a presença de uma pessoa mais velha (falante da língua indígena), no momento dessas atividades, faz-se importante para possibilitar o uso da Língua Asuriní, sendo que o mesmo acontece quando vão para a roça, ou seja, a presença de um Asuriní mais jovem que não tem proficiência na língua nativa faz com que a Língua Portuguesa se faça predominante no contexto conversacional, pois segundo relatos de Kosapo'ía (esposa de Henonewára), quando ela vai para a roça com outro velho, fala somente na língua indígena, mas se tem os mais novos, fala mais na

Língua Portuguesa; os homens, em geral os pertencentes à faixa etária de 31 a 45 anos, disseram que quando vão pescar falam tudo na Língua Portuguesa, mas chega um momento em que todos se descontraem, e aí as brincadeiras são feitas na Língua Asuriní, sobretudo quando se quer fazer uma piada, brincar com a mulher do outro, xingar na descontração, etc.

Na caçada, surge um contexto parecido, conforme relato de Ipirá Asuriní em destaque: “Quando estamos no meio do mato, abrimos uma clareira e todos sentam ao redor da fogueira e os velhos contam histórias e conversam na língua.” Segundo Ipirá, eles ficam dias assim, visto que quando eles vão caçar, eles formam acampamentos de alguns dias no mato, nesse contexto a Língua Asuriní emerge, muito provavelmente, com bastante naturalidade.

Um relato interessante surgiu quando falamos sobre os sonhos. Foi quando uma das professoras, que quase não fala a Língua Asuriní, disse já ter tido sonhos em que estava falando na Língua Asuriní, e algumas das pessoas que estavam em volta disseram já ter tido a mesma experiência que ela.

Na Etapa 3, os professores-pesquisadores fizeram observações das práticas de leitura e escrita nas línguas Asuriní e portuguesa. Foram feitos os seguintes apontamentos sobre esta etapa:

- Existem materiais escritos na Língua Asuriní (dois livros de relatos Asuriní), mas os mais jovens quase não leem ou têm contato com estes livros que foram entregues para serem usados na escola.

- As listas da Funasa possuem os nomes próprios em Asuriní, mas a escrita usada é baseada na correspondência som e escrita do Potuguês.

- Existe uma bíblia traduzida para o Asuriní, mas que não se encontra disponível na aldeia, segundo Paturína.

- Na escola, o professor Pirá trabalha com o ensino de alguns cantos tradicionais para as crianças. Todavia, os jovens estão super atentos e gostam de ouvir e dançar as músicas não tradicionais, principalmente as do estilo musical conhecido por *technobrega*.

No caso Asuriní, existem alguns materiais escritos na língua nativa, o que parece não existir é a tradição da cultura escrita nessa língua. Os Asuriní têm contato com a escrita do Português, desde a década de 1970, o que não existe é esta tradição com relação à língua nativa, devido à ausência de políticas e programas educacionais que valorizem a língua nativa oral e escrita. Assim, com relação a essas práticas, vê-se que a Língua Portuguesa predomina nesse contexto de leitura e escrita, não havendo, portanto, um equilíbrio entre as línguas existentes na comunidade.

Na Etapa 4, os professores-pesquisadores indígenas (Morosopía, Kate'yma, Ipirá e Paturina) entrevistaram 33 Asuriní. Dos entrevistados, 4 eram lideranças Asuriní – Poraké, Henonewára, Sakamiramé e Inataraohóa – e suas respectivas esposas, Poángakatóa, Kosapo'ía, Waweohóa e Wirangáwa. Ressaltamos que nós da equipe (citada no Capítulo 5) do Projeto Piloto contribuimos para a realização de algumas dessas entrevistas.

As lideranças foram convidadas propositalmente pela equipe do Projeto Piloto a participarem da pesquisa, visando à composição do inventário; já os demais participantes foram escolhidos pelos professores-pesquisadores, seguindo somente a condição de gênero e faixa etária. As entrevistas feitas com essas lideranças foram realizadas na Língua Asuriní com o auxílio de Morosopía como intérprete e professora-pesquisadora. Assim, eu fazia as perguntas em português e Morosopía traduzia essas perguntas para a Língua Asuriní; já as respostas, ela as traduzia para a Língua Portuguesa. Morosopía também realizou as observações a respeito das competências, dos usos e das atitudes linguísticas da pessoa entrevistada. Os demais 25 entrevistados usaram a Língua Portuguesa, por não terem proficiência na Língua Asuriní, e estão distribuídos conforme as faixas etárias propostas no Instrumento de Maher (2007), de acordo com a tabela seguinte.

Tabela 8 – Distribuição da amostra Asuriní por faixa etária e gênero, na entrevista da Pesquisa II, Etapa 4

Faixas etárias	Masculino	Feminino
<i>8-12 anos</i>	2	2
<i>13-30 anos</i>	6	5
<i>31-45 anos</i>	4	2
<i>46-60 anos</i>	2	3
<i>Mais de 60 anos</i>	4	3
<i>Total</i>	<i>18</i>	<i>15</i>

Ressalte-se que acordamos que a amostra seria composta pelas lideranças e respectivas esposas que estavam presentes na aldeia no período das entrevistas, e de que seriam entrevistadas no mínimo duas pessoas de cada gênero por faixa etária, escolhidas pelos professores-pesquisadores. Todavia, essa etapa da pesquisa despertou o interesse de outros Asuriní que acabaram pedindo para participar das entrevistas. Muito interessante foi a reação dos professores durante esta fase da pesquisa. Motivados pela importante participação de seus pais e avós enquanto entrevistados, falavam eles mesmos sobre si como se fossem também os entrevistados por eles mesmos. Destacamos um dos depoimentos de um dos professores que, no entusiasmo, falou durante uma hora e vinte minutos sobre sua experiência de vida relacionada à aprendizagem de sua língua nativa e ao ensino dessa língua na escola de sua aldeia.

Essa etapa da Pesquisa II focalizou o mapeamento das atitudes linguísticas dos Asuriní ou valoração social em relação às línguas em uso na aldeia. Apresentamos em seguida as perguntas contidas nas entrevistas dessa etapa da pesquisa. Ressalte-se que essas perguntas foram adaptadas para facilitar a compreensão dessas por parte dos entrevistados, visto que no decorrer da pesquisa alguns deles tiveram dificuldade de entendimento na forma como estavam escritas as perguntas e isso foi apontado por uma das professoras-pesquisadoras, então nos reunimos e fizemos as adaptações necessárias.

1. Que língua você aprendeu a falar primeiro? Por quê?
2. Que língua você acha mais fácil? Língua Asuriní ou português? Por quê?
3. Que língua você acha mais bonita? Por quê?
4. Que língua você usa mais, Asuriní ou português? Por quê?
5. Com quem você conversa em Asuriní na aldeia? Quando isso acontece?
6. Com quem você conversa em Português na aldeia? Quando isso acontece?
7. Você sabe ler e escrever em Asuriní? O que você lê e escreve em Asuriní?
8. Que língua você acha que deve ser ensinada na escola primeiro, Asuriní ou português? Por quê?
9. Em que língua você acha que o professor deve conversar com você e seus colegas na sala de aula, Asuriní ou português? Por quê?

10. Você acha que a Língua Asuriní pode desaparecer? Por que sim ou por que não?
11. O que você acha que pode ser feito para proteger a Língua Asuriní?

Apresentamos a seguir, somente a título de ilustração, visto que não nos propomos aqui a analisar tais dados, mas somente elucidá-los, duas fichas contendo respostas de entrevistados da faixa de 31 a 45 anos do gênero masculino, mas já tabuladas, de forma que respostas individuais possam ser comparadas, mas também para que se tenha uma visão de conjunto representativa das respostas.

Nome	Sowia/Roberto Asuriní	Ipipahoa/Ipipawa Asuriní (Pipawa)
<i>Professor/Tradutor</i>	Kate'yma	Kate'yma
<i>Idade</i>	35 anos	39 anos
<i>Faixa Etária</i>	31-45 anos	31-45 anos
<i>Sexo</i>	masculino	masculino
<i>Data e localização da entrevista no Banco de dados do Lali.</i>	04/09/2010 STE 000; STE 001; STE 003; STE 004; STE 005	04/09/2010 STE 013; STE 014; STE 016; STE 017; STE 018; STE 019; STE 020;
<i>1. Em que língua você aprendeu a falar primeiro? Por quê?</i>	Português. Através dos pais, no período quando comecei a falar.	Português. Desde quando eu nasci e também através do contato com os brancos. Mas eu falo a minha língua indígena, entendo, falo, mas falo mais português; minha mãe falava em casa nas duas línguas, mas com a gente ela falava na língua e é por isso que a gente entende né; mas a gente fala mais o português, com meus filhos falo mais o português porque inha esposa ela é branca.
<i>2. Que língua você acha mais fácil? Língua Indígena ou Língua Portuguesa? Por quê?</i>	Português, porque é fácil de entender o português e também entender o Asuriní, mas não fala.	Asuriní, porque a Língua Asuriní é mais fácil e melhor pra nós, porque quando a gente vai na cidade se a gente tem alguma coisa pra falar entre a gente, se falar na nossa língua o branco não vai entender o que a gente tá falando; falo mais o português porque muitos aqui não entende né, só quem entende mais são os velhos, porque tem muitas mães que não falam e não entende também a Língua Asuriní; é por isso que o pessoal sempre luta pra trazer esse pessoal pra ensinar a própria comunidade a falar a língua.
<i>3. Que língua você acha mais bonita? Por quê?</i>	Asuriní, porque sem a língua nós não somos Asuriní, porque a língua é a nossa identidade.	Acho que tanta gente né... Hoje a Língua Portuguesa hoje nos tamo copiando, mas a principal é a própria língua Tupí né, que é a nossa né, desde que nossos pais, nossos bisavô nasceram, já vem com essa fala, essa língua, entao o principal é nossa língua né porque eles já morreram né e hoje nossos pais tão aí, tenho certeza que um dia eles vão embora, mas o principal que a gente tem que trabalhar em cima é dessa nossa língua pra que nossos filhos e futuramente os filhos de nossos filhos também tenha um conhecimento um pouco da nossa língua, porque também se a gente não pude mostrar pra eles que tem que ser isso, pra não esquecer nossa língua, mas pra mim o principal é nossa língua.
<i>4. Que língua você usa mais? Por quê?</i>	Português, porque é difícil falar a Língua Asuriní.	Português, porque geralmente as pessoas fala mais português. Agora os velhos quando eles vem conversar com a gente, a gente fala pra eles em português, eles pedem na língua, mas quando tamo na reunião discutindo alguma coisa a gente fala na língua pra eles; quando tá na beira do rio ou fiscalizando no mato o pessoal faz mais brincadeira e aí fala na língua, acho que, não vou mentir, o pessoal tem um pouco de vergonha, mas o importante pra nós é falar nossa própria língua.

Nome	Sowia/Roberto Asuriní	Ipipahoa/Ipipawa Asuriní (Pipawa)
<p>5. <i>Com quem você conversa em Língua Indígena na sua aldeia? Quando isso acontece?</i></p>	<p>Em casa, com os velho, eles falam pouco em português, mas é mais em português, eles falam na língua e a gente responde em português; quando é mais fácil a gente responde na língua; com Porakê e Wanda. No dia-dia quando os pais falam em Asuriní e ele responde em português. Também quando estão no rio e também quando estão na pescaria e nas brincadeiras, mas para fazer pergunta ele fala em português. Diariamente isso acontece.</p>	<p>Com os mais velhos, quando nós estamos em reunião, quando eles estão juntos com os jovens. Quando tem alguma coisa pra se discutir, a gente tem que responder na língua pra eles pra eles entender. Com os filho, nomes de objetos, para pedir, nome de colher, <i>takuípia</i>, pede coisas na língua, até minha esposa que é branca, meu pai pede pra ela na língua e ela já até entende.</p>
<p>6. <i>Com quem você conversa em Língua Portuguesa na sua aldeia? Quando isso acontece?</i></p>	<p>Com os jovens todo, no fim de semana e no dia-dia. No jogo de futebol. A gente sempre mantém contato em português. Quase todo fim de semana, a gente usa o português no dia dia, até com os mais velhos, a gente conversa em português também com eles. Na hora de pescar e caçar fala português mesmo, mas quando a gente tá na brincadeira, na esportiva, a gente leva tudo na língua, mas assim, relacionado a outras coisas, nada a ver com pergunta esse tipo de coisa assim, é mais na brincadeira.</p>	<p>Com os brancos, quando estamos no jogo de futebol e também com os professores brancos. Por exemplo aqui no meu trabalho, ali no campo, com nossos professor. Falo com meus filho mais em português.</p>
<p>7. <i>Você sabe ler e escrever em Língua Indígena? O que você lê e escreve em Língua Indígena?</i></p>	<p>Sim, quando não fazer algumas pergunta para a escola e também ele aprende sozinho com livro da escola em Asuriní. Algo que venha a ser importante, em relação a escola, que pede pra fazer um trabalho a gente faz na língua e em português. Aprendi a ler em Asuriní através do livro que foi feito, do dicionário Asuriní, eu fui aprendendo, não só a fala, mas a escrita. Aprendi sozinho, porque já sabia ler em português.</p>	<p>Um pouco, eu entendo né, têm várias letras que a gente num coisa, é bem pouco, eu sou mais no português, mas tem várias letras do Asuriní que a gente usa, y né, que a gente usa mais o y né, é bem pouco mesmo que eu escrevo na língua Tupí né, por causa que ela sempre usa o W e o Y né, e aí a gente confunde muito né, as vezes no lugar do I já vai o W, o O e o U né, que confunde mais. Quando eu estudei, estudei fora, em Marabá, em Tucuruí e a gente nunca teve oportunidade de ter uma professora bilíngue, assim, que usava mais o Asuriní, porque sempre foi mais aqui o português; nunca tive aula de Língua Asuriní, porque eu sempre estudei fora, agora não porque tá vindo as professora né. Eu parei de estudar tá com mais de cinco anos, agora meus filho estuda.</p>
<p>8. <i>Que língua você acha que deve ser ensinada na escola primeiro? Por quê?</i></p>	<p>A Língua Asuriní, porque a gente sabe que a Língua Asuriní, ela tá se perdendo aos poucos, o português tá muito avançado aqui dentro, apesar que também a gente sabe que a gente tem que ter os dois lados, é como o Pasivaldo sempre fala, que ele sabe falar os 7 idiomas, mas ele mantem sempre o português dele,</p>	<p>Asuriní, porque se a gente não tentar, as crianças não vão aprender é por isso que a Língua Asuriní é importante. Eu acho que pra mim seria mais a nossa língua, Tupí, Asuriní né, porque se a gente não butá pra essas criança que tão nascendo né, fica difícil a gente pode ate perder nossa língua, também porque aqui o português ta muito avançado, o pessoal tá falando mais é português e pra mim seria primeiro educar a língua tupi, Asuriní; português todo mundo já sabe, o principal é Asuriní; a gente precisa do português porque precisa ir lá</p>

Nome	Sowia/Roberto Asuriní	Ipipahoa/Ipipawa Asuriní (Pipawa)
	<p>igual o japonês, ele inventa tantas máquinas, celular, computador, televisão, etc tudo né, mas ele sempre preserva a cultura dele, a cultura dele sempre é viva, então isso no meio dos Asuriní é muito importante também né.</p>	<p>fora discutir com o branco; é importante aprender Asuriní pra não acabar a língua, porque futuramente a gente num vai tá na terra e eles tem que tá, depois vai ficar só eles.</p>
<p><i>9. Em que língua você acha que o professor deve conversar com você e seus colegas na sala de aula? Por quê?</i></p>	<p>Dependente de professores indígenas sim, é muito bom ele está, tá relacionando com os alunos através da língua Asuriní porque ali é um professor ou professora indígena, entao se é pra se resgatar a língua é claro que ela tem que ser comentada e falada dentro da sala dos professores com seus alunos. Já até falamos isso com a coordenadora, que era pra gente tá preparando nossos professores não indígena a falarem a Língua Asuriní também, pra que eles se mantêm contato até com mais velhos, quando eles vem eles fazem pergunta pra ela e ela fica sem saber.</p>	<p>Asuriní, porque pra não esquecer; porque nas festas as crianças aprendi a cantar e falar Língua Asuriní; e segundo o português.</p>
<p><i>10. Você acha que a sua língua indígena pode se acabar? Por que sim ou por que não?</i></p>	<p>Sim, acho que através do contato de pessoas não indígenas. Se a gente não cuidar do que é nosso, com certeza ela morre, porque a língua, a nossa Língua Asuriní ela é uma planta, se você não cuidar dela, se você não tá regando ela todos os dias é claro que ela vai, a tendência é morrer. Porque a gente vê no dia a dia da juventude, principalmente o contato com a cidade, ela é uma evolução muito grande, todo mundo tá aqui na semana de segunda a sexta, a cidade traz consequências, porque é através do contato, aí você não vai chegar lá em Tucuruí fazer suas compra sabendo que o pessoal de lá de fora, não-indígena, não entende o que você vai falar...as vezes é a vergonha também, aí fica com vergonha, com receio de tá falando, achando que tá falando errado, acho que isso prejudica também. Acho que tem vergonha por medo de tá errando algumas coisas, mas eu sempre digo que é errando que se concerta.</p>	<p>Pode acabar sim, porque se nós não tiver sentivando as criança a falar a Língua Asuriní pode acabar sim.</p>

Nome	Sowia/Roberto Asuriní	Ipipaohoa/Ipipawa Asuriní (Pipawa)
<p><i>11. O que você acha que pode ser feito para proteger a sua língua?</i></p>	<p>A preservação, é você tendo contato com seus pais, todos os dias, pedindo informações, você mesmo pega um caderninho, aí escreve em português, qualquer tipo de pergunta que você queira saber que você tá em dúvida que você leva a conhecimento de seus pais, aí fica mais fácil de você tá estudando e levando também em prática, entendeu?! Levando as crianças pra festa indígena mesmo, que a gente tem aqui, mostrando pra ela a realidade, antes a gente vinha fazendo, antes quando não tinha essa evolução hoje que tem aqui dentro a gente fazia festa, levava a criança, incentivava a criança de tá cantando, tá ouvindo na língua, pra ver a festa, os velhos contavam histórias; hoje os jovens já não querem mais, alguns vão, mas a maioria tá afastando; seria muito bonito se se criasse um projeto pra que a gente viesse trabalhar só com as crianças, eu sempre tenho dito que aqui na escola deveria ter uma exposição de artesanato, adereços todinho e levando as crianças a tá andando, e estando ali aprendendo tudinho, como se faz um artesanato, como se fabrica um arco, uma flecha, porque se chamar o jovem pra fazer um panero com certeza eles não sabe fazer; inclusive nós tamo fazendo uma oficina, no dia 22, 23, 24, com essas crianças pra que elas aprendam a fazer.</p>	<p>Tem que ensinar a Língua Asuriní e não deixar de falar a Língua Asuriní. Acho que tem que ter o incentivo da educadora né, das professora que dá aula sobre a nossa língua Tupí, isso tem que vim dela, incentivar mesmo as criança, porque se não for, se ela também for uma pessoa que não tá, num chega com esse objetivo dela de ensinar a criança, só querer na sala falar em português, acho que a própria professora que é bilíngue, ela tem que chegar, desde quando ela chega na escola ela tem que começar a falar na língua, porque se ela for chegar e falar em português e só escrever no quadro não adianta nada, porque a criança só sabe escrever, mas num vai conversar, se comunicar entre o outro assim, fica difícil né, porque não adianta ela só sabe escrever no quadro, porque desenha o objeto e escreve o nome embaixo, entao a professora tem que conversar com os alunos na língua, pedir na língua, não adianta você ser uma professora bilíngue e só fala português, aí pra mim ele não vai aprender nada, entao acho que pra mim, futuramente, não vai pra frente, igual quando os velho vai pro matto e fala na lingua, pede o anzol....pra mim né. O professor de Língua Asuriní tem que falar em Língua Asuriní.</p>

Por meio dessas respostas, nota-se que os dois homens dessa faixa etária têm a Língua Portuguesa como L1. Eles possuem nível de proficiência 4 na Língua Asuriní e 1 na Língua Portuguesa, ou seja, pertencem ao grupo dos que entendem bem essa língua indígena, mas a falam muito pouco, e isso pode ser confirmado em suas respostas à pergunta sobre quando eles falam a Língua Asuriní, ao eles afirmarem: *“Em casa, com os velho, eles falam pouco em português, mas é mais em português, eles falam na língua e a gente responde em português; quando é mais fácil a gente responde na língua. (...)”* (Sowía Asuriní); e *“Com os mais velhos, quando nós estamos em reunião, quando eles estão juntos com os jovens. Quando tem alguma coisa pra se discutir, a gente tem que responder na língua pra eles entendê. Com os filho, nomes de objeto, pra pedir, nome de colhé takuípia, pede coisas na língua (...)”* (Ipipawa Asuriní).

No que diz respeito às atitudes linguísticas em relação à Língua Asuriní, os dois apresentam uma visão bastante positiva quanto à essa língua indígena, ao afirmarem: *“Asuriní, porque sem a língua nós não somos Asuriní, porque a língua é a nossa identidade.”* (Sowía Asuriní); e *“(…) Hoje a Língua Portuguesa, hoje nos tamo copiando, mas a principal é a própria lingua Tupí né, que é a nossa né, desde que nossos pais, nossos bisavô nasceram, já vem com essa fala, essa língua, então o principal é nossa lingua né porque eles já morreram né e hoje nossos pais tão aí, tenho certeza que um dia eles vão embora, mas o principal que a gente tem que trabalhar em cima é dessa nossa língua pra que nossos filhos e futuramente os filhos de nossos filhos também tenha um conhecimento um pouco da nossa língua(…)”* (Ipipawa Asuriní).

Etapa 5

Nessa etapa da pesquisa, os professores-pesquisadores realizaram uma observação a respeito dos usos linguísticos no âmbito de 10 famílias da aldeia, com fins ilustrativos segue ficha utilizada por eles para a anotação dessas observações.

Ficha de Observação: Família 01

NOME	PARENTESCO	IDADE
Porake Asuriní	Chefe da família	64
Poangakatoa Asuriní	esposa	64
Mutyra Asuriní	filha	17
Pinuaía Asuriní	genro	23
Waremoa Asuriní	filho	27
Toitinga Asuriní	neto	5
Minara Asuriní	neta	1

	Só LI	Só LP	LI = LP	Mais LI	Mais LP
Língua de interação entre marido e mulher	X				
Língua de interação entre mãe e filhos			X		
Língua de interação entre pai e filhos			X		
Língua de interação entre avô e netos					X
Língua de interação entre avó e netos					X
Língua utilizada durante as refeições				X	
Língua utilizada nas brincadeiras infantis			X		
Língua utilizada nas brincadeiras tradicionais			X		

Por meio dessas respostas percebe-se que a língua de interação entre os membros dessa família varia conforme o interlocutor envolvido na situação conversacional, como por exemplo quando se trata de Porakê e sua esposa Poangakatoa, a língua de interação será sempre a língua Asuriní (LI refere-se à língua Asuriní), mas quando tem a presença de membros mais novos da família, como filhos e netos, então o uso das línguas de interação pode variar conforme a situação conversacional e os interlocutores envolvidos, em alguns momentos coexistindo equilibradamente o uso das duas línguas e em outros prevalecendo o uso da língua portuguesa (LP).

6.5 Síntese

Neste capítulo procedemos à sistematização dos resultados da pesquisa 1 e à elucidação de alguns dos dados obtidos na pesquisa 2, as quais foram realizadas entre os Asuriní do Tocantins, no âmbito do Projeto Piloto *A LÍNGUA ASURINÍ DO TOCANTINS: UM PROJETO PILOTO PARA A METODOLOGIA GERAL DO INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA*. Dos resultados apresentados, destacamos alguns dos principais:

1) Não está havendo transmissão intergeracional (de pais para filhos e avós para netos etc) da Língua Asuriní, no seio da totalidade das famílias Asuriní. Essa transmissão encontra-se limitada a poucas famílias, o que compromete seriamente a sua vitalidade.

2) A educação oferecida pelos sistemas de ensino escolar municipal e estadual na TI Trocará é a mesma oferecida aos não índios da região, de forma que não valoriza os saberes tradicionais, a língua nativa e as demais línguas indígenas minoritárias faladas na TI trocará. Salientamos que há, por parte da Secretaria de

Educação Municipal, a louvável ação de apoio a professores Asuriní para o ensino da Língua Asuriní na escola da aldeia Trocará. Falta, entretanto, treinamento adequado aos professores para que estes possam desenvolver uma educação indígena diferenciada e voltada para as necessidades do povo;

3) As atitudes linguísticas da maioria dos Asuriní com relação à língua indígena são muito positivas (os Asuriní acham a Língua Asuriní bonita, não querem que ela desapareça, acreditam na importância da mesma como parte formadora da identidade Asuriní, etc.). Esse pensamento tão positivo não encontra respaldo nas instituições que atuam na área e, talvez, os Asuriní, por se encontrarem no meio de um caminho ainda desconhecido e não saberem ao certo que rumo tomar, aparentam descrença em que algo positivo possa mudar a situação de sua língua mãe.

CAPÍTULO 7 – A INSTITUIÇÃO DO INDL

Neste capítulo apresentamos uma entrevista sobre a instituição do INDL concedida por sua principal mentora, Márcia Sant’Ana, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seguida do Decreto Presidencial 7387/2010. que institui o INDL.

7.1 Entrevista

1- Márcia, qual a importância da oficialização do INDL pelo Presidente da República?

1. A assinatura do Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, foi fundamental para garantir a implementação dessa importante política de reconhecimento e valorização da diversidade lingüística do Brasil. Com a oficialização do INDL, os Ministérios envolvidos poderão articular esforços e recursos em torno desta tarefa, assim como políticas públicas da maior importância como as educacionais, as voltadas para a defesa dos direitos humanos, planejamento etc.

2- Qual a importância do INDL para a pesquisa sociolinguística das línguas indígenas do Brasil?

2. A implantação do INDL trará necessariamente mais recursos para a pesquisa de línguas indígenas, assim como as faladas por outras comunidades de brasileiros. Sendo um instrumento de política lingüística, o INDL poderá também direcionar pesquisas pré-existentes e prover meios para que além da documentação, sejam realizadas ações de promoção e apoio à vigência dessas línguas.

3- Que perspectivas abre o INDL para os pesquisadores que se formam nos programas de pós-graduação em linguística de universidades brasileiras, como a UNB, a Unicamp, a UFSC e outras?

3. Como apontado acima, o INDL terá o efeito benéfico de ampliar as pesquisas sociolinguísticas, o que, certamente, ampliará o campo de atuação e de trabalho para aqueles que se especializam no tema. Mas, mais do que isso, esperamos que o INDL traga benefícios para as comunidades indígenas, afro-brasileiras, oriundas do processo de imigração e outras que, sem nenhum apoio, preservaram essa riqueza cultural.

4- Tendo coordenado o INDL, como a senhora se sente ao vê-lo adotado como um importante passo de política científica brasileira?

4. Sinto-me muito honrada e também agradecida por ter tido a oportunidade de aprender muito com este trabalho. Tive também a oportunidade de conhecer a grande diversidade de modos de ser e de visões de mundo que o território brasileiro abriga e aprender também sobre o trabalho duro e dedicado que os lingüistas realizam. Participar da formulação e do início da implantação do INDL foi uma experiência, sem dúvida, muito gratificante. Eu diria que este trabalho, em termos de articulação e cooperação técnica e institucional, bem como de resultados alcançados, pode ser definido como exemplar.

7.2 Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010

Decreto nº 7387

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de “Referência Cultural Brasileira”, expedido pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico.

As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização.

Art. 7º O Ministério da Cultura instituirá comissão técnica com a finalidade de examinar as propostas de inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, integrada por representantes dos Ministérios da Cultura, da Educação, da Justiça, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º Os membros da comissão técnica serão indicados pelos titulares dos órgãos que o integram e designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 2º A comissão técnica poderá convidar representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que possuam línguas cuja inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Lingüística tenha sido indicada, bem como especialistas para participarem de suas discussões e atividades.

§ 3º A comissão técnica poderá contratar consultores, de acordo com a legislação aplicável, para a discussão e exame de questões específicas.

§ 4º A coordenação da comissão técnica será exercida pelo Ministério da Cultura, que prestará o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades do colegiado.

§ 5º A participação na comissão técnica será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Poderão propor a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística à comissão técnica, órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, conforme normas a serem expedidas pelo Ministério da Cultura.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2010; 189^o da Independência e 122^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles

Ferreira Barreto Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

João Luiz Silva Ferreira

Sergio Machado Rezende

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu no desenvolvimento de um diagnóstico sobre a situação sociolinguística da Língua Asuriní do Tocantins, uma das línguas da família Tupí-Guaraní, do subramo IV (RODRIGURS, 1984-1985), que se encontra fortemente ameaçada de extinção. A ideia desse diagnóstico foi alimentada pelo projeto intitulado *A LÍNGUA ASURINÍ DO TOCANTINS: UM PROJETO PILOTO PARA A METODOLOGIA GERAL DO INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA*, apoiado pelo IPHAN, no âmbito do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

A pesquisa sociolinguística é apenas um dos itens desse Projeto Piloto, mas que constitui uma importante tarefa, que é a de mapear a realidade sociolinguística um povo constituído por 492 pessoas, que têm uma história de contato de 60 anos, em situações geográficas, sociais e políticas muito específicas. Trata-se de um povo que foi trazido para uma base do antigo SPI contra a sua vontade, tendo sido forçados a se sedentarizar. Note-se que apenas uma primeira parte do grupo foi trazida na década de 50 para o que hoje é a Terra Indígena Trocará (TIT); a segunda parte do grupo que permaneceu no lugar de origem, no Pacajazinho, só veio a ser trazida para a região da atual TIT já no final dos anos 70. A sociedade Asuriní também se diferencia das demais por esse contato ter sido crescente e intenso pela proximidade com cidade de Tucuruí.

Os Asuriní, como foi abordado no Capítulo 1 deste trabalho, sofreram também pela passagem de uma rodovia cortando as suas terras, o que facilitou mais ainda o acesso dos índios à cidade e o acesso dos brancos à Terra Indígena Trocará (TIT).

Os Asuriní, nesse contexto de fricção interétnica (cf. LARAIA, 1967), sofreram grandes mudanças linguísticas e em relação aos costumes tradicionais, e graças a um esforço muito grande dos mais velhos, cujo número chega a uma vintena, que têm uma consciência muito forte da importância da tradição milenar do seu povo Tupí e procuram defender com muita garra a sua língua e a sua cultura, que a Língua Asuriní continua nas suas respectivas vozes como uma língua ainda extremamente conservadora em termos gramaticais (cf. CABRAL, 2006), de forma surpreendente justamente pela história do contato desses falantes com a sociedade envolvente, a qual também se caracteriza por vários outros aspectos.

Este trabalho mostra que a pesquisa sociolinguística realizada entre os Asuriní do Tocantins e os seus resultados não são necessariamente adequados às pesquisas para outros tipos de sociedade, como por exemplo para a sociedade Juruna, em que todos falam a língua, e para muitos outros povos indígenas do Brasil, cuja maioria da população ainda usa a língua nativa como primeira língua. Assim, a contribuição desta pesquisa sociolinguística dá-se concretamente ao Projeto Piloto e por sua vez à proposta do INDL e nesse contexto mostra as especificidades da situação sociolinguística de um povo. Evidentemente há outras situações que são análogas a essa, embora os falantes destas línguas não tenham tido uma história idêntica à dos Asuriní, mas em muitos aspectos os Asuriní podem compartilhar muitos elementos com a história dos povos indígenas do Brasil, cuja língua se encontra na mesma situação, como é o caso dos Suruí, em que a língua também é falada na região Sul de Marabá, como também dos índios Tembé, cuja situação sociolinguística se aproxima muito da situação dos Asuriní, segundo Carvalho, 2002.

Neste trabalho a nossa pesquisa como demonstrado pode ser dividida em duas metodologias com uma pesquisa de proficiência oral das línguas Asuriní e portuguesa e a outra de usos e atitudes linguísticas. No questionário da Pesquisa I, iniciada em 2006 e continuada no projeto, durante várias etapas de ajustes, eram perguntas mais voltadas ao indivíduo, como por exemplo, como é seu nome, do seu pai, como você chama isso na Língua Asuriní, como era feito antes na Língua Asuriní; era algo muito qualitativo voltado para o conhecimento linguístico. Essas etapas de ajuste ocorreram, durante um ano e meio, não só em função da própria pesquisa inicial, mas considerando o ponto de vista das pessoas mais velhas e depois dos jovens, e novamente os mais velhos e os jovens juntos, contando também com o conhecimento linguístico e a experiência da professora Cabral que há 14 anos devota parte de seus estudos à língua Asuriní. Os questionários da Pesquisa II foram pensados para avaliar as situações de convívio de línguas e atitudes. As mesmas faixas etárias propostas na Metodologia de Maher (1996, 2007, 2008) para a Pesquisa II foram utilizadas também na Pesquisa I de forma que os resultados de cada uma delas pudessem ser posteriormente comparados e os diagnósticos portanto complementados.

Os resultados das pesquisas mostram que de 492 indivíduos, 78% encontram-se na faixa etária que vai até 30 anos e somente 4,5% possui mais de 60 anos. Com relação aos graus de proficiência somente 6,3% possui grau máximo (1) de proficiência na Língua

Asuriní, sendo esse grupo formado em sua maioria por pessoas acima de 60 anos, e a maioria (45,7%) da população Asuriní concentra-se no grau 5 de proficiência dessa língua, ou seja, aqueles que entendem, mas não falam a língua, fazendo uso apenas de elementos de léxico e de expressões; com relação à Língua Portuguesa, 79,3% da população possui grau máximo (1) de proficiência nessa língua. Com relação aos resultados da Pesquisa II, tem-se que a maioria dos entrevistados possui uma atitude positiva com relação à Língua Asuriní e vê esta como instrumento formador de sua identidade, apesar de revelarem que alguns de seus parentes possuem vergonha da falar a língua, tanto por medo de errar na presença dos mais velhos quanto pelo caráter estigmatizado que essa assumiu dentro e fora da comunidade; todavia, devido à falta de programas de valorização da Língua Asuriní, esses não esboçam ações muito concretas que corroborem a crença de que algo positivo possa mudar a situação da língua nativa; também segundo dados dessa pesquisa, os usos da Língua Asuriní permanecem em algumas situações comunicativas específicas, como feitura de artesanatos, festas tradicionais e caçadas, e alguns âmbitos familiares, mas, de uma maneira geral, dependente da presença, no contexto de fala, dos velhos guardiões dessa língua e cultura.

Acreditamos que as duas pesquisas realmente se complementaram, visto que se fosse feita uma só delas não teríamos uma visão de como os falantes refletem acerca desses processos de convivência de línguas e não teríamos uma avaliação linguística propriamente dos níveis de proficiência de cada um, evidentemente nenhuma das duas oferece o resultado com 100% de certeza, visto que a toda medida há um erro relacionado, mas o que é muito interessante é que os resultados de uma e de outra não se diferenciaram tanto, mostrando uma probabilidade de acerto nos resultados finais.

O quadro sociolinguístico que construímos aqui é, mostra de uma maneira geral, a Língua Asuriní falada por poucas crianças que convivem com os avós fluentes nessa língua; a maioria dos pais dessas crianças são razoavelmente proficientes na Língua Asuriní, usando-a em situações comunicativas do dia a dia muito específicas, geralmente quando há no contexto conversacional pessoas de idade avançada que possuem proficiência 1, mas pessoas mais jovens do que essas que têm proficiência II e pessoas com proficiência 5. Já é visível, além disso, um número significativo de pais que compreendem o que é dito na Língua Asuriní, mas não conseguem sustentar uma conversação nessa

língua. Sendo assim, nota-se que já não está havendo uma transmissão intergeracional dessa língua de pais para filhos, e somente em alguns contextos familiares essa transmissão ocorre de avós para netos. Fora do âmbito familiar, a escola da aldeia, por falta de políticas voltadas ao ensino da língua nativa, não tem assumido com responsabilidade o papel de ensinar a Língua Asuriní como L2. Nessa comunidade, a língua majoritária, em número de falantes, é a Língua Portuguesa.

Para a caracterização dessa situação sociolinguística tomei por base as categorias apontadas por Hinton (2001), enquadradas em três situações:

Situação 1: em aldeias nessa situação, embora a língua indígena seja falada por pessoas de todas as faixas etárias (adultos, jovens e crianças), já se percebe um aumento no número de crianças que têm o português como língua materna. Além disso, também se observa um declínio no número de domínios comunicativos nos quais a língua indígena é confortavelmente utilizada: em algumas situações, os falantes parecem preferir se comunicar, entre si, em português, em parte porque o vocabulário da língua indígena não dá conta do que as pessoas querem ou precisam dizer.

Situação 2: a língua indígena só é a língua materna de algumas poucas crianças nas aldeias que se encaixam nessa situação. Nelas, os avós das crianças são geralmente fluentes em língua indígena, mas, embora a maioria dos pais também seja razoavelmente competente nessa língua, muitos deles pararam de usá-la no dia a dia, exceto em algumas poucas situações. Já é visível, além disso, um número significativo de pais que compreendem o que é dito em língua indígena, mas não conseguem sustentar uma conversação nessa língua.

Situação 3: A língua indígena só é falada fluentemente, nessas aldeias, por algumas poucas pessoas idosas. A língua materna das crianças, dos jovens e da imensa maioria dos adultos é o português.²

Dessa forma, a formalização destes resultados, como colocada neste trabalho, é fundamental para o desenho de políticas linguísticas e para a execução de programas voltados ao ensino da língua indígena Asuriní e à sua valorização no âmbito da comunidade, bem como pode servir de modelo a outras pesquisas que tenham por intuito realizar um diagnóstico sociolinguístico, visando o envolvimento, processos reflexivos e a formação dos professores-pesquisadores indígenas, para que eles venham a ser os próprios agentes dessas pesquisas.

² Hinton (op. cit, p. 4) faz referência a uma quarta categoria, na qual não existiria mais nenhum falante da língua minoritária, mas apenas registros e gravações feitas por linguistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGHA, A. *Language and social relations*. Cambridge University Press, 2007.
- ANDRADE, L. M. M. *O corpo e o cosmos: relações de gênero e o sobrenatural entre os Asuriní do Tocantins*. Dissertação de mestrado. USP, 1992.
- BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. *Referenciais para a Formação de Professores Indígenas*. Brasília: MEC, 2002a.
- BRASIL. As Leis e a Educação Escolar Indígena. Brasília, MEC/SEE. *Programa Parâmetros em Ação; Educação Escolar Indígena*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/indigena/materiais/Legislacaomiolo.pdf>. 2002b. Acesso em 10/10/2010.
- BRASIL. Ministério da Cultura/IPHAN. Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Edital 003/2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/01/iphan-lanca-o-edital-inventario-nacional-da-diversidade-linguistica-e-mapeamento-documental-do-patrimonio-imaterial>>. Acesso em 10/11/2010.
- CABRAL, A. S. A. C. Prefixos relacionais em Asuriní do Tocantins. *Moara: revista dos cursos de pós graduação em letras da UFPA*. Belém, v.8, 1997.
- _____. Aspectos da marcação de caso no Asuriní do Tocantins. In: XIII CONGRESSO DA ANPOLL. Niterói: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, 2000. CD-ROM.
- CABRAL, A. S. A. C. & RODRIGUES, A. D. *Dicionário da Língua Asuriní do Tocantins - Português* - Belém: UFPA/IFNOPAP, UnB/IL/LALI, 2003.
- _____. *Relatório Laudo Linguístico Asuriní*. Brasília, Pará, 2004.
- CABRAL, A. S. A. C. & SILVA, C. E. *Educação escolarizada Asuriní*. Pará, 2006.
- CABRAL, A. S. A. C.; NEGREIROS, D. A.; SIMÃO, R. N. Relatório sobre a pesquisa realizada na Terra Indígena Trocará com vistas à caracterização da situação de Vitalidade da Língua Asuriní do Tocantins (ms), 2006.
- CAMPBELL, L.; MUNTZEL, M. C. The structural consequence of language death. In: Dorian, N. C. (org.). *Investigating obsolescence: studies in language contraction and death*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- CANAGARAJAH, A. S. *Reclaiming the local in language policy and practice*. New Jersey, 2005.

CARVALHO, M. G. P. *Sinais de morte ou de vitalidade? Mudanças estruturais na Língua Tembé*. UFPA, Belém, 2001.

CARVALHO, R. *Avaliação de impactos ambientais e socioculturais da UHE Tucuruí na Terra Indígena Trocará – Povo Asuriní e Elaboração de diretrizes de ação compensatória*. Brasília/Pará, 2006.

DORIAN, N. C. *A Response to Ladefoged's Other View of Endangered Languages*. *Language* 69, p. 575-79, 1993.

_____. *Language death: the life cycle of a Scottish Gaelic dialect*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.

_____. Linguistic lag as an ethnic marker. *Language in Society*, n. 9, p. 33-41, 1980.

_____. The problem of the semi-speaker in language death. *International Journal of the Sociology of Language*, n.12, p. 23-32, 1977.

_____. Grammatical change in a dying dialect. *Language*, n. 49, p. 413-38, 1973.

EDWARDS, J. *Language, Society and Identity*. Oxford: Brasil, 1985.

GUMPERZ, J. J. *Discourse Estrategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982 (a).

GUMPERZ, J. J. (org). *Language and Social Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982 (b).

HARRISON, C. *Gramática Asuriní*. Brasília: Summer Institute of Linguistics 1975 (Série Linguística n.4).

HINTON, L. Language Revitalization: an overview. In: Hinton, L. e Hale, K. (orgs). *The Green Book of Language Revitalization in Practice*. San Diego, Califórnia: Academic Press, p. 3-18, 2001.

HYMES, D. Sociolinguistics: Stability and Consolidation. In: *International Journal of Language*, 45: 39-45, 1984.

LARAIA, R. B. & DA MATA, R. *Índios e Castanheiros: A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro, 2003.

MAHER, T. M. *Ser Professor Sendo Índio: Questões de Língua(gem) e Identidade*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, SP (inédita), 1996.

_____. *Em busca do conforto linguístico e metodológico no Acre indígena*. Artigo publicado em *Trabalhos em Linguística Aplicada*. IEL: Unicamp, 2008.

_____. COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. "Instrumentos Metodológico para Levantamento Sociolinguístico" (org. Tereza Maher). Projeto Políticas Linguísticas no Acre Indígena. Rio Branco: CPI/Acre, 2007.

_____. *Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória*. In: Grupioni, L.D.B. (org.) *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: MEC/SECAD, 2006b.

NICHOLSON, V. Textos Asuriní: 25 histórias, 7 mitos". In: *Arquivo Linguístico* 15. Summer Institute of Linguistics, Brasília, 1976a.

_____. *Asuriní domains dictionary*. In: *Arquivo Linguístico* 17. Summer Institute of Linguistics, Brasília, 1976b.

_____. *Aspectos da Língua Asuriní*. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1978.

RICENTO, T. *Language Policy: Theory and Practice - an Introduction*, 2006.

RODRIGUES, A. D. *Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní*. *Revista de Antropologia*. São Paulo, n. 27/28, p. 33-53, 1985.

SASSE, H.-J. *Theory of language death*. In: *Brenzinger* (ed.), 1992.

SICHRA, I. *La vitalidad del quéchua: lengua y sociedad em dos privincias de Cochabamba*. La Paz: PROEIB-Andes/Plural Editores, 2003.

SIERRA, M. T. Identidad Étnica en las Prácticas Discursivas. In H.C.Muñoz (org). *Funciones Sociales y Consciencia del Lenguaje – Estudios Sociolinguísticos en México*. Xalapa: Universidad Veracruzana, 1987.

THOMASON, S. G. & KAUFMAN, T. *Language Contact, Creolization and Genetic Linguistics*. University of California Press, 1988.

THOMASON, S. G. Contact-induced language change and pidgin/creole genesis. In: Smith, Norval & Tonjes Veenstra (orgs.) *Creolization and contact*. Amsterdam: Benjamins, pp. 249-262, 2001a.

_____. *Language contact: An introduction*. Washington, D.C.: Georgetown University Press. 2001b.

VIEIRA, M. D. The configurationality parameter and the argument type parameter in Asurini do Trocará and Tupinambá. In: *Proceedings of the 47th International Congress of Americanists*, New Orleans, Tulane University, 1991.

_____. *O fenômeno da não-configuracionalidade na língua Asurini do Trocará: um problema derivado da projeção dos argumentos verbais*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. Os parâmetros da configuracionalidade e da projeção e a língua Asuriní do Trocará. *Revista Latino-Americana de Estudios Etnolingüísticos*, Lima, 1994.

_____. As construções relativas em Asuriní do Trocará. In: *Atas do Congresso Internacional da ABRALIN*, 1995, Salvador: UFBA, 1995.

_____. The expression of quantificational notions in Asurini do Trocará: evidence against the universality of determiner quantification. In: BACH, E. *et alii* (orgs.), *Quantification in natural languages*. Dordrecht: Kluwer, 1995.

_____. Reflexiones sobre una lengua de ‘argumento pronominal: el caso Asurini del Trocará. In: *Actas de la II JORNADA DE ETNOLINGÜÍSTICA*. Universidad Nacional de Rosario: Rosario, Argentina, 1997.

_____. A incorporação nominal em algumas línguas da família Tupi-Guarani: um processo sintático? In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPOLL*, 1995, Caxambú. Caxambu, 1995.

_____. Hierarquia referencial de pessoa e mudança morfológica: uma comparação Tupinambá-Asurini. In: *Anais do II Encontro Nacional da ANPOLL*, 1987, Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, 1987.

ANEXO 1

Seguem alguns registros fotográficos.



Poraké – liderança Asurini

Foto Leticia Aquino



Iti'áyma Asurini

Foto Daniela Martins



Prof. Paturina

Foto Suzeile Andrade



(da esq. para dir.) Prof. Morosopía, Prof. Ipirá e Inataraohoa.

Foto Letícia Aquino



Prof. Kate'ýma

Foto Letícia Aquino

ANEXO 2

Partes do Instrumento de Pesquisa utilizado na Pesquisa II – Questionário Sociolinguístico (Maher, 2007).

PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA

Povo:

T.I.:

Aldeia:

Professores-pesquisadores:

Ano

LEVANTAMENTO POPULACIONAL

Data:

POPULAÇÃO DA ALDEIA TROCARÁ			
Faixa de Idade	Sexo	Número	TOTAL
0 a 12 anos	Masc.		
	Fem		
13 a 30 anos	Masc		
	Fem		
31 a 45 anos	Masc		
	Fem		
46 a 60 anos	Masc		
	Fem		
Mais de 60 anos	Masc		
	Fem		
NÚMERO TOTAL DE PESSOAS			
NÚMERO DE FAMÍLIAS			

Professor-pesquisador:

Você deverá observar as pessoas que moram na sua aldeia enquanto elas participam de várias situações, prestando atenção na(s) língua(s) usadas nessas ocasiões. As situações que você deve observar são as seguintes:

- _____ 1. Reuniões internas na aldeia
- _____ 2. Reuniões na aldeia com pessoas de fora também presentes
- _____ 3. Festas tradicionais na aldeia(caiçumadas, Mariri, brincadeiras)
- _____ 4. Festas na aldeia (forró)
- _____ 5. Cerimônias religiosas tradicionais (cipó)
- _____ 6. Cerimônias de cura / rezas
- _____ 7. Cerimônias católicas / cultos evangélicos na aldeia
- _____ 8. Velório / ritos fúnebres
- _____ 9. Confecção de Artesanato
- _____ 10. Roçado, casa de farinha
- _____ 11. Pescaria
- _____ 12. Caçada
- _____ 13. Brincadeiras infantis, banho no rio
- _____ 14. Jogo de futebol na aldeia
- _____ 15. Viagens de barco
- _____ 16. Situações de compra e venda na aldeia entre “parentes”
- _____ 17. Oficinas de formação (de professores, de AAF, de AS) na aldeia
- _____ 18. Namoro
- _____ 19. Escola: aulas de matemática, de história, de geografia, etc....
- _____ 20. Escola: hora da merenda

Depois que você fizer suas observações, preencha as fichas da página 4 à página 10. Mais informações podem ser anotadas ou desenhadas no seu caderno de pesquisa.

USOS LINGÜÍSTICOS

	SITUAÇÕES COMUNICATIVAS	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
1	Reuniões internas na aldeia						
2	Reuniões na aldeia com pessoas de fora também presentes						
3	Festas tradicionais na aldeia (festa do jacaré, brincadeiras)						

	SITUAÇÕES COMUNICATIVAS	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
4	Festas na aldeia (forró)						
5	Cerimônias religiosas tradicionais						
6	Cerimônias de cura / rezas						

	SITUAÇÕES COMUNICATIVAS	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
7	Cerimônias católicas / cultos evangélicos na aldeia						
8	Velório / ritos fúnebres						
9	Confecção de Artesanato						

	SITUAÇÕES COMUNICATIVAS	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
10	Roçado, casa de farinha						
11	Pescaria						
12	Caçada						

	SITUAÇÕES COMUNICATIVAS	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
13	Brincadeiras infantis, banho no rio						
14	Jogo de futebol na aldeia						
15	Viagens de barco						

	SITUAÇÕES COMUNICATIVAS	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
16	Situações de compra e venda na aldeia entre “parentes”						
17	Oficinas de formação (de professores, de AAF, de AS) na aldeia						
8	Namoro						

	SITUAÇÕES COMUNICATIVAS	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
19	Escola: aulas de matemática, de história, de geografia etc...						
20	Escola: hora da merenda						
21	*Sonhar ao dormir						

Professor-pesquisador:

O que as pessoas na sua aldeia lêem? Em que língua os textos que essas pessoas lêem estão escritos?

O que as pessoas na sua aldeia escrevem? Elas escrevem textos em que língua(s)?

Observe as pessoas lendo e escrevendo em sua aldeia e, depois, preencha as fichas nas páginas 12 e 13.

Se você precisar de mais espaço para anotar ou desenhar suas observações, use o seu caderno de pesquisa.

PRÁTICAS DE LEITURA NA ALDEIA						
	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
Cartas e bilhetes						
Jornais e revistas						

PRÁTICAS DE LEITURA NA ALDEIA						
	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
Cartazes, avisos						
Materiais religiosos (Bíblia, panfletos, hinários)						
Histórias, mitos						
Textos didáticos						
Anotações pessoais (caderno)						
Relatórios (de viagem, de reuniões, etc...)						
Atas de reuniões						
	Só LI					
Cartas e bilhetes						

PRÁTICAS DE LEITURA NA ALDEIA						
	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP	OBSERVAÇÕES
Cartazes, avisos						
Notícias						
Histórias, mitos						
Tarefas escolares						
Anotações pessoais (caderno)						
Levantamento / Listas						
Relatórios (de viagem, de reuniões, etc...)						
Atas de reuniões						
Materiais Religiosos (orações / rezas)						
Letras de música						

Professor-pesquisador:

Você deverá entrevistar pelo menos 10 pessoas, de diferentes faixas etárias, e preencher as fichas que aparecem da página 16 à página 54.

Depois de cada entrevista, não se esqueça de escrever suas observações sobre a pessoa que você entrevistou.

Se você precisar de mais espaço para anotar ou desenhar suas observações, use o seu caderno de pesquisa.



Professor-pesquisador:

Você deverá observar 10 famílias de sua comunidade, prestando atenção na(s) língua(s) as pessoas usam quando conversam. Depois que você terminar de observar cada família, preencha uma ficha anotando o que você observou.

Se você precisar de mais espaço para anotar ou desenhar suas observações, use o seu caderno de pesquisa.

OBS: O exemplo dessa ficha encontra-se ao final do Capítulo 6 desta dissertação.



Professor-pesquisador:

Observe o maior número de pessoas, de diferentes faixas etárias, que moram em sua aldeia e tente completar os três quadros que aparecem nas páginas seguintes.

Repare no que significam as siglas que aparecem nos quadros das páginas 67 e 68:

B	=	BEM
MM	=	MAIS OU MENOS
P	=	POUCO
N	=	NADA

COMPETÊNCIA ORAL EM LÍNGUA INDÍGENA

Total de pessoas pesquisadas no núcleo familiar:

0 a 6 anos:	
07 a 12 anos:	
13 a 30 anos:	
31 a 45 anos:	
46 a 60 anos:	
+ de 60 anos:	

	COMPREENDE LÍNGUA INDÍGENA				FALA LÍNGUA INDÍGENA			
	B	MM	P	N	B	MM	P	N
0 a 6 anos								
7 a 12 anos								
13 a 30 anos								
31 a 45 anos								
46 a 60 anos								
Mais de 60 anos								
TOTAL								

COMPETÊNCIA ESCRITA EM LÍNGUA INDÍGENA

Total de pessoas pesquisadas nos núcleos familiares:

07 a 12 anos:	
13 a 30 anos:	
31 a 45 anos:	
+ de 45 anos:	

	SABE LER EM LÍNGUA INDÍGENA				SABE ESCREVER EM LÍNGUA INDÍGENA			
	B	MM	P	N	B	MM	P	N
7 a 12 anos								
13 a 30 anos								
31 a 45 anos								
Mais de 45 anos								
TOTAL								

COMPORTAMENTO LINGÜÍSTICO DA COMUNIDADE

Número de pessoas pesquisadas no núcleo familiar:

0 a 6 anos:	
07 a 12 anos:	
13 a 30 anos:	
31 a 45 anos:	
46 a 60 anos:	
+ de 60 anos:	

USO DAS LÍNGUAS					
	Só LI	Só LP	LI=LP	Mais LI	Mais LP
0 a 6 anos					
7 a 12 anos					
13 a 30 anos					
31 a 45 anos					
46 a 60 anos					
Mais de 60 anos					
TOTAL					

EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS

Língua:

Professor-pesquisador:

	PALAVRA EM PORTUGUÊS	TERMO EQUIVALENTE NA LÍNGUA
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

Entrevista com Membro da ComunidadeFaixa etária: **8-12 anos**Sexo: **masculino**

Nome do da pessoa entrevistada:

Idade:

Data:

1. Que língua você aprendeu a falar primeiro? Por quê?
2. Que língua você acha mais fácil? Língua Asuriní ou português? Por quê?
3. Que língua você acha mais bonita? Por quê?
4. Que língua você usa mais, Asuriní ou português? Por quê?
5. Com quem você conversa em Asuriní na aldeia? Quando isso acontece?
6. Com quem você conversa em Português na aldeia? Quando isso acontece?
7. Você sabe ler e escrever em Asuriní? O que você lê e escreve em Asuriní?
8. Que língua você acha que deve ser ensinada na escola primeiro, Asuriní ou português? Por quê?
9. Em que língua você acha que o professor deve conversar com você e seus colegas na sala de aula, Asuriní ou português? Por quê?
10. Você acha que a língua Asuriní pode desaparecer? Por que sim ou por que não?

OBSERVAÇÕES DO PROFESSOR-PESQUISADOR

1) Como você, professor-pesquisador, avalia as competências da pessoa que você acabou de entrevistar?

		Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP
..... (nome)	COMPREENDE					
	FALA					
	LÊ					
	ESCREVE					

2) Como você, professor pesquisador, avalia o uso que essa pessoa faz das línguas de sua comunidade?

	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP
GERALMENTE ESSA PESSOA USA					

3) Na sua avaliação, essa pessoa tem uma atitude positiva ou negativa em relação à língua indígena?
Explique porquê.

Entrevista com Membro da Comunidade

Faixa etária: 8-12 anos

Sexo: masculino

Nome do da pessoa entrevistada:

Idade:

Data:

1. Em que língua você aprendeu a falar primeiro? Por quê?
2. Que língua você acha mais fácil? Língua Indígena ou Língua Portuguesa? Por quê?
3. Que língua você acha mais bonita? Por quê?
4. Que língua você usa mais? Por quê?
5. Com quem você conversa em Língua Indígena na sua aldeia? Quando isso acontece?
6. Com quem você conversa em Língua Portuguesa na sua aldeia? Quando isso acontece?
7. Você sabe ler e escrever em Língua Indígena? O que você lê e escreve em Língua Indígena?
8. Que língua você acha que deve ser ensinada na escola primeiro? Por quê?
9. Em que língua você acha que o professor deve conversar com você e seus colegas na sala de aula? Por quê?
10. Você acha que a sua língua indígena pode se acabar? Por que sim ou por que não?

OBSERVAÇÕES DO PROFESSOR-PESQUISADOR

- 1) Como você, professor-pesquisador, avalia as competências da pessoa que você acabou de entrevistar?

		Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP
..... (nome)	COMPREENDE					
	FALA					
	LÊ					
	ESCREVE					

2) Como você, professor pesquisador, avalia o uso que essa pessoa faz das línguas de sua comunidade?

	Só LI	Só LP	LI=L P	Mais LI	Mais LP
GERALMENTE ESSA PESSOA USA					

3) Na sua avaliação, essa pessoa tem uma atitude positiva ou negativa em relação à língua indígena? Explique porquê.